



Diego José Gonçalves Dias

Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos

A DOCTRINA DO “*SOLA SCRIPTURA*” EM UMA ANÁLISE
INTERDISCURSIVA

São José do Rio Preto

2021

Diego José Gonçalves Dias

Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos

A DOCTRINA DO “*SOLA SCRIPTURA*” EM UMA ANÁLISE
INTERDISCURSIVA

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Linguística, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Área de Concentração - Análise Linguística, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Érika de Moraes

São José do Rio Preto

2021

D541d	Dias, DIEGO JOSE Gonçalves A DOCTRINA DO "SOLA SCRIPTURA" EM UMA ANÁLISE INTERDISCURSIVA / DIEGO JOSE Gonçalves Dias. -- São José do Rio Preto, 2021 148 p. : tabs. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Biociências Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto Orientadora: Profa. Dra. Érika Moraes 1. Romanismo. 2. Protestantismo. 3. Interdiscursividade. I. Título.
-------	---

Diego José Gonçalves Dias

A DOCTRINA DO “*SOLA SCRIPTURA*” EM UMA ANÁLISE
INTERDISCURSIVA

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Linguística, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Área de Concentração - Análise Linguística, do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de São José do Rio Preto.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Érika de Moraes

Comissão Examinadora

Prof^a.Dr^a. Érika de Moraes

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação (FAAC), Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) – UNESP – Campus de São José do Rio Preto

Orientadora

Prof^a.Dr^a. Anna Flora Brunielli

Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas (IBILCE) UNESP – Campus de São José do Rio Preto

Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Vilela-Ardenghi

Universidade Federal do Mato Grosso, UFTM, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem (PPGEL-UFMT)

São José do Rio Preto

08/novembro/2021

Dedicatória

Chegamos sozinhos nessa vida, desprovidos de todos os bens, inclusive do conforto que tínhamos no ventre materno. Fadados a viver em um mundo em que o desenvolvimento se efetiva por uma constante busca de equilíbrio.

Preenchemos um ínfimo espaço no universo e somos providos pelo criador com pessoas que de alguma forma orientam ou mudam nossa trajetória. Assim, gostaria de dedicar esse trabalho, tão pequeno e insignificante comparado com as pessoas que proporcionaram sua execução, a todos os meus formadores.

De forma representativa dedico a minha mãe Mara, minha vó Hilda, minha esposa Karina, minhas filhas Alice e Gabriele e de forma especial ao meu pai que vive, hoje, na sede de todo saber.

Agradecimentos

Lucas, o evangelista, conta que dez leprosos vieram a Jesus pedir para que ficassem limpos e, depois de curados, apenas um voltou para agradecer. Isso mostra como é fácil pedir, mas difícil agradecer. É provável que essa iniciativa seja sempre muito inferior a todo o benefício recebido. Diante desse preâmbulo e, mesmo que imperfeitamente, quero agradecer:

- Aquele que me deu o fôlego da vida e tem-me conduzido com Sua boa mão;
- Às mulheres da minha vida Mara, Hilda, Karina, Alice e Gabriele, pois sempre acreditaram em meu potencial;
- Aos homens da minha vida meu pai José Otávio e meu irmão Rafael, pois sempre foram fonte de inspiração;
- À Terceira Igreja Presbiteriana de Barretos pela paciência e incentivo;
- À minha orientadora Prof^a. Dr^a. Érika de Moraes pelas correções sempre valiosas e cheias de carinho e compreensão;
- Às professoras que compõem a banca, Prof^a. Dr^a. Anna Flora Brunielli e Prof^a. Dr^a. Ana Carolina Vilela-Ardenghi, pela colaboração na leitura e análise deste trabalho.

“Vocatus atque non vocatus Deus aderit”

(JUNG, apud VIEIRA, 2021)

RESUMO:

Neste trabalho, analisamos a polêmica entre católicos romanos e protestantes calvinistas no século XVI na doutrina do *sola scriptura* a partir da teoria discursiva, com base primordialmente nos seguintes conceitos do linguista Dominique Maingueneau: polêmica, eixos semânticos, ethos, antiethos, campo discursivo, discurso constituinte e simulacro. O conceito de polêmica é um recorte da semântica global de Maingueneau (2008a) partindo do pressuposto de que, na polêmica, as duas formações discursivas dentro de um campo, apesar de terem os mesmos textos fundantes, veem-se a partir dos simulacros, ou seja, suas restrições semânticas, que implicam ver o outro pelo avesso. Nessa perspectiva, o calvinista e o romanista relacionam-se na dinâmica do “diálogo de surdos”, ou seja, um enxerga o outro partindo de suas convicções, as quais são a condição para manter a identidade discursiva. Dentro dessa realidade, analisamos essa polêmica em três facetas propostas por Maingueneau (2010): enunciativo-pragmática, sócio-genérica e semântica. Dessa análise, observamos a existência de três eixos semânticos, áreas em que essa polêmica se desenvolve: a instituição, o costume e a doutrina. A partir desse dado, buscamos estabelecer os semas positivos e negativos dessa polêmica que regem seus simulacros, assim como a dinâmica que estabelecem dentro de um campo discursivo. O ethos e o antiethos revelam o funcionamento da semântica. Essa análise tomou um *corpus* bastante diverso, partindo de duas correspondências: a do cardeal Sadoletto ao Conselho de Genebra e a resposta de Calvino ao Cardeal Sadoletto. Essas duas missivas são somadas a outros textos advindos de concílios, comentários, catecismos e confissões. Observamos na análise do *corpus* que a polêmica se desenvolve a partir da exclusividade do papel da Bíblia sobre os eixos semânticos em relação aos protestantes e a submissão da Bíblia à tradição da igreja aos católicos romanos. Assim, entendemos que a polêmica é um dado constitutivo do discurso e os resultados dessa análise servem para oferecer subsídios à compreensão de como esses grupos se relacionam e influenciam a sociedade até os nossos dias.

Palavras-chave: Romanismo, protestantismo, interdiscursividade.

ABSTRACT:

In this paper, we analyzed the controversy between Roman Catholics and Calvinist Protestants in the 16th century in the Doctrine of Sola Scriptura based on discursive theory, based primarily on the following concepts by linguist Dominique Maingueneau: polemics, semantic axes, *ethé*, *antiethè*, discursive field, constituent discourse and simulacrum. The concept of controversy is an excerpt from the global semantics of Maingueneau (2008a) based on the assumption that, in the controversy, the two discursive formations within a field, despite having the same founding texts, are seen from the simulacra, that is, their semantic restrictions, which imply seeing the other in reverse. In this perspective, the Calvinist and the Romanist are related in the dynamics of the “dialogue of the deaf”, that is, one sees the other based on their convictions, which are the condition for maintaining the discursive identity. Within this reality, we analyze such controversy in three facets proposed by Maingueneau (2010): enunciative-pragmatic, socio-generic and semantic. From this analysis, we observe the existence of three semantic axes, areas in which this controversy develops: institution, custom and doctrine. Based on this data, we seek to establish the positive and negative semes of this controversy that govern its simulacra, as well as the dynamics they establish within a discursive field. The *ethè* and the *antiethè* reveal the workings of semantics. This analysis took a quite different corpus, starting from two correspondences: that of Cardinal Sadoletto to the Council of Geneva and Calvin's response to Cardinal Sadoletto. These two missives are added to other texts deriving from councils, commentaries, catechisms and confessions. We observe in the analysis of the corpus that the controversy develops from the exclusivity of the role of the Bible on the semantic axes in relation to Protestants and the Bible submission to the tradition of the church to Roman Catholics. Thus, we understand that controversy is a constitutive fact of discourse and the results of this analysis serve to provide subsidies for understanding how these groups relate to and influence society to this day.

Keywords: Romanism, Protestantism, interdiscursiveness.

Lista de Tabelas

Tabela 1:	Textos do <i>corpus</i> para análise do eixo semântico instituição.	60
Tabela 2:	Análise da polêmica no eixo semântico da instituição.	66
Tabela 3	Simulacros do eixo semântico instituição	66
Tabela 4	Ethos e antiethos do eixo semântico da instituição.	66
Tabela 5	Textos do <i>corpus</i> para análise do eixo semântico do costume.	69
Tabela 6	Análise da polêmica no eixo semântico do costume.	76
Tabela 7	Simulacros do eixo semântico do costume.	77
Tabela 8	Ethos e antiethos do eixo semântico do costume.	77
Tabela 9	Textos do <i>corpus</i> para análise do eixo semântico da doutrina.	78
Tabela 10	Análise da polêmica no eixo semântico da doutrina.	85
Tabela 11	Simulacros do eixo semântico da doutrina.	85
Tabela 12	Ethos e antiethos do eixo semântico da doutrina.	85
Tabela 13	Quadro comparativo dos semas da polêmica entre Católicos Romanos e Protestantes Calvinistas.	86
Tabela 14	Quadro comparativo dos <i>ethé</i> e <i>antiethé</i> na polêmica entre Católicos Romanos e Protestantes Calvinistas.	87
Tabela 15	Organização do Campo Discursivo Cristão a partir do <i>corpus</i> analisado	99
Tabela 16	Excertos para análise de discurso constituinte	102
Tabela 17	Quadro de simulacros do catolicismo romano e protestante calvinista.	113
Tabela 18	Textos do <i>corpus</i> para análise do simulacro romanista obediência e obstinação.	114
Tabela 19	Texto do <i>corpus</i> para análise do simulacro romanista valores antigos e destruição	117
Tabela 20	Texto do <i>corpus</i> para análise do simulacro romanismo manutenção da doutrina e manipulação.	119
Tabela 21	Texto do <i>corpus</i> para análise do simulacro protestante calvinista força agregadora e arrogância.	124
Tabela 22	Texto do <i>corpus</i> para análise do simulacro protestante calvinista auxílio e novos valores.	128
Tabela 23	Texto do <i>corpus</i> para análise do simulacro da ortodoxia e espetaculação.	132

Sumário

INTRODUÇÃO	13
I. PRESUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	17
1.1. A Polêmica.....	18
1.1.1. Interincompreensão, simulacro e tradução.....	24
1.2. Conceito de Competência Discursiva	26
1.2.1. Campo discursivo.....	27
1.2.1.1. Teoria Geral dos Campos (TGC)	27
1.2.1.2. Uma visão comparativa entre Bourdieu e Maingueneau.....	29
1.2.2. Discurso constituinte.....	32
1.2.2.1. Paradoxo constitutivo.....	33
1.2.2.1.1. Os conceitos de ethos e quadro cênico.....	34
1.2.2.2. Paratopia.....	36
1.2.2.3. <i>Archeion</i> e memória	37
1.2.2.4. O conceito de sombra.....	40
II. CONTEXTO HISTÓRICO-TEOLÓGICO DA REFORMA E DA CONTRARREFORMA	43
2.1. O contexto histórico da Reforma Protestante do século XVI.....	44
2.1.1. A Reforma na Suíça e o humanismo	45
2.1.2. A Genebra de Farel	46
2.1.3. Calvino e Genebra.....	46
2.1.4. Calvino e Sadoletto	48
2.2. A Contrarreforma	48
2.3. A doutrina da inspiração	50
2.3.1. A doutrina do <i>sola scriptura</i>	51
2.3.2. A doutrina da dupla inspiração.....	53
III. ANÁLISES DOS EIXOS SEMÂNTICOS E SEMAS DO DISCURSO ROMANISTA E PROTESTANTE.....	57
3.1. O <i>sola scriptura</i> e a polêmica entre Católicos Romanos e Protestantes	57
3.1.1. A polêmica no âmbito da instituição.....	59
3.1.2. A polêmica no âmbito do costume	68
3.1.3. A polêmica no âmbito da doutrina	77
3.2. Campo discursivo religioso cristão	87
3.3. Análise do conceito de discurso constituinte no <i>corpus</i>	99

3.3.1. Paradoxo constitutivo no <i>corpus</i>	107
3.3.2. O conceito de paratopia no <i>corpus</i>	109
IV. ANÁLISES DOS SIMULACROS DO DISCURSO ROMANISTA E PROTESTANTE ..	111
4.1. Simulacros do discurso romanista.....	112
4.1.1. Obediência e obstinação.....	113
4.1.2. Valores antigos e destruição.....	115
4.1.3. Manutenção da doutrina e manipulação.....	117
4.2. Simulacros do discurso protestante calvinista.....	121
4.2.1. Força agregadora e arrogância	122
4.2.2. Auxílio e valores novos.....	126
4.2.3. Ortodoxia e especulação.....	129
CONCLUSÃO	132
REFERÊNCIAS	135
ANEXO.....	140

INTRODUÇÃO

Neste trabalho, intentamos contribuir para a análise da polêmica entre Católicos Romanos e Protestantes Calvinistas sobre a importância da Bíblia na instituição religiosa, costumes e doutrina no século XVI. Dessa forma, esta dissertação visa colaborar para que o discurso religioso possa ser mais amplamente estudado pela Análise do Discurso e, assim, aprovisionar meios que possibilitem a análise da repercussão desse fenômeno religioso na atualidade. Segundo Maingueneau (2008a), apesar de o fenômeno religioso estar tão presente no mundo em que vivemos, a abordagem linguístico-discursiva do discurso religioso é ainda “o parente pobre da análise do discurso” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 13).

Acreditamos que essa defasagem na observação de aspectos religiosos do ponto de vista linguístico-discursivo, especialmente, no que tange ao cristianismo, se dá pelo fato de esse tema estar entranhado de forma tão contundente não só na sociedade, mas na vida daqueles que desejam esmiuçá-lo.

Nessa perspectiva, estudar a religião sob o prisma da Análise do Discurso, especialmente as suas polêmicas, leva ao encontro de dois obstáculos que precisam ser ultrapassados no decorrer do trabalho: primeiro, obriga o pesquisador a uma abordagem metodológica de isenção desde a escolha do *corpus* até o seu exame e, em segundo lugar, observar suas crenças e valores não do ponto de vista do fervor que as manifestações religiosas suscitam, mas entendê-las como posicionamentos ideológicos.

Mesmo tendo esses entraves na consciência, a vigilância terá a proporção da adesão que o pesquisador julga ter a um fenômeno religioso específico. Essa preocupação, constante no trabalho, dará a impressão que se está jogando xadrez sozinho, ou seja, observando e tecendo considerações das duas formações discursivas abordadas no campo discursivo religioso com a mesma isenção.

Acreditamos que os obstáculos que dificultam a análise do discurso religioso do ponto de vista discursivo possam ser contornados com a utilização de dois cuidados metodológicos: a compreensão de que a religião é um fenômeno religioso com divergências ideológicas e entender que seu estudo sistemático nesse campo da ciência serve à sociedade como um todo, mesmo àqueles que não partilham da mesma fé.

O primeiro cuidado metodológico que foi útil a essa dissertação foi entender o cristianismo não como uma religião, mas como um fenômeno religioso, ou seja, a materialização de uma expressão religiosa. Para ver a expressão religiosa dos cristãos

no século XVI, foi necessário contemplá-lo como uma imagem fragmentada, na qual todos julgavam ter, em alguma medida, a verdade irrefutável de todas as coisas.

Nessa perspectiva, Armesto et al (1997) utilizam a ironia de Calvino a respeito da multiplicidade das lascas da cruz de Cristo, que ofereceriam base para a construção de uma caravela, com o intuito de mostrar que “a diversidade de crenças e práticas daqueles que se denominam cristãos compõe uma máscara bastante eficaz para a unidade da igreja” (ARMESTO et al, 1997, p.15).

Assim, entendemos como Armesto et al (1997) que a Reforma Protestante do século XVI “não introduziu inovações comumente atribuídas a ela: não rachou uma igreja monolítica; não introduziu heresias inéditas; não gerou as primeiras igrejas nacionais” (ARMESTO et al, 1997, p. 21), pois as polêmicas sempre foram frequentes na igreja. É importante ressaltar que a Igreja cristã, na Antiguidade, possuía divergências ou, como prefere Matos (2008), “correntes heterodoxas” que impulsionaram a própria produção teológica dos primeiros anos do cristianismo.

Para exemplificar essa heterodoxia, podemos citar a polêmica quanto ao que se deveria fazer para ser salvo. Os ebionistas (pobres), por exemplo, eram judeus que sobreviveram à destruição de Jerusalém no ano 70 d.C. e eram judaizantes e, por isso, tinham uma proposta soteriológica que submetia a salvação do fiel à observância das tradições legais do antigo Israel. Outras correntes heterodoxas debatiam quanto às naturezas de Jesus e a estrutura do Cânon que comporia as Escrituras Sagradas.

Diante dessas divergências, os Concílios tiveram a função de estabelecer qual discurso obteria a preferência e, assim, arbitrar quem seria o ortodoxo ou o herético. O termo heresia vem do grego *hairesis* (αἵρεσις, ἡ, ὅν), segundo Moulton (2007, p.11), aquele que cria ou estimula facções. Dessa maneira, nesse termo está entranhada a visão pejorativa de como a ótica divergente é concebida no cristianismo. Esse campo do embate de ideias é um território muito fértil à Análise do Discurso, que, por não ter o compromisso da hermenêutica em encontrar uma verdade, tampouco de assumir um ponto de vista, pode ficar livre para observar ambas as formações discursivas, oferecendo conclusões mais imparciais.

O segundo cuidado metodológico é entender a relevância desse estudo à sociedade. Mesmo que o fenômeno religioso seja pertinente apenas àqueles que são religiosos não é de modo algum irrelevante a todos, mesmo ateus, pois “chamando ou não, Deus está presente” como afirma o frontispício da casa do psiquiatra suíço Carl Gustav Jung, conforme Gonçalves (2008). Karnal (2018) propõe uma metáfora que vem

ao encontro desse ponto de vista: mesmo um brasileiro que não se importe com futebol não poderá, de forma alguma, considerá-lo irrelevante para a cultura, economia e política do nosso país.

Este trabalho propõe uma observação analítica em um aspecto que pode ser considerado o âmago da Reforma Protestante do séc. XVI e cujos ecos estão presentes até hoje em nosso cotidiano: o papel da Bíblia, como texto fundante, na vida de uma instituição religiosa cristã. Esta discussão apresenta dois extremos dentro do campo discursivo religioso cristão: de um lado, a formação discursiva católico-romana, que defende a Bíblia dentro e no mesmo patamar da tradição e, do outro lado, a formação discursiva protestante calvinista, a qual busca a superioridade das Escrituras sobre toda tradição e produção teológica.

Os cuidados mencionados, para que tenham a devida efetividade, precisam de um aparato teórico-metodológico, que, neste trabalho é representado pela Análise do Discurso de linha francesa, na concepção de Dominique Maingueneau, por meio de seus conceitos, pelos quais podemos compreender como a relação de calvinistas com romanistas acontece no contexto do “diálogo de surdos”.

Dessa maneira, temos que partir do pressuposto de que os dois extremos são muito relativos, pois, como afirma Maingueneau (2008a, p. 114), “cada refutação bem-sucedida é uma vitória do verdadeiro sobre o falso”. Assim, tanto o protestante, quanto o católico romano traduz o discurso do Outro por meio de um simulacro, ou seja, lê-o a partir de si mesmo. Nessa perspectiva, o conceito de “herege” é um simulacro.

Para aplicar esse aparato teórico-metodológico, organizou-se um *corpus* com os seguintes recortes: o primeiro recorte foi temporal, todos os excertos pertencem ao contexto do século XVI. O segundo recorte está na escolha dos excertos que representariam a formação discursiva protestante, assim, dentro do vasto horizonte da formação discursiva protestante, optou-se pelo calvinismo e, por último, o tema da polêmica que envolve a doutrina do *sola scriptura*.

Na seleção do *corpus*, consideramos a concepção de Courtine (1981) de um *corpus* mais amplo (exposto no anexo) em relação a um menor e, por isso, temos um *corpus* de uma dimensão complexa e uma simples, de modo que, em anexo, concentramos todos os 48 excertos advindos de textos do século XVI de gêneros diferentes e que representam ambas as formações discursivas (romanista e protestante calvinista). O critério para seleção de textos desse século está no fato de estarem

relacionados com o estopim da Reforma Protestante. Nessa perspectiva, os excertos romanistas e protestantes interagem entre eles em uma relação de polêmica.

O debate dos eixos semânticos e simulacros contou com as *Institutas da Religião Cristã* (2003), da qual optamos pela versão de 1559 por ser a última e mais completa, tal como os comentários de Calvino nos livros de Salmos (1999, 2009), 1 Coríntios (2003), Pastorais (2009), Hebreus (2012), Efésios (1998) e Romanos (2001).

No século XX, houve consenso entre os protestantes de que existem cinco áreas em que as polêmicas entre a formação discursiva romanista com o calvinismo se faz mais preponderante pela profusão de material teológico, as quais são resumidas em cinco máximas latinas chamadas de solas: *sola fide* (somente a fé); *sola scriptura* (somente a *Escritura*); *solus Christus* (somente Cristo); *sola gratia* (somente a graça); *solī Deo gloria* (glória somente a Deus).

Este trabalho centra-se no grau de legitimidade que o texto bíblico tem para com as respectivas instituições. Assim, quando o protestante calvinista endossa a doutrina do *sola scriptura*, coloca a Bíblia em um patamar mais alto do que qualquer outra revelação e faz dela uma hierofania (manifestação do sagrado). Dessa forma, não se pode tratar esse problema com irrelevância, porque, como afirma Carson (2001, p. 13), alguém pode interpretar um texto literário sem grandes consequências, mas o texto bíblico traz problemas sérios, pois, em nome dessas letras, a inquisição perseguiu e queimou protestantes e pessoas cometeram suicídio em Jonestown.

Para abordar com responsabilidade esse assunto tão vital a essas duas formações discursivas, no primeiro capítulo, apresentamos o aparato teórico-metodológico que regem nossas análises, tendo como conceito de maior evidência a “polêmica”.

O segundo capítulo é uma abordagem sucinta dos pressupostos históricos e teológicos que apresentam os subsídios necessários para a compreensão do contexto das análises posteriores.

No terceiro capítulo, a análise visa não só constatar a evidência da polêmica, como também estabelecer os eixos semânticos que regem essa pesquisa, ou seja, a instituição, o costume e a doutrina, tal como o ethos e o antiethos. Estabelecendo-se a polêmica e esses eixos, busca-se entendê-los dentro da dinâmica do campo discursivo cristão. No quarto capítulo, analisam-se de forma mais detida os simulacros romanistas e protestantes.

I. PRESUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

O século XVI é um período de grande efervescência, pois temos, no campo cultural, a Renascença; na política, a formação dos Estados nacionais, assim como as grandes navegações e, com isso, o alargamento dos horizontes do homem moderno. Nesse contexto, sob a influência do desejo humanista de ir às fontes, toma corpo na religião um anseio de reformar a Igreja de Roma, que exercia hegemonia de séculos sob o pensamento ocidental.

Historicamente, a Reforma Protestante não era algo inédito ao homem moderno. Desde os valdenses no século XIII, há indícios de movimentos que promoviam um esgarçamento no tecido do Catolicismo Romano. Martinho Lutero, no dia 31 de outubro de 1517, só deixa essas discussões expostas e atrai o apoio de algumas autoridades como os príncipes alemães.

As noventa e cinco teses de Lutero iniciam um processo que se expande atingindo outros países da Europa como a Genebra de Farel e Calvino. Nesse novo contexto, não mais restrito a pregadores isolados e grupos dispersos, o romanismo cria meios para manter sua posição de destaque com a diplomacia e a fundamentação teológica, mas também com a repressão violenta.

Do contato entre católicos romanos e protestantes, surge a polêmica em cinco pontos principais: a salvação, o papel da fé na vida cristã, a autoridade de Cristo, a importância da Bíblia e da glória de Deus. Neste trabalho, estabelecemos alguns recortes metodológicos: a polêmica que envolve a autoridade das Escrituras Sagradas nas instituições eclesásticas, costumes e doutrina dentro da formação discursiva calvinista no século XVI.

Para desenvolver o tema proposto, este trabalho se situa no quadro teórico-metodológico da Análise do Discurso (AD) de linha francesa. Neste quadro, o discurso é um termo complexo. Segundo Maingueneau (2015), o discurso é a linguagem em uso e pode ser compreendido na perspectiva do texto e do contexto.

Para as análises, serão considerados conceitos mais recentes desenvolvidos por Dominique Maingueneau, com especial destaque para polêmica, interincompreensão e simulacro, noções que proporcionam as bases para o entendimento dos semas que compõem dois diferentes posicionamentos (o romanismo e o protestantismo calvinista)

dentro do campo estudado no discurso religioso cristão. Trata-se de dois posicionamentos que disputam a mesma posição social e, por isso, compõem-se em relações de embates.

Nos próximos itens, trataremos, então, dos seguintes conceitos que serão mobilizados nos capítulos seguintes:

- Polêmica;
- Campo discursivo;
- Discurso constituinte (paradoxo constituinte, paratopia, dêixis, embreamento, sombra, memória, ethos e cenografia);
- Competência discursiva (interincompreensão, simulacro e tradução).

1.1. A Polêmica

O termo polêmica vem do grego πόλεμος (polēmos) e, segundo Moulton (2007, p. 346), abrange uma família semântica de palavras tais como batalha, luta, combate, conflito, discórdia e confronto. No senso comum, essa é a base para analisar os embates entre católicos romanos e calvinistas.

Contudo, Amossy (2017) afirma que essa percepção etimológica guia historicamente a forma negativa pela qual entendemos os embates de ideias.

Na etimologia da palavra se entrelaçam, assim, a recusa do diálogo arrazoadado em proveito de relações de força, a luta entre campos inimigos, a violência verbal, a condenação à morte simbólica do outro. [...] Estamos próximos da erística antiga e da mitologia, na qual a deusa da disputa e da discórdia, Eris, acompanhava seu irmão, o deus da guerra, no local das batalhas. A etimologia permite, então, apreender, à primeira vista, toda a negatividade que se inscreve na degradação do diálogo em combate. Ela explica as conotações pejorativas ligadas ao termo *polêmica*. (AMOSSY, 2017, p. 44)

Muito além dessa visão etimológica, Maingueneau (2008) esclarece que a “noção de ‘polêmica’ não coincide com o que habitualmente entendemos por isso (uma controvérsia violenta), que é apenas um dos aspectos de um fenômeno mais geral, o das relações explícitas entre duas formações discursivas” (MAINGUENEAU, 2008, p. 107).

Maingueneau (2010, p. 189) afirma que a dissensão se relaciona “com registro de tipo comunicacional e associa-se a ele, conseqüentemente, um repertório de traços linguísticos considerados característicos de certa ‘violência’ verbal”. Quando Maingueneau (2010) disserta a respeito do registro comunicacional, entende registro como “qualquer conjunto de traços linguísticos, regularmente associados em um discurso, mas que não se caracterizam por ocorrerem em um único gênero” (MAINGUENEAU, 2010, p. 187).

Entre os registros elencados por Maingueneau (2010) estão o linguístico, o funcional e o comunicacional. Nesses três registros, podemos perceber que o primeiro se alicerça na materialidade do texto; o segundo, em funções psicosociológicas e o terceiro fica entre esses extremos da materialidade e da abstração de modo que esse registro contém traços linguísticos pelo qual pode ser observado, mas também com uma característica muito subjetiva.

Maingueneau (2010) diferencia a polêmica da mera discussão, apesar de ambos serem caracterizados pela “violência”, aquele se diferencia deste pelo fato de tratar de questões que estão além dos indivíduos (no sentido de passado), pois se prolongam no tempo (futuro). De forma análoga, Amossy (2017, p. 46) afirma: “é preciso que a polêmica aborde um assunto de interesse público para que ela não seja uma simples discussão, uma disputa entre particulares”.

Segundo Maingueneau (2008a, p. 108), a polêmica é constitutiva, de modo que a “ameaça é recíproca e generalizada desde que o discurso novo se constitui”. Sobre essa realidade, Maingueneau (2008a, 113) afirma:

[...] a polêmica é necessária porque, sem essa relação com o Outro, sem essa falta que torna possível sua própria completude, a identidade do discurso correria o risco de se desfazer. É inegável, mas a essa se junta outra razão, a saber, a necessidade de mascarar a invulnerabilidade do discurso. Por definição, o discurso tem resposta para tudo e não pode ser apanhado em erro.

Maingueneau (2008) defende que as duas necessidades a que a polêmica responde no discurso são a identidade e a invulnerabilidade, ou seja, a polêmica, como um traço constitutivo do discurso, garante que sejam preservados princípios básicos que nos ligam a determinada formação discursiva, assim como rechaçar os pressupostos antagônicos.

Quanto à invulnerabilidade, para Maingueneau (2008a), a polêmica visa apanhar o outro no erro. Existem discursos que podem conviver com a pluralidade, mas há discursos, como o religioso, que exigem o “monopólio da legitimidade”, ou seja, “cada refutação bem-sucedida é uma vitória do verdadeiro sobre o falso, e esse combate ritual legítima e conforta a crença” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 114).

Ser defensor do discurso vencedor e invulnerável traz segurança quanto à própria identidade discursiva, pois essa vitória acontece em um terreno em que as duas formações discursivas têm certo apreço. Se tomarmos o debate entre católicos romanos e calvinistas, eles possuem Cristo e a Bíblia (excluindo os apócrifos¹). Nessa disputa, o ganhador ostentará ser aquele que interpreta a Bíblia com maior propriedade e, por isso, agrada mais a Jesus.

Nessa perspectiva, Maingueneau (2008a, p.111) afirma que a polêmica é a convergência que prevalece na divergência. Assim, as duas formações discursivas que estão em dissensão possuem um mesmo tesouro ideológico que procuram defender (como veremos posteriormente no conceito *thesaurus* dentro do conceito de *archeion*) a fim de garantirem não só a legitimidade do que asseveram, mas também, o direito de pertencer ao grupo.

Amossy (2017), para explicar essa divergência dentro da convergência, utiliza o conceito de dicotomização, ou seja, no discurso polêmico um discurso A é dividido em B e C que “se excluem um ao outro, recobrando completamente o domínio do conceito original” (AMOSSY, 2017, p. 54). Segundo Amossy (2017), essa dicotomização não se orienta por uma lógica pura, mas pelas crenças e os contextos socioculturais.

Assim, segundo Maingueneau (2008a), há duas estratégias a serem empreendidas no debate: a integração e a exclusão. Considera, então, que a unidade se dá ao redor de um discurso de crítica ao Outro e tudo aquilo que ele representa. Quando o protestante chama o Papa de anticristo (como ocorre na Confissão de Fé de Westminster XXV.6), está atacando essa figura que diverge do seu discurso e, nessa postura, integra seus membros. Consequentemente, a exclusão ocorre se alguém se posicionar de forma

¹¹ Textos que estão no cânon da Bíblia romanista e não estão na protestante. Essa divergência ocorre basicamente em alguns livros do Antigo Testamento tais como: Tobias, Judite, Sabedoria de Salomão, Eclesiástico, 1e2 Macabeus, Baruque, partes em Ester e Daniel.

defensiva ao Sumo Pontífice, já que assim não poderá fazer parte da formação discursiva protestante.

Assim, na dissensão, há uma inevitável luta entre o falso e o verdadeiro e ambas as formações discursivas se enxergam como as legítimas guardiãs das tradições que forjam a identidade do grupo.

Nesse processo de censura da formação discursiva contrária, podemos entender como Amossy (2017) que o discurso polêmico é um discurso de desqualificação do Outro no qual se vale do artifício de demonizá-lo, como afirma:

O outro demonizado só pode ser excluído porque é impensável estabelecer um diálogo com Satã em pessoa. Dirigir-se diretamente, assim como dialogar, se torna, então difícil, e os ataques acontecem, em geral, no seio dos discursos dirigidos à plateia. (AMOSSY, 2017, p. 60)

Esse processo de desqualificação do Outro passa pelo viés da ironia e do argumento de autoridade (*ad verecundiam*) conforme propõe Maingueneau (2010) na faceta enunciativo-pragmática. Dessa maneira, quanto mais vil e “naturalmente” repreensível meu Outro for apresentado aos meus interlocutores (conceito de Terceiro neutro que será explorado posteriormente) mais legitimidade isso traz a minha formação discursiva.

A segunda necessidade da polêmica está na manutenção da identidade, ou seja, todo discurso polêmico é legitimado pela maneira como o seu agente entende seu papel na formação discursiva a que pertence. Dessa forma, o discurso é um prolongamento do próprio indivíduo e seus princípios mais básicos e inegociáveis. Consequentemente, o abandono do discurso equivale ao da própria identidade. Assim, a polêmica objetiva resguardar esse reduto de segurança contra as ameaças externas e vistas como nocivas, porque transtornam a ordem adquirida.

Assim, essa relação deve ser tratada no nível dialógico, ou seja, nenhum discurso se constrói no vácuo, mas admite uma interação conforme Maingueneau (2008a, p 107) afirma:

[...] a interpelação ao adversário em uma troca regrada, a polêmica, representa um gesto capital, que cria situações irreversíveis, provoca múltiplos encadeamentos de enunciações novas. Para evitar reduzir a

especificidade desse nível propriamente polêmico, distinguiremos um nível *dialógico*, o da interação constitutiva, e um nível *polêmico*, que [...] se responsabiliza pela heterogeneidade “mostrada”, a citação no sentido mais amplo.

Nessa perspectiva, Maingueneau (2008) entende a polêmica como o emanar da interação de duas formações discursivas de forma regrada, simétrica de uma interincompreensão radical. Assim a dissensão não é a consequência dos discursos proferidos nos diversos gêneros, mas, ao mesmo tempo, a fonte geradora dessas interações e a mantenedora delas.

Não basta ter uma noção meramente teórica do conceito de polêmica, tampouco conhecer sua finalidade sem os meios necessários para analisá-la. Como vimos anteriormente, Maingueneau (2010) endossa que a dissensão é um tipo de registro comunicacional, pois não pode ser classificada apenas pelo enunciado ou a partir do funcionamento da linguagem, mas deve ser observada pelas facetas: enunciativo-pragmática, sociogenérica e a semântica.

A enunciação da polêmica se viabiliza por meio de uma estratégia estabelecida pelo locutor. Esse aspecto é analisado pela dimensão enunciativo-pragmática. Segundo Maingueneau (2010), nessa faceta, é possível a existência de marcas enunciativas tais como a presença de conjunções adversativas ou advérbios de afirmação.

Segundo Maingueneau (2010), a dissensão pode aparecer por excertos ou ironias, contudo assevera que nem sempre será facilmente percebida no enunciado e, por isso, faz-se necessária uma abordagem pragmática. Segundo Amossy (2017), retomando a utilização da ironia nas sentenças polêmicas, esse emprego objetiva desqualificar os argumentos da formação discursiva contrária.

O Oponente refuta, assim, as razões do adversário, mostrando que seu discurso é indigno de confiança e não merece que o apoie. A polêmica responde, então, ao discurso adverso, enfraquecendo-lhe os argumentos por todos os meios possíveis, seja pela negação, seja pela reformulação orientada, seja pela ironia, seja pela modificação dos propósitos. (AMOSSY, 2017, p. 59)

A proposta de Maingueneau (2010) é reconhecer a dimensão teatral do enunciado polêmico, pois pressupõe a presença de um espectador que chama de “terceiro neutro”, plateia abstrata que tende a ser conquistada pela argumentação.

Nessa perspectiva, segundo Maingueneau (2008), as discussões cotidianas e efêmeras podem ser decididas por uma instância superior. Dessa forma, uma demanda

pode ser revista por um tribunal de gradação mais elevada. Contudo, há dissensões, cujos assuntos transcendem a competência das hierarquias, pois tratam de questões fundamentais da vida ou da essência das instituições. Nessa perspectiva, o Concílio de Trento e os posteriores foram incapazes de erradicar a polêmica entre romanistas e protestantes. Assim, os oponentes são fomentados e arbitrados por uma instância abstrata – o terceiro neutro.

O conceito de terceiro neutro pode ser comparado ao que Amossy (2017) denomina como conceito de espetacularização em que apresenta o interesse da polêmica em oferecer um evento teatral a um auditório com o intuito de persuadir esse público para eliminar o seu oponente. Esse auditório imaginário oferece o contrapeso do argumento de modo que na interação do dissenso não se tem outra intenção que não seja eliminar o Outro para fazer prevalecer o conceito de “verdade” da formação discursiva.

A segunda faceta da polêmica é a dimensão sociogenérica. Segundo Maingueneau (2010), a polêmica existe de forma difusa na memória das pessoas como um acontecimento enunciativo. Nessa perspectiva, começamos a tratar do aspecto teórico da memória, que será debatido com mais amplitude no conceito de archeion.

Para Maingueneau (2008, p. 116), a existência de um discurso é constituída por um número limitado de textos que formam a memória das duas formações discursivas. Essa memória pode ser reconhecida em duas facetas: a interna e a externa. A memória interna é aquela que ganha autoridade com o passar do tempo e faz das personagens heróis e mártires. A memória externa é de filiação, ou seja, reconhece aqueles que são aliados e os que são adversários. Assim, a tradição se constrói em uma espécie de nó onde, de um lado, se tem o universo semântico com os textos que constituem o discurso e, do outro, o discurso propriamente dito que evoca e legitima a tradição que o constituiu.

A terceira dimensão da polêmica, para Maingueneau (2010, p. 196), é a semântica e implica distinguir se “a relação com o adversário é um acidente exterior ou se é constitutiva da identidade do posicionamento”. Consequentemente, as polêmicas nascem de dentro para fora, ou seja, quando os posicionamentos do sujeito o levam a uma revolta que se exterioriza.

Portanto, a polêmica é um registro comunicacional do qual o discurso não pode escapar sob a pena de perder sua identidade e legitimidade, assim como pode ser analisada pelas facetas enunciativo-pragmática, sociogenérica e a semântica.

1.1.1. Interincompreensão, simulacro e tradução

Na música *Fora da Ordem*, no contexto do campo discursivo da política, Caetano Veloso (1991) afirma: “Eu não espero pelo dia/ Em que todos/ Os homens concordem/ Apenas sei de diversas/ Harmonias bonitas/ Possíveis sem juízo final...”. Nesse verso, o eu-lírico admite a impossibilidade que todos os homens concordem e, geralmente, as polêmicas caminham para discursos escatológicos que prenunciam o fim da existência caso a ideia do proponente desse discurso seja negligenciada. Essa concepção vai ao encontro do conceito de interincompreensão, simulacro e tradução de Maingueneau (2008).

O debate entre romanistas e protestantes pode ser compreendido na perspectiva de Maingueneau (2008) da interincompreensão constitutiva, ou seja, “cada um introduz o Outro em seu fechamento, introduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e, assim, sua relação com esse Outro se dá na forma do ‘simulacro’ que dele constrói” (MAINGUENEAU, 2008, p. 21). Dessa forma, tanto o discurso romanista como o protestante parte de uma inversão do Outro de tal modo que não se compreenderão sob a pena de deixarem o seu posicionamento, ou seja, a própria identidade que marca o discurso. Nessa perspectiva, afirma Maingueneau (2008, p. 100):

[...] esses enunciados do Outro só são “compreendidos” no interior do fechamento semântico do intérprete; para constituir e preservar sua identidade no espaço discursivo, o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que ele constrói.

Maingueneau (2008a, p. 100) chama essa realidade de “pentecostes pervertido” fazendo uma relação ao texto Bíblico de Atos. Enquanto no relato bíblico cada um entendia o que era falado na sua própria língua, na realidade, apesar das pessoas terem um idioma comum, cada um entende o Outro a partir do seu sistema de restrições semânticas que marca a identidade do seu espaço discursivo. Maingueneau (2008a) compara esse processo a uma tradução, contudo esse termo é utilizado para designar um “mecanismo necessário e regular, ligado à constituição de formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio históricas irreduzíveis” (MAINGUENEAU, 2008, p. 101).

Esse contexto explica por que, em um debate, apesar das partes que o compõem terem argumentos que julgam plausíveis, estão fadados ao limite da mera coerência

lógica, pois se trata do que Maingueneau (2008, p. 100) chama de “diálogo surdo” onde as partes compreendem o discurso paciente pelo viés do simulacro.

Maingueneau (2008) afirma que o discurso possui duas facetas: uma estrutura semântica que limita sua produção e a “não compreensão” do Outro. Essa realidade pode ser representada em semas positivos (reivindicados) e negativos (rejeitados). Maingueneau (2008, p. 104) afirma que “não existe relação polêmica ‘em si’: a relação com o Outro é função da relação consigo mesmo”.

Se tomarmos o inferno sartreano, obteremos uma ilustração dessa realidade. Na peça *Entre quatro paredes* de 1944, a personagem Garcin constata: “O inferno ... são os outros” (SARTRE, 2001, p. 45). Nessa peça, as personagens estão no inferno que não tem nenhum dos adereços peculiares, do discurso religioso, mas se passa em um quarto, onde não há espelhos e não se pode dormir. Nesse cômodo são reunidas pessoas que, em vida, tiveram falhas semelhantes, no caso da peça, com suas atitudes, torturaram pessoas próximas. A angústia desse inferno não está nos sofrimentos que a morte privou, mas no julgamento constante do Outro.

Nesse inferno, por causa da ausência de espelhos, todos são obrigados a se verem pelos olhos das pessoas com quem compartilham o mesmo espaço, todavia porque todos estão arraigados às suas convicções vivem em um diálogo surdo onde cada um, eternamente, é obrigado a simplesmente permanecer juntos. Nessa realidade escatológica, os indivíduos veem o outro a partir da maneira como são capazes de interpretá-los. Maingueneau (2008) chama esse procedimento de tradução, ou seja, “um mecanismo necessário e regular, ligado à constituição de formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio-históricas irreduzíveis” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 101).

Segundo Maingueneau (2008), o discurso não é um produto, mas um processo e, por isso, a competência discursiva se dá quando o usuário do discurso consegue constatar a formação discursiva, ou seja, reconhecer a incompatibilidade semântica dos enunciados e traduzi-lo no sistema de coerções (MAINGUENEAU, 2008, p. 55). Nessa perspectiva, a Bíblia funciona para ambos os grupos como um texto fundante, ou seja, “assumem que essa Fonte legitimadora a partir da qual se autorizam é exterior ao discurso, mas ela é construída por esse mesmo discurso para poder fundá-lo” (MUSSALIM, 2012, p. 954).

1.2. Conceito de Competência Discursiva

Segundo Maingueneau (1998, p. 27), o termo competência é derivado do gerativismo de Chomsky para se referir à habilidade de entender e produzir frases dentro de uma língua. Contudo, na Análise do Discurso, esse conceito não fica restrito ao ambiente gramatical, mas une-se à competência pragmática (regras que possibilitam interpretar um enunciado em um contexto) e a etnografia inclui a competência comunicativa (o uso apropriado da língua).

Maingueneau (2015) parte do pressuposto de que um discurso ganha sentido em sua relação interdiscursiva. Dessa maneira, ninguém pode assumir a prerrogativa adâmica, ou seja, falar de maneira inédita, pois nossa forma de se expressar é atravessada por outras e seu significado construído de forma social.

Maingueneau (1998) trabalha com o conceito de competência discursiva, o que, nas suas palavras, pode ser entendido como: “a aptidão que deve ter um sujeito para produzir enunciados que dependem de uma formação discursiva determinada” (MAINGUENEAU, 1998, p. 28).

Segundo Maingueneau (1998), formação discursiva não é um sistema de regras que vive na superfície do discurso, mas que se constrói na relação com outros discursos. Dessa maneira, dentro de uma formação discursiva há enunciados circunscritos em um mesmo contexto histórico, social e ligados pelo mesmo posicionamento, de modo que gerem a soma do que é dito ao que pode ser dito. Assim, existe um conjunto de regras que estão no âmago do grupo e que gerenciam a preservação da identidade dessa formação, pois estão em constante atrito com outras formações dentro de um mesmo campo discursivo.

Dentro dessa perspectiva, Maingueneau (2008) entende que a competência discursiva necessita primeiramente da habilidade de reconhecer um enunciado e sua própria formação discursiva. Dessa maneira, pressupõe-se que alguém seja capaz de reconhecer seus posicionamentos, na mesma proporção que reconhece a formação discursiva contrária em um enunciado “bem formado”.

Consequentemente, aqueles que compactuam das formações discursivas em um campo teriam certa consciência de seus posicionamentos e daqueles que não endossam. Segundo Maingueneau (2008) são características da competência discursiva:

- Produzir um número ilimitado de enunciados dentro dessa formação discursiva
- Reconhecer a incompatibilidade semântica em relação à formação discursiva do Outro;
- Traduzir o Outro a partir do seu sistema de restrições semânticas.

Dessa maneira, essa seção do trabalho será dividida em duas partes: a primeira tem o objetivo de compreender o campo discursivo no qual esses enunciados são produzidos, assim como o conceito de discurso constituinte, conceitos de paradoxo constitutivo, paratopia, sombra, *archeion*, ethos e cenografia. Na segunda parte, objetiva-se enfocar mais precisamente nesse sistema de restrições semânticas, abordando a concepção de interincompreensão, simulacro e tradução.

1.2.1. Campo discursivo

Segundo Maingueneau (1998, p. 19), os campos discursivos são “espaços onde um conjunto de formações discursivas está em relação de concorrência no sentido amplo, delimitam-se reciprocamente”. No caso do discurso religioso, especificamente, no âmbito da polêmica entre católicos romanos e protestantes calvinistas, temos essas duas formações discursivas em concorrência. Para entendermos essa dinâmica dentro do campo discursivo, propomos fazer uma comparação das semelhanças e diferenças desse conceito entre Maingueneau e Bourdieu.

1.2.1.1. Teoria Geral dos Campos (TGC)

O sociólogo e filósofo francês Pierre Bourdieu teve grande influência na produção de Maingueneau, especialmente, no que tange à pesquisa dos campos discursivos. Segundo Champagne (2004), Bourdieu possui uma ampla pesquisa que passa pela realidade dos camponeses, a arte, as ciências e a religião. Nas primeiras obras, desenvolveu o conceito de *habitus* e, em 1964, em *Os Herdeiros*, elabora a ideia de capital cultural. Esses dois conceitos são importantes para a melhor compreensão da dinâmica das formações discursivas dentro do campo.

Bourdieu (1989, p. 7) defende que o poder simbólico é invisível e exercido em cumplicidade, inconsciente, com os que o manipulam e àqueles que lhe são passivos. Nessa perspectiva, Bourdieu (1989, p. 9) sintetiza sua visão, afirmando: “o poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem

gnoseológica: o sentido imediato do mundo”. Esses universos, por serem estruturados, moldam a sociedade e servem na interação dos seres humanos e no agrupamento deles, pois “são os meios por excelência de interação social” (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Em uma visão marxista, o “sistema simbólico” não está alheio à intervenção da sociedade, ou seja, reproduz o discurso da classe dominante. Todavia Bourdieu (1989) defende o papel aglutinador da cultura, e o modo como as características que a efetivam são os mesmos utilizados para se legitimar e separar em um grupo social.

Segundo Pereira et al (2002), Bourdieu entende que a sociedade não funciona de forma substancialista, como se os indivíduos de um determinado grupo social se caracterizassem pelas relações que exercem, mas como produto da interação entre pessoas em um momento histórico, pois o “espaço social é construído de tal modo que os agentes ou os grupos são aí distribuídos em função de sua posição nas distribuições estatísticas de acordo com os dois princípios de diferenciação” (capital econômico e o capital cultural) (BOURDIEU, 1996, p. 19). Dessa maneira, segundo Pereira et al (2002, p. 109), para Bourdieu, a sociedade é “uma teia multidimensional de relações recíprocas, de diferenças e antagonismos, distâncias e aproximações, concorrência e complementaridade”.

Consequentemente, um indivíduo não caminha de forma autônoma e paralela ao mundo que o circunda. Dessa maneira, as escolhas que acredita fazer por seus interesses são mera consequência de um conjunto de relações que, apesar de oscilar da parca consciência até a completa inconsciência, determinam como deve se portar nesse ambiente social onde atua essa regra invisível chama de *habitus*.

Partindo do pressuposto de que Bourdieu (1989) coloca a ciência, a religião e a arte como universos simbólicos que sistematizam e aglutinam a sociedade, podemos compreender essas instâncias, em certa medida, de formas equivalentes, e transferir o que atribuem de uma para outra no âmbito da sociologia, pois o autor afirma que “todas as produções culturais, a filosofia, a história, a ciência, a arte, a literatura etc.”, são “objetos de análise com pretensões científicas”. Assim:

Há uma história da literatura, uma história da filosofia, uma história das ciências etc., e em todos esses campos encontra-se a mesma oposição, o mesmo antagonismo, frequentemente considerados como irreduzíveis [...]. (BOURDIEU, 2004, p. 19)

Bourdieu (2004, p. 20) entende que o campo é “um microcosmo dotado de leis próprias”. Assim, apesar de ter seu arcabouço metodológico, não está isento da sociedade que o cerca, de modo que não existe ciência, arte, literatura e a religião que não estejam, de alguma forma e em certa medida, influenciadas pela sociedade. Dessa maneira, segundo Bourdieu (2004, p. 21), assim como essas instâncias simbólicas não estão totalmente escravizadas aos ditames político-econômicos, elas também não estão livres de serem influenciadas por eles.

Segundo Bourdieu (2003), por mais diferentes que sejam os campos, são regidos pelas mesmas leis, pois, apesar da heterogeneidade deles, são ordenados por padrões universais. Dessa maneira, dentro de um campo, há diferentes espaços construídos socialmente, os quais existem pela relação que os agentes empreendem dentro dele.

Portanto, a sociedade é governada por um poder simbólico e invisível pelas várias instâncias simbólicas tais como a ciência, a arte e a religião que oferecem liame à sociedade, as quais servem aos interesses com maior prestígio no momento (capital). Nessas estruturas, as pessoas não fazem escolhas, mas são orientadas de forma inconsciente por essa força que chama de *habitus*.

1.2.1.2. Uma visão comparativa entre Bourdieu e Maingueneau

Segundo Maingueneau (2018), na década de 1960, a AD existia entre a problemática dos campos de Bourdieu e a da arqueologia de Foucault, explicitando o confronto de abordagens divergentes (a postura da sociologia e da literatura). Maingueneau (2015, p.46) afirma que “Bourdieu privilegia as estratégias de legitimação dos agentes no interior de um ‘campo literário’ que segue regras próprias”.

Para Bourdieu, é preciso estabelecer relações entre ‘o espaço das obras (isto é, formas, estilos etc.), concebido como um campo de tomadas de posição que só podem ser entendidas em termos relacionais, semelhante a um sistema de fonemas, ou seja, como sistema de afastamentos diferenciais, e os espaços das escolas e dos autores, concebido como sistema de posições diferenciais no campo de produção. (MAINGUENEAU, 2018, p. 47).

A ruptura entre a TGC de Bourdieu e os campos discursivos de Maingueneau se dá precisamente no aspecto que, enquanto aquele entende que a interpretação não precisa dos seus pressupostos externos, este acredita que, destituído dos

posicionamentos, não se pode compreender a oposição entre os subgrupos de um campo. Dessa maneira, para Bourdieu (1989), poderia se inferir que o indivíduo está em uma formação discursiva pelo *habitus*, enquanto para Maingueneau (2018) pelo posicionamento.

A ruptura de Maingueneau (2010) com Bourdieu se dá nos anos 1970, pois passa a considerar a questão da formação discursiva, porque acata como “um espaço no interior do qual interagem diferentes ‘posicionamentos’, fontes de enunciados que devem assumir os embates impostos pela natureza do campo” (MAINGUENEAU, 2010, p. 50).

Segundo Maingueneau (2015), uma das características do discurso é ter seu sentido socialmente construído. Como afirma:

O sentido de que se trata aqui não é um sentido diretamente acessível, estável, imanente a um enunciado ou a um grupo de enunciados que estaria esperando para ser decifrado: ele é continuamente construído e reconstruído no interior das práticas sociais determinadas. Essa reconstrução do sentido é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais de diversos níveis. (MAINGUENEAU, 2015, p. 29)

É fato que Maingueneau e Bourdieu se diferenciam na avaliação do papel das influências externas na construção de um discurso, contudo, a concepção da dinâmica que as formações discursivas exercem no interior do campo é válida a ambos.

Nessa perspectiva, Bourdieu (2003) entende que os novos precisam pagar um direito de entrada no campo discursivo: reconhecendo o valor do jogo, assim como os princípios do seu funcionamento. O texto mais novo, por ter menos capital, é considerado subversivo por aqueles que detêm maior prestígio. Dessa maneira, os discursos mais novos adotam uma postura mais agressiva para assumir a posição de maior êxito, enquanto os mais velhos assumem uma postura conservadora para protegerem suas identidades. Contudo, para Bourdieu (2003), os grupos mais novos não empreendem revoluções completas, mas parciais, a fim de que o *habitus* seja preservado.

Maingueneau (2010), tal como Bourdieu (2003), entende que o campo discursivo não é homogêneo, todavia acredita que as leis não são invariáveis, mas “um jogo de

equilíbrio instável” (MAINGUENEAU, 2010, p. 50). De fato, Maingueneau (2010, p. 52) conceitua campo discursivo como “o espaço em que se definem as trajetórias efetivas dos escritores, que estão constantemente reajustando suas estratégias em função da maneira como evolui sua posição”.

Assim, para Maingueneau (2015), a heterogeneidade pode ser vista dentro de um campo na disposição dos discursos, os quais têm potencial para ocupar do centro à periferia, assim como ser dominantes e dominados. Contudo, a interação que se estabelece entre eles advém dos diferentes posicionamentos que adotam e do capital que possuem.

Entre as esferas de atividade, apenas algumas – por exemplo, o discurso político ou o discurso religioso – são submetidas a uma lógica de *campo*, onde se confrontam diversos posicionamentos. A noção de posicionamento (doutrina, escola, teoria, partido, tendência...) implica que, em um mesmo espaço, os enunciados se relacionam com a construção e a preservação de diversas identidades enunciativas que estão em relação de concorrências, em sentido amplo: sua delimitação recíproca não passa necessariamente por um confronto aberto. (MAINGUENEAU, 2015, p. 68)

O objetivo de Maingueneau (2015) é identificar o parâmetro que lhe dá sua própria identidade, pois o modelo proposto por Bourdieu consegue identificar a diferença entre os campos, contudo não a origem dessa disparidade, pois sua proposta fica restrita à ideia de novidade e tradição: discursos mais velhos têm mais capital em relação aos discursos mais jovens.

Segundo Maingueneau (2015, p.68), os posicionamentos se inscrevem dentro de um campo discursivo não de forma estática, mas em uma concorrência que segue a lógica da relação de força entre os discursos. Os posicionamentos periféricos formam subcampos. Maingueneau (2015) entende que dentro desses subcampos existem limitações semânticas às quais os discursos obedecem sob a pena de perderem sua identidade. Dessa maneira, Maingueneau (2015, 69) afirma que “muitos estudos de campo mostram que atividades verbais que poderiam ser julgadas parasitárias ou marginais são, de fato, necessárias ao funcionamento de uma instituição”.

A partir dessa perspectiva, o posicionamento funciona como a identidade enunciativa de um discurso dentro de um campo e, por causa dele, se aglutina e se

diferencia em relação aos demais discursos. Assim, a forma de compreender a matriz do discurso está na sua análise a partir de sua formação discursiva.

Nessa reflexão, dois conceitos de Bourdieu (1989) são basilares: *habitus* e capital. O primeiro mostra a diferenciação que se dá entre seu arcabouço teórico e aquele proposto por Maingueneau (2010, 2015). Nessa distinção, pode-se compreender que a inserção e permanência no campo discursivo se dão por fatores externos e ideológicos. Contudo, no conceito de capital, é possível compreender de forma mais aprofundada as relações que essas formações desempenham dentro de um campo, assim como estabelecer sua lógica.

Contudo, a defesa empreendida pelas diferentes formações discursivas dentro de um campo precisa ser uma fonte que legitime suas asseverações. Dessa maneira, cabe discutirmos, nesse apanhado teórico, os conceitos que tangem ao discurso constituinte.

1.2.2. Discurso constituinte

Segundo Maingueneau (2008), os discursos religioso, filosófico, científico e literário são denominados constituintes, ou seja, não reconhecem outra autoridade que não a própria, assim como não aceitam produções discursivas que lhes sejam superiores.

Maingueneau (2015, p. 140) afirma que esses discursos são considerados últimos e são responsáveis por afirmar o indizível. A Bíblia, endossada tanto pelo Catolicismo Romano, quanto pelo Protestantismo, responde às perguntas fundamentais do homem: quem eu sou, de onde eu vim e para onde vou. A filosofia e a religião têm o mesmo propósito, mas com metodologias diferentes.

Chauí (2005), a partir do discurso filosófico, reflete sobre a utilidade dos mitos e das religiões nas explicações da transitoriedade da vida.

Sem dúvida, a religião, as tradições e os mitos explicavam todas as coisas, mas suas explicações já não satisfaziam aos que interrogavam sobre as causas da mudança, da permanência, da repetição, da desaparecimento e do ressurgimento de todos os seres. Haviam perdido força explicativa, não convenciam, nem satisfaziam a quem desejava conhecer a verdade sobre o mundo (CHAUÍ, 2005, p. 32)

Dessa forma, Maingueneau (2015) afirma que “a noção de ‘discursos constituintes’ se apoia em uma instituição banal: há, em toda sociedade, tipos de falas de autoridade, reconhecidas como capazes de dar sentido aos atos do conjunto da coletividade” (MAINGUENEAU, 2015, p. 140).

Mussalim (2012) afirma que esses discursos se definem na maneira como se relacionam com o interdiscurso, ou seja, não autorizam nenhuma referência que não venha de uma fonte legitimadora. No caso do catolicismo romano, a tradição; enquanto no protestantismo, a Palavra. Consequentemente, tanto o romanista, quanto o protestante buscam em suas fontes legitimadoras a razão pela qual a instituição deve funcionar.

1.2.2.1. Paradoxo constitutivo

Maingueneau (2018) disserta que os discursos constituintes são, ao mesmo tempo, autoconstituintes e heteroconstituintes, ou seja, desempenham dois papéis diversos, ou seja, segundo Maingueneau (2015), porque têm legitimidade própria (autoconstituente) podem dar autoridade a outros discursos (heteroconstituintes).

Consequentemente, no caso do campo religioso cristão, a Bíblia pode exercer um papel constituinte em outros discursos como as *Institutas* de Calvino ou a *Suma Teológica* de Tomaz de Aquino. Da mesma forma que a Bíblia e a tradição legitimam respectivamente os escritos protestantes e romanistas, fomentam aqueles de modo que ambos se retroalimentam.

Segundo Maingueneau (2015), o discurso constituinte tem o objetivo de oferecer legitimidade a uma instituição, assim com os demais discursos que compõem essa formação discursiva.

Por meio das operações pelas quais esses discursos se constituem articulam-se a organização dos textos e as instituições que eles pressupõem e validam por sua enunciação. Um discurso constituinte não é, pois, um simples vetor de ideias, ele articula, por meios dos seus dispositivos enunciativos, textualidade e espaço institucional. Ele legitima a instituição que o torna possível (MAINGUENEAU, 2015, p. 143).

Assim, os discursos heteroconstituintes vivem em um paradoxo constitutivo, conforme Maingueneau (2015, p. 142), pois existem para legitimar outros discursos, mas, por sua vez, têm suas existências a partir dos discursos que legitimam de modo que se retroalimentam.

Sobre o discurso cristão, Maingueneau (1998, p. 32) afirma:

O discurso cristão, por exemplo, pretende fundar outros, instituindo um laço com a Revelação. Todo *discurso constituinte* é tomado numa relação conflituosa com os outros e mobiliza a inscrição de seus enunciados numa memória

Nessa perspectiva, segundo Maingueneau (2008), o discurso cristão tem seu texto fundante legitimado pela ação do Espírito Santo, que apenas pelas Escrituras ou pela Tradição, oferece a maneira como a coletividade deve se comportar. Assim, a partir da interpretação do texto bíblico e/ou das decisões da igreja pode-se condenar um certo comportamento e aquele que o pratica ao inferno. Dessa forma, o membro desse grupo esmera-se para se portar de tal forma que recolha as condições que o fazem esperar pelo céu, ou seja, o discurso constituinte existe em um mundo real, mas remete o fiel a um outro mundo – paratópico; da mesma maneira, o crente vive essa realidade, mas espera por viver eternamente na realidade transcendente que lhe é apresentada.

1.2.2.1.1. Os conceitos de ethos e quadro cênico

Segundo Maingueneau (2008b), os discursos constituintes são a mais alta fonte de autoridade para uma formação discursiva. Nesse sentido, tanto os documentos conciliares quanto a Bíblia são textos que apresentam as características desse discurso que os legitima. Contudo, esse discurso necessita expor a forma como se constituiu em um quadro cênico. Nessa perspectiva, o discurso se materializa em um texto fundante, ou seja, que apresenta características autoconstituintes e, por isso, pode legitimar outros.

Segundo Maingueneau (1997, p. 17), “o ‘discurso’ como tal não poderia ser apreendido diretamente”, ou seja, essa é uma instância abstrata que, segundo Brandão (2012), conjuga padrões ideológicos e fenômenos linguísticos. Dessa maneira, o discurso religioso concentra essas imbricações ideológicas, contudo suas características são perceptíveis em um texto fundante que, para os Protestantes, é apenas a Bíblia e, aos

romanistas, os textos do colegiado e a Palavra. Nessa perspectiva, o texto fundante toma o papel da enunciação primeira e o faz dentro de um quadro cênico.

Segundo Maingueneau (2020), o conceito e ethos é originalmente advindo da retórica clássica e equivalia a boa impressão que o orador transmitia a sua público a fim de arrebatar-lhes a confiança. Contudo, para se alcançar esse objetivo o retor deveria usar do ethos em uma de suas três divisões: a prudência, a virtude ou boa vontade.

Maingueneau (2020) comenta que Aristóteles desenvolve uma estudo sobre esse aspecto da arte de convencer e compreendia que o ethos (caráter) tinha mais eficácia que as provas. Contudo, segundo Maingueneau (2008b) houve um período de descrédito da retórica que só voltou a ser fonte de interesse no final da década de 1950 com Perelman e Toulmin e, o ethos no voltou a ser estudo, primeiramente pela pragmática, na década de 1980.

Segundo o próprio Maingueneau (2008b, 2016), nas últimas décadas foi levado a trabalhar com o conceito de ethos que ultrapassa o da mera persuasão (como pensava Aristóteles) permite fazer uma reflexão sobre “a adesão dos sujeitos a determinados posicionamentos” (MAIGUENEAU, 2008b, p. 64). Dessa maneira, na perspectiva de Maingueneau (2013) o conceito de ethos passa pela compreensão de que “toda fala procede de um enunciador encarnado; mesmo quando escrito, um texto é sustentado por uma voz – a de um sujeito situado para além do texto” (MAINGUENEAU, 2013, p. 104).

Minha primeira deformação (alguns dirão “traição”) do ethos constituiu em reformulá-lo em um quadro de análise do discurso que, longe de reservá-lo à eloquência judiciária ou mesmo à oralidade, propõe que qualquer discurso escrito, mesmo que negue, possui uma vocalidade específica, que permite relacioná-lo a uma fonte enunciativa [...] (MAINGUENEAU, 2016, p. 72)

Segundo Maingueneau (2016), essa vocalidade aparece como o corpo do enunciador. Dessa maneira, “o ethos implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global” (MAINGUENEAU, 2016, p. 72). Nessa perspectiva, o leitor, diante de uma série de indícios textuais (tom e caráter), constrói a figura subjetiva do fiador, instância subjetiva que emerge da leitura (MAINGUENEAU, 2013, P.107).

Nessa perspectiva, Maingueneau (2016) defende que a persuasão que o texto desempenha está ligado, em grande medida, com que o leitor se identifica com “a

movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados” (MAINGUENEAU, 2016, p. 73).

Maingueneau (2016) afirma que o *ethos* é parte constitutiva da cena de enunciação, que une as três cenas de fala: cena englobante (tipo de discurso), cena genérica (gênero) cenografia (o próprio texto). Dessa forma, o quadro cênico é o contexto em que o *ethos* existe e, conseqüentemente, o seu fiador.

1.2.2.2. Paratopia

Maingueneau conceitua paratopia da seguinte maneira: “uma constante negociação entre o lugar e o não lugar, uma localização radicalmente problemática, que se alimenta da própria impossibilidade de se estabilizar” (MAINGUENEAU, 2014, p. 189). Maingueneau (2008) entende que os discursos paratópicos têm uma existência parasitária, pois, apesar de existirem na sociedade, na memória das pessoas, almejam a destruição do contexto em que são usados.

Entretanto, esse discurso não é atópico (sem lugar, marginal pela essência) como o discurso pornográfico, tampouco utópico (vislumbra um mundo perfeito como a *Utopia* de Thomas More) ou distópico (como *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley), mas sua essência possui espaço na sociedade e, entre alguns grupos, lugar de destaque e suas asseverações são fatos reais e irrefutáveis aos que o têm como fundante de seus pressupostos. Contudo, apesar de pertencerem à sociedade, renegam-na.

Segundo Maingueneau (2010), esse caráter paratópico pode se apresentar no nível do conjunto do discurso constituinte, pois pertencer a essa realidade seria contradição aos seus princípios. O exemplo dessa realidade no discurso cristão seria a fala de Jesus na sua oração sacerdotal: “eles não são do mundo, como também eu não sou” (João 17.16). Jesus, dirigindo-se ao Pai, afirma que os seus discípulos apesar de estarem no contexto desse mundo não pertencem a ele.

Uma vez que o adepto do cristianismo vive em uma dimensão “parasitária”, o outro nível da paratopia e que complementa o anterior é pertencer a esse discurso constituinte. Só a Bíblia (para os protestantes) ou a Bíblia e a tradição (para os romanistas) oferecem aos fiéis uma identidade que lhes dá pertencimento a essa realidade transcendente.

Essa realidade paratópica pode ser vista no discurso constituinte pelo recurso da embreagem. Segundo Maingueneau (2013, p. 129), “chama-se embreagem o conjunto das operações pelas quais um enunciado se ancora a uma situação, e embreantes (também chamados elementos dêíticos), os elementos que no enunciado marcam essa embreagem”. Dessa maneira, o enunciado se ancora na pessoa, tempo e espaço do discurso. Nesse aspecto, o conceito de embreagem tem íntima relação com o de dêixis, que, segundo Maingueneau (2008, p. 88), é a “instauração espaciotemporal que cada discurso constrói em relação ao seu universo”.

Dessa forma, segundo Maingueneau (2013), o plano não embreado são aquelas enunciações que não se ancoram a esses elementos dêíticos e criam universos autônomos e primam pela atemporalidade do conteúdo apresentado.

Segundo Maingueneau (2018), nos discursos constituintes, a embreagem segue o padrão da paratopia, de modo que afirma:

Naquilo que poderíamos denominar embreagem paratópica, estamos diante de elementos de variadas ordens que participam simultaneamente do mundo representado pela obra e da situação paratópica através da qual se institui o autor que constrói esse mundo. (MAINGUENEAU, 2018, p. 121)

Maingueneau (2018) dá ênfase aos conceitos de máximo e mínimo. Dessa maneira, se tomarmos a personagem Bíblica de Moisés, perceberemos que fica no máximo, pois é voz de Deus, contudo, também se encontra no mínimo, caminha com o povo quarenta anos no deserto e é privado de entrar na terra prometida.

Portanto, o caráter paratópico dos discursos constituintes não só legitima os discursos heterocostituintes pelo seu vínculo com o transcendente, como oferece uma identidade que agrega as pessoas em um arcabouço doutrinário. Contudo, essa realidade se efetiva por intermédio da memória, pois, por meio dela, arregimentam-se os locutores consagrados e, por isso, aptos para falar em nome de Deus.

1.2.2.3. *Archeion* e memória

Segundo Chauí (2005), os chamados filósofos da natureza, a partir do século VII a.C., passam a determinar o termo ἀρχή (*arché*), que pode ser conceituado como

“princípio natural, eterno, imperecível e imortal, gerador de todas as coisas” (CHAUI, 2005, p. 39). Dessa maneira, temos a água para Tales; o *apeirón* para Anaximandro e o ar para Anaxímenes. Consequentemente, o *arché* seria um princípio que organizaria toda a natureza.

Maingueneau (2008) entende que os discursos constituintes negam a interação que estabelecem com discursos não-constituintes, contudo operam sob a função de *archeion*. Esse termo vem do grego *arché* e do latim *archivum*, então “o *archeion* associa assim intimamente o trabalho de fundação no e pelo discurso, a determinação de um lugar associado a um *corpo de enunciadores consagrados* e uma gestão da memória” (MAINGUENEAU, 2008, p. 38).

Dessa forma, Maingueneau (2008, p. 38) concentra o conceito de *archeion* como “a sede da autoridade”, ou seja, o discurso constituinte não pode ser forjado por qualquer pessoa, tampouco ser manuseado sem os predicativos necessários. No caso do protestantismo se faz necessário o bom trânsito nas fontes originais do texto bíblico, enquanto, para o romanismo, essa autoridade se dá pelo grau de aproximação hierárquica com a tradição.

O *archeion* promove a gestão da memória. Segundo Pêcheux (2020), o termo memória não pode ser entendido nesse contexto pelo viés da psicologia, “mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (PÊCHEUX, 2020, p. 46). Dessa maneira, Pêcheux (2020) conceitua memória discursiva como um reservatório de implícitos, “um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização, de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2020, p. 53).

Segundo Achard (2020), esses implícitos funcionam sobre uma plataforma imaginária de modo que os membros de uma comunidade os têm como algo vivo em suas mentes. Contudo, passam por um processo de reconstrução pela via da paráfrase de modo que ele se desliga de seu autor original e é usado de forma arquetípica. Essa realidade se torna teologicamente justificada tanto para os Católicos romanos quanto para os protestantes devido à inspiração do texto.

Segundo Durand (2020), quando o aedo recitava os feitos dos heróis, não tinha fala própria, mas era tomado pela musa.

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso ao pressupô-lo vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permeiam sua inserção por paráfrase. Mas jamais podemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo (ACHARD, 2020, p. 16).

Segundo Maingueneau (2015), rotineiramente, os discursos são fenomênicos, pois “a conversação ordinária pode ser caracterizada como uma atividade discursiva sem a pretensão de ser conservada” (MAINGUENEAU, 2015, p. 152). Uma vez que cumprem seu objetivo são esquecidos. Por isso, Davallon (2020) afirma que, para que haja memória, o discurso deve sair da insignificância e da indiferença, pois, influenciado pelo filósofo Maurice Halbwachs, entende que a memória necessita que “o acontecimento lembrado reencontre sua vivacidade; e sobretudo, é preciso que ele seja reconstruído a partir de dados e noções comuns aos diferentes membros de uma comunidade social” (DAVALLON, 2020, p. 25).

Conforme Maingueneau (2015, p. 152), a memorabilidade é “um traço exterior à enunciação; ela é tomada em uma relação constitutiva com seu próprio se-tornar-traço”. Como traço, nesse contexto, Maingueneau (2015, p. 149), considera que se limita “aos enunciados que se conservam, que se convertem em objetos aptos a circular e passíveis de ser submetidos a diversos processamentos”.

A Bíblia Sagrada e a patrística tratam dos fundamentos da instituição eclesiástica, contudo trazem textos difíceis, que precisam ser submetidos a uma exegese. Segundo Maingueneau (2014), a exegese é uma técnica de leitura especializada que pode ser descrita em dois aspectos: é fruto de aprendizado (logo não está disponível à grande massa dos fiéis) e é exercida por aqueles que têm acesso à fonte do discurso constituinte.

Maingueneau (2014) chama essa necessidade da exegética de clareza enganadora, pois afirma:

Desde sempre, para um enunciado inscrito em um enquadre hermenêutico, só há clareza enganadora: mesmo os enunciados que

parecem os mais transparentes exigem do destinatário que ele descubra sentidos escondidos, pelo menos nas leituras geridas nas instituições, em particular pelos professores e pelos críticos. A missão do verdadeiro intérprete é encontrar o local a partir do qual a clareza se obscurece e o enunciado eixa entrever o enigma que o enunciado supostamente encerra. (MAINGUENEAU, 2014, p. 140)

Dentro da perspectiva do discurso religioso cristão, toda atividade teológica é inerente à própria existência dos discursos constituintes de forma paradoxal (conforme tratado no paradoxo constituinte), o que se explica pelo conceito de clareza enganadora, ou seja, por mais claros que os enunciados sejam, porque são divinos, devem ser tratados como tais em uma leitura especializada capaz de retirar deles toda a sabedoria que possam oferecer. Outra questão relevante é que os discursos constituintes precisam ser interpretados para ter sua relevância aplicada a problemas modernos.

Segundo Maingueneau (2014), em todas as sociedades existem discursos primeiros que residem na memória e exercem um grau de autoridade sobre os textos que a eles recorrem. Eles formam aquilo que Maingueneau (2014) chama de *thesaurus*, textos primeiros, assim como os que os sistematizam. Dessa realidade, instaura-se um cânon de “arquitextos legítimos” que são dignos de interesse. No campo religioso cristão, a Bíblia e os escritos da patrística são importantes tanto para romanistas quanto para protestantes, contudo com graus de importância diferentes.

Segundo Maingueneau (1998), como foi dito anteriormente, a memória pode ser interna ou externa, ou seja, é tanto capaz de trazer a memória os discursos constituintes de uma determinada formação discursiva, assim como ser capaz de identificar aqueles que partilham ou não das mesmas convicções. Dessa maneira, dentro do discurso religioso cristão, os discursos fundantes aparecem ora em citações diretas ou em alusões para dar autoridades a esses textos e aqueles que lhe proferem. Assim, os escritos teológicos, apesar de importantes para a igreja devido ao poder de agregar, não têm autoridade neles próprios, tampouco seus autores que não são nada mais que sombras desses discursos constituintes.

1.2.2.4. O conceito de sombra

Segundo Maingueneau (2010), os discursos paratópicos são construídos por enunciadores consagrados que têm uma íntima relação com o Absoluto. Contudo, o

discurso constituinte é uma fonte de aforismas para os textos que legitima. Essa relação é pautada pelo paradoxo constitutivo.

Apesar de Calvino, a Assembleia de Westminster, Sadoletto ou Francisco de Sales afirmarem que são idôneos e falarem em consonância com suas respectivas instituições, eles não têm o contato com o Absoluto de modo que seus discursos possam ser considerados constituintes, mas podem ser considerados como sombras.

Maingueneau (2010) propõe o conceito de sombra a partir do filme “Kagemusha, a sombra do Samurai” (1980) de Akira Kurosawa. Essa história se passa no Japão do século XVI, quando diversos senhores disputavam poder (Nobunaga Oda, Ieyasu Tokugawa, Shingen Takeda etc.) e um deles (Shingen Takeda), antes de morrer na batalha, pede para que sua morte seja ocultada a fim de que não se desmantelasse o seu clã e, para isso, foi substituído por um sócio (Kagemusha).

Segundo Maingueneau (2010), essa história vem ao encontro do conceito de sombra, ou seja, a relação paradoxal entre os discursos primeiros (constituintes) e os segundos (formado pela palavra de peritos). Dessa maneira, essa história apresenta-se como uma metáfora, na qual Shingen Takeda procede na mesma medida que os discursos constituintes que dão legitimidade ao governo de Kagemusha, que funciona como um texto secundário.

Nessa relação, instaura-se um paradoxo semelhante ao paradoxo constitutivo, pois, sem a existência de Shingen (o discurso constituinte), não haveria legitimidade ao governo de Kagemusha (discursos secundários), assim como, sem Kagemusha a autoridade de Shingen se esfacelaria. Tomando o discurso religioso cristão, os discursos inspirados (Bíblia para os protestantes e a Bíblia e a tradição aos romanistas) têm sua legitimidade atestada por uma instância transcendente, todavia a distância inerente dessa instância (Espírito Santo falando apenas pela Bíblia ou pela Tradição eclesial) gera um problema na aplicação de seus preceitos que são efetuados pelos discursos secundários (Calvino e Sadoletto).

Dessa maneira, os discursos de Calvino e Sadoletto podem ser vistos como sombras dos discursos que os constituem de tal maneira que, apesar de se parecer com esses discursos, são diferentes deles. Entretanto, esses textos derivados podem ganhar um *status* de “ídolos” devido à intermediação que fazem com as pessoas comuns e os discursos constituintes. No caso do Catolicismo Romano, o povo e a tradição, no protestantismo, a Palavra e a igreja. A autoridade desses indivíduos vai muito além do tempo e da ocupação que desempenham. A troca de cartas entre Calvino e Sadoletto

transcende os embargos históricos e serve de inspiração a pessoas de sua época e das gerações posteriores.

Portanto, tal como Kagemusha não tinha legitimidade em si mesmo, pois era um mero ladrão que se parecia com Shingen Takeda, assim também Calvino e Sadoletto não têm autoridade neles próprios, mas no fato de asseverarem que seus discursos traduzem a vontade revelada, um pela Palavra e o outro pela Tradição. Essa relação entre o discurso primário e o discurso secundário se dá na medida em que, ao ler este, se faz necessário conhecer aquele, assim como os primários são revisitados e até ressignificados pelos secundários.

II. CONTEXTO HISTÓRICO-TEOLÓGICO DA REFORMA E DA CONTRARREFORMA

Quando diante de uma igreja chamada “evangélica”, analisamos a expansão de seus adeptos no cenário político e social, raramente, atentamo-nos ao fato de que esse grupo tem uma história que, mesmo negligenciada até por muitos de seus membros, é intrínseca a seus passos e oferece os subsídios necessários para entendermos os fenômenos hodiernos da polêmica que envolve católicos romanos e calvinistas.

Para compreender o protestantismo, é relevante descortinar suas origens a fim de assimilar o seu desenvolvimento. O documento conciliar (Vaticano II) *unitatis reintegratio* previa que um dos objetivos dos padres conciliares era reintegrar a unidade da igreja. A ideia do Catolicismo Romano e do senso comum é que havia na Sé Romana uma unidade que foi maculada pela Reforma Protestante e a grande prova desse mal é o fato de que há credos de confissões teológicas.

A esse respeito, Sadoletto (2020), cardeal que representava o papa Leão X na negociação com as igrejas que haviam aderido ao Protestantismo, dirigindo-se ao Conselho e cidadão genebrinos, compara a verdade à mentira, pois, enquanto aquela é simples e reta, esta é multiforme e cheia de voltas. Diante dessa diferenciação, conclama os protestantes de Genebra a aderir à unidade que outrora quebraram sob a pena de angariarem o inferno.

Quatrocentos e cinquenta e seis anos depois, o monge beneditino, Bettencourt (1995) entende que a Reforma Protestante do séc. XVI está alicerçada em três princípios: a justificação pela fé sem obras, a Bíblia é a única fonte de fé e sujeita ao “livre-exame”, assim como a negação de intermediários entre Deus e os crentes. Contudo, tal como Sadoletto (2020), acredita que a multiplicidade de igrejas que pulula mostra que tal movimento não é proveniente do Espírito Santo, mas do homem.

Se o romanismo se baseia no argumento de autoridade afirmando-se na tradição da igreja, a Reforma contradiz esse posicionamento pela mesma linha argumentativa, ou seja, o valor das Escrituras. Calvino (2020) responde a Sadoletto sustentando que o único alimento que poderia ser dado ao povo é a Palavra de Deus e que a unidade na figura papal não era um fator *sine qua non* para a existência da igreja.

Essa divergência entre Católicos Romanos e Protestantes tem raízes históricas, pois a Idade Média, em que o romanismo faz as vezes do antigo Império Romano,

desempenhando o papel de integração do ocidente, estava se esfacelando em um momento, no qual as pessoas se acostumavam em estar sob a égide de soberanos nacionais e se maravilhavam com a vastidão do mundo, assim como, o crescente ceticismo às tradições.

No século XX, essa dissensão foi sintetizada nas chamadas *solas* da Reforma, porque todas se iniciam pelo adjetivo latino triforme *solus, sola, solum*. Os *solas* são as seguintes máximas: *sola gratia* (somente a graça, a salvação só pode ser recebida pela graça independentemente das obras), *sola fide* (somente a fé, a fé é o instrumento pelo qual a justificação alcançada por Cristo na cruz é aplicada aos cristãos), *sola Christus* (somente Cristo, a igreja está erigida sobre Cristo e não sobre qualquer outra representação, a salvação é dada apenas por Cristo), *sola Scriptura* (somente a Escritura/Bíblia, a única fonte inspirada é a Palavra) e *solus Deus gloria* (Glória somente a Deus, a glória de Deus não pode ser partilhada com mais ninguém).

Na primeira parte deste capítulo, tratamos do contexto histórico que desencadeou a Reforma Protestante do séc. XVI e a Contrarreforma. Pelo fato de o Protestantismo se tratar de um tema muito amplo e com muitas nuances, oferecemos um recorte representativo desse movimento em Genebra a fim de subsidiar nosso *corpus* nas discussões posteriores, especialmente, a correspondência entre Calvino e Sadoletto (2020).

Na segunda parte deste capítulo, tratamos de um aspecto teológico fundamental para dissertarmos a respeito da polêmica que envolve católicos romanos e protestantes na doutrina do *sola scriptura* tal como a inspiração exclusiva da Palavra (defendida pelos calvinistas) e a dupla inspiração (acatada pelos romanistas).

2.1. O contexto histórico da Reforma Protestante do século XVI

Desde o século XI, o feudalismo começou a enfrentar mudanças provenientes do término das invasões, mas também, o uso do arado de ferro e das colheitas rotativas proporcionou uma superpopulação que não podia ser mais contida nos limites dos feudos.

Segundo Gonzalez (2004), doutor em teologia pela Universidade de Yale, no século XIII, o poder papal, apesar de ter chegado ao seu apogeu com Inocêncio III, começa a declinar, pois a autoridade da igreja passa a ser atenuada por problemas internos e externos, tais como a caça às bruxas sob a égide do *malleus maleficarum* e o

abuso de taxas. Outro fator a ser levado em consideração foi a ascensão dos Estados Nacionais que passaram a exercerem outra fonte de autoridade na vida das pessoas.

Dando um salto histórico, segundo George (2017), doutor em teologia por Havard, o século XIV foi marcado por dois eventos: a recessão agrária e a peste negra. O promissor desenvolvimento comercial desse século foi interrompido pela Guerra dos Cem Anos (1337-1453). Nesse contexto, a iminência da morte era proclamada nos púlpitos e retratada na arte como a *Dança da Morte* de Hans Holbein ou a *Dança macabra* de Guyot Marchant. Nessa perspectiva, os fiéis recorriam, especialmente aos sacramentais², para procurar o perdão não só dos vivos, mas também dos mortos.

O poder institucional da Sé Romana cresceu e com ele as acusações dos adversários de apego aos bens temporais e imoralidades. As ordens mendicantes como o franciscanismo eram um indício de que o corpo eclesiástico precisava de uma reavaliação não só de sua conduta, mas até em seu discurso, pois as comunidades ansiavam por preleções objetivas e doutrinas práticas, cansadas das abstrações escolásticas.

2.1.1. A Reforma na Suíça e o humanismo

A Reforma do séc. XVI não ficara restrita a um país ou a uma cultura, mas expande-se na mesma medida que suas publicações eram editadas. Na Suíça, especificamente, segundo Latourette (2006), doutor em História da Igreja pela Universidade de Yale, havia um movimento chamado Reformado que caminhava paralelo ao luteranismo e possuía dois grandes expoentes: Zwingliuio e Calvino.

Para Latourette (2006), essa diferenciação se dá pelo grau de afinidade com o humanismo. Segundo George (2015), o termo humanismo foi cunhado no século XV para se referir aos leigos que se dispunham aos estudos acadêmicos. Nessa perspectiva, os dois expoentes da Reforma na Suíça foram instigados por esse movimento intelectual, especialmente, no *ad fontes* (retorno aos originais).

A própria tradução da Bíblia a partir do hebraico e aramaico (Antigo Testamento) e o grego *koinê* (Novo Testamento) sinalizava como a academia atingia a religião. Nesse contexto, a imprensa de Gutenberg potencializou a difusão do texto tido como

² Segundo o Catecismo da Igreja Católica (2000), enquanto os sacramentos são gestos sensíveis visíveis e eficazes da graça de Deus ministrados pela Igreja (no romanismo são sete: batismo, confissão, eucaristia, crisma, ordem, matrimônio e unção dos enfermos; no protestantismo apenas dois: batismo e eucaristia). Os sacramentais são ritos religiosos, também administrados pela igreja, que imitam os sacramentos. A água benta é um sacramental, pois seu uso serve para fazer o fiel se recordar do seu batismo.

sagrado, até agora restrito nos rincões romanistas, potencializou a teologia protestante que não só não estava limitada ao clero, mas também, discutia temas cotidianos.

Latourette (2001) afirma que a Suíça, apesar de pertencer ao Sacro Império Romano, nesse período, era governada pelo ducado de Savóia e era dividida em Cantões, rurais na sua maioria, mas com cidades de grande expressão tais como Basileia, Zurique, Genebra e Berna, nas quais havia uma efervescência cultural (com receptividade ao humanismo) e uma forte tendência à democracia, o que marcará, inclusive, o modo de governo das igrejas Reformadas.

Segundo George (2015), Zwinglio foi moldado por dois fatores: o patriotismo suíço e o humanismo erasmiano (Erasmus de Roterdã). O seu ideal para a Suíça era ser um Israel alpino reformado e para desenvolvê-lo funde o academicismo advindo dos estudos neotestamentários de Erasmo, a piedade da teologia de Lutero e no dia 1º de janeiro de 1519 se desvincula das vestimentas e ritos romanistas e adota um culto simples baseado na exposição do Evangelho de Mateus.

2.1.2. A Genebra de Farel

A Suíça serve nesse trabalho como um recorte para se trabalhar a Reforma do séc. XVI, assim como um microcosmo capaz de oferecer os subsídios necessários para vislumbrar toda a potência da polêmica entre romanistas e protestantes que existe até os nossos dias.

Segundo Latourette (2001), antes da morte de Zwínglio suas ideias haviam se espalhado para outros centros, de modo que Basileia contou com o trabalho de Ecolampádio (John Jussgen Heusgen); Bulliger substituiu Zwínglio em Zurique e Genebra foi pastoreada por Guilherme de Farel.

Segundo Van Halsema (1968), biógrafa de Calvino, Farel foi muito influenciado pelo humanismo de seu mestre Jacques Le Frèvre e se tornou um pregador que atraiu com veemência a Igreja de Roma, o que lhe garantiu o ódio de Erasmo de Roterdã. Em Genebra, a resistência do catolicismo romano cessou apenas em 1535 quando conseguiu consolidar o seu trabalho.

2.1.3. Calvino e Genebra

João Calvino é uma personagem histórica que desperta visões divergentes, pois, por um lado temos Bettencourt (1995), monge beneditino e teólogo brasileiro, que o

avalia como um ditador religioso, por outro lado, Weber (2013), no início do séc. XX, pesquisando sobre a proeminência dos países protestantes, que encontravam no calvinismo um próspero paradigma.

Segundo Van Halsema (1968), João Calvino nasceu no dia 10 de julho de 1509 em Noyon na Picardia, filho de Jeanne le Franc Calvin e Gerard Calvin, que trabalhava como uma espécie de advogado de padres, cônegos e o próprio bispo, Charles Hangest.

O contado de Gerard Calvin com os altos escalões da igreja francesa permitiu que o jovem João Calvino tivesse o melhor preparo acadêmico de sua época estudando no Collège de la Marche, depois no severo Collège de Montaingu onde era obrigado a se comunicar apenas em latim e estudar com o caçador de heresias Noël Beda.

Segundo Macgrath (2004), em 1528, o pai de Calvino se desentendeu com a liderança da igreja e resolveu que seu filho não se encaminharia para a vida eclesiástica e, por isso, deixa Montaingu com o bacharelado em artes para cursar direito em Orleans onde estudou com o príncipes dos advogados franceses Pierre de l’Estoile. Essa atmosfera acadêmica deu ao Reformador de Genebra o aparato metodológico para utilizar na exegese das Escrituras.

Em 1533, o clima na França não era favorável aos protestantes, com os quais Calvino mantinha estreita relação, que o fizeram fugir de perseguições em 1535. Em 1536, tem que pernoitar em Genebra para se desviar das tropas de Francisco I da França que lutavam contra Carlos V da Alemanha.

Segundo Latourette (2001), Farel foi ao encontro daquele jovem de 26 anos, que acabara de publicar com êxito a primeira edição da sua obra emblemática *Institutas da Religião Cristã* (1536) a fim de persuadi-lo a ficar, pois tinha o interesse de se dedicar aos estudos pessoais. Contudo a forma como Farel o dissuadiu foi tão intensa que Calvino (1999) descreveria, anos depois no comentário de Salmos, as palavras que ouvi da seguinte maneira: “Deus haveria de amaldiçoar meu isolamento e a tranquilidade dos estudos que eu tanto buscava, caso me esquivasse e recusasse dar minha assistência, quanto a necessidade era extremo premente” (CALVINO, 1999, p. 40,41).

Segundo Silvestre (2009), doutor em história e teologia pela Universidade Metodista de São Paulo, a autoridade de Calvino em Genebra não era ilimitada, mas estava submissa ao Conselho da cidade. O autor das *Institutas* sabia que essa instituição não teria condição de efetivar uma Reforma relevante, especialmente, devido aos “libertinos”, membros do conselho adeptos de padrões morais mais flexíveis.

Segundo Silvestre (2009), aqueles que não aceitaram as reformas impostas por Calvino e Farel foram os taberneiros, jogadores e bebedores. Todavia o aumento do número de partidários dos “libertinos”, em 1538, fez com que Calvino, Farel e os pastores que compartilhavam de suas ideias tiveram que deixar Genebra.

2.1.4. Calvino e Sadoletto

Com a saída de Genebra, Calvino vai para Estrasburgo em um exílio que durou de 1538-1541. Segundo McGrath (2004), esse é um período de transformação do jovem Reformador para um hábil estrategista dentro da política eclesiástica. Nessa fase, ganhou um notável amadurecimento intelectual que pode ser visto no Comentário à Carta aos Romanos (1539), assim como, relevante posição de liderança, pois foi escolhido para representar os cidadãos de Estrasburgo na Dieta Worms convocada por Carlos V em 1540.

Nesse tempo em que Calvino estava exilado, o Cardeal Jacobo Sadoletto, homem sábio e dono de boas letras e virtudes reconhecidas até mesmo entre seus oponentes, em nome do Papa Leão X, passa a intermediar o retorno de cidades e países reformados de volta a Igreja de Roma.

A argumentação de Sadoletto tinha como premissa provar que a Igreja romana é a verdadeira e mostrar os Reformadores como homens astutos e gananciosos com o intuito de lhes subtrair a legitimidade para examinar as Escrituras e, conseqüentemente, invalidar seus pressupostos doutrinários.

Diante dessa investida, em 1541, o Conselho de Genebra, composto nesse momento por uma maioria de “conservadores” chama Calvino de volta, que aceita a seguinte disposição: “submeto minha vontade e meus sentimentos, branda e resolutamente, à obediência a Deus; e sempre que meus próprios conselhos me faltarem, submeter-me-ei àqueles por meio de quem espero que o Senhor fale comigo” (CALVINO, 2009, p. 50).

2.2. A Contrarreforma

Segundo Matos (2008), a Reforma Católica pode ser compreendida em dois aspectos: um ligado à cultura e propagação da doutrina, o que ficou conhecido como Contrarreforma, outro ligado à perseguição dos hereges, a Inquisição.

A esperada Reforma veio com Paulo III – Alexandre Farnese – cujo pontificado foi de 1534-1549. Nesse intervalo, a igreja se esmerou em reorientar seu foco, como afirma Matos (2008): “corrigir abusos, aperfeiçoar a sua estrutura e definir com maior precisão suas doutrinas” (2008, p. 171). Esse processo de correção e aperfeiçoamento teve seu ápice no Concílio de Trento (1545-1563). Esse período foi essencial para estabelecer a própria identidade do Catolicismo Romano como afirma Latourette (2006, p. 1138):

A abrangência pela qual muitos escaparam e que poderia manter milhares do rebanho católico romano foi rejeitada. Nisso a Igreja Católica Romana foi consistente sem repudiar sua índole e se apartar de maneira drástica de uma trajetória que fora buscada por séculos, talvez desde o começo.

As reuniões plenárias do Concílio de Trento eram desgastantes por causa da diversidade de ideias e, também, devido aos bispos habituados a luxos e regalias. Latourette (2006) defende que os episcopos do norte da Espanha e da França queriam um papa *primus* e não *primus inter pares* como advogou Cipriano (patrística latina do séc III).

Em meio a discussões institucionais e hierárquicas, Carlos V, imperador do sacro império romano-germânico, defendia uma reforma moral em um concílio mais agregador que arrebanhasse os dissidentes do romanismo. Contudo, o catolicismo tridentino tinha consciência de suas restrições semânticas e sabia que aceitar um debate nessa área seria dar força ao discurso protestante e perder sua identidade.

Latourette (2006) defende que a Reforma Católica foi um divisor de águas dentro do catolicismo romano, pois, se antes era mais aberto a doutrinas diferentes, agora, torna-se muito restrito por causa do refinamento de seus dogmas e a consciência do discurso que deveria proferir.

Dessa maneira, segundo Latourette (2006), as considerações do Concílio de Trento acatou o Catolicismo Romano como responsável por preservar a revelação oral recebida pelos apóstolos por meio de Jesus Cristo, assim como declarou a autenticidade da Vulgata, vinculou a eliminação do pecado original ao batismo e somou a autêntica interpretação das Escrituras ao romanismo. Nessa reunião, foram estabelecidos os sete sacramentos, assim como, o dogma da transubstanciação e a prerrogativa de que fossem celebrados por ministros ordenados.

Dois grandes objetivos do pensamento tridentino, no que se refere às Sagradas Escrituras é, em primeiro lugar, promover um dispositivo de segurança para refrear a

livre interpretação proposta pelos protestantes. Restringir ao uso da igreja as inferências, especialmente no que se refere à fé e à moral, fornece um tipo de estabilidade dogmática. Essa realidade da dupla inspiração (Bíblia e Tradição) será tratada com maior profundidade no próximo tópico.

Outro propósito é asseverar a autoridade da Tradição no mesmo patamar da Bíblia, pois a maneira que ela é interpretada não deriva das imposições do momento, tampouco do poder de persuasão de uma pessoa, mas do peso de uma instituição. Essa normativa, segundo o texto conciliar, não é recente, mas recebe o endosso de toda uma tradição que tem como seus representantes os próprios pais da igreja. Consequentemente, ir contra essas duas asseverações é tido, pelos conciliares de Trento, como uma petulância passível de punição.

Se o Concílio de Orange (529), para declarar Pelágio da Bretanha herege³, determinava que o exercício da liberdade humana estava comprometido pelo estado de queda do homem, o Concílio de Trento prevê que as pessoas são “livres para rejeitar a graça de Deus e também são livres para cooperar com ela” (LATOURETTE, 2006, p. 1174).

Segundo Latourette (2006), o Concílio de Trento confiou a uma comissão estabelecer um catecismo com as suas conclusões. Segundo Martins (1950), esta é primeira vez que a palavra “catecismo” aparece na obra do protestante humanista André Althamer de 1528.

Portanto, a Contrarreforma não pode ser vista apenas pelo paradigma da perseguição aos hereges ou a proibição de certos livros, mas a luta para preservar sua identidade e preservar sua hegemonia em um mundo muito instável em que os padrões e necessidades humanas estão mudando no ritmo das grandes navegações.

2.3. A doutrina da inspiração

Tanto católicos romanos, quanto calvinistas têm as Sagradas Escrituras como Livro Sagrado e, ambos a têm em um papel singular em suas instituições, compêndio doutrinário e costumes. Contudo a parcela de importância difere de uma instituição para outra, pois enquanto entre os calvinistas adotam o padrão do *sola scriptura* (só a Bíblia

³ Pelágio da Bretanha (360-420) foi um monge que teve como seu opositor Agostinho de Hipona, grande teólogo e bispo de Cartago, por defender que a salvação se dava pelas obras, porque o pecado de Adão (pecado original) não havia sido imputado a sua prole. Essa doutrina foi considerada herética no Concílio de Orange em 529.

é a regra de fé e conduta, assim como, suficiente para a vida cristã), os romanistas acreditam em uma dupla inspiração, ou seja, no mesmo patamar das Escrituras está a tradição e o magistério da Igreja como fontes de autoridade na vida dos fiéis.

Padre Paulo Ricardo de Azevedo (2021), mestre em direito canônico pela Pontifícia Universidade Gregoriana de Roma e ligado ao ensino da doutrina romanista pelos meios de comunicação, defende que não existe Bíblia sem igreja:

Entendam uma coisa. Não existe Bíblia sem Igreja. *Sacra Scriptura principalis est in corde Ecclesiae quam in materialibus instrumentis scripta*, dizem os Santos Padres. Ou seja, a Sagrada Escritura está escrita no coração da Igreja, mais do que em instrumentos materiais. E isso por uma razão muito simples: Jesus se encarnou, não se encadernou. A Igreja, por sua vez, guiada pelo Espírito Santo, perpetua-se na história e dá continuidade a essa encarnação. (AZEVEDO, 2021)

Azevedo (2021) defende a existência de um magistério antes de Constantino, assim como uma Bíblia antes mesmo do estabelecimento do cânon no Concílio de Hipona Régia (393), que estava dentro da tradição da igreja. Consequentemente, na perspectiva romanista, não é a Bíblia que valida igreja e suas inferências, mas o contrário, a igreja reconhece e dá testemunho das Escrituras.

Nesse tópico, tomaremos conhecimento dessa polêmica doutrinária que divide católicos romanos e protestantes calvinistas: a doutrina da inspiração. A grande discussão é sobre a fonte de autoridade de ambas as instituições, aqueles defendem uma autoridade da Bíblia juntamente com a tradição da igreja e estes asseveram que apenas a Palavra pode conferir pureza aos atos da igreja.

2.3.1. A doutrina do *sola scriptura*

Segundo Sproul (2000, p. 65), doutor em teologia pela Universidade Livre de Amsterdã e fervoroso defensor do calvinismo, historicamente, a igreja chama as Escrituras de a “norma das normas sem norma”. Como “norma das normas”, é uma regra acima de todas as outras e, por ser sem norma, indica ser uma regra sem igual *sui generis*.

O conceito de *Sola Scriptura* dita que a Bíblia (excluindo os apócrifos) é a única regra de fé e prática. Nessa perspectiva, Calvino (2000) afirma que a Bíblia é a regra básica à vida cristã e está acima de qualquer tradição.

Os pais da igreja escreveram grandes obras sobre as virtudes necessárias à vida cristã. São escritos de um significado tão valioso

que nem os eruditos mais hábeis poderiam esgotar as profundidades de uma só virtude. Todavia para uma devoção pura, não é necessário ler as excelentes obras dos Pais da Igreja, mas somente entender a regra básica da Bíblia. (CALVINO, 2000, p. 21).

Os calvinistas defendem que as Escrituras Sagradas independem do testemunho dos padres, teólogos e da própria instituição eclesiástica, e devem ser cridas e obedecidas, exclusivamente, mediante a crença de que é um texto vindo do transcendente, fonte de autoridade. Esse dogma tem, na teologia protestante, seu alicerce na doutrina da inspiração. Calvino, interpretando 2Timóteo 3.16, afirma sobre essa autoridade nos seguintes termos:

Para asseverar sua autoridade, ele ensina que ela é *inspirada* por Deus. Porque, se esse é o caso, então fica além de toda e qualquer dúvida que os homens devem recebê-la com reverência. Eis aqui o princípio que distingue nossa religião das demais, ou seja: sabemos que Deus nos falou e estamos plenamente convencidos de que os profetas não falaram de si próprios, mas que como órgãos do Espírito Santo, pronunciaram somente aquilo para o qual foram do céu comissionados a declarar. (CALVINO, 2009, p. 262)

Calvino (2009), como representante da Reforma, defende que a idoneidade de uma teologia sistemática, de uma confissão de fé ou de um catecismo estão na sua correspondência com as Escrituras devido a sua inspiração. Para acrescentar autoridade a sua afirmação, dá voz ao Apóstolo Paulo que endossa que nenhum escritor bíblico falou por sua particular elucidação, mas eram “como órgão do Espírito Santo” e, por esse motivo, deve ser “recebida com reverência” pelos homens.

Calvino (2008) defende que a doutrina da fé tem íntima relação com a crença de que Deus é o Autor das Escrituras e que fala pessoalmente por meio delas. Essa aptidão não é partilhada por todos os homens, mas por aqueles que o Espírito Santo ensina interiormente de modo que não precisam de demonstrações e razões (CALVINO, 2008, p. 75).

Segundo Costa (1998), o termo inspiração é uma equivalência da palavra grega θεόπνευστος (theopneustos) usada por Paulo em 2 Timóteo 3.16 e “não significa **‘inspirado’**, mas sim **‘ex-pirado’**, ou seja, ao invés de soprado para dentro, soprado para fora” (COSTA, 1998, p. 96). Moulton (2007) entende que esse termo é composto pela justaposição de duas palavras gregas: Θεός (theós – Deus) e πνέω (pnéo – respirar ou soprar).

Dessa maneira, em uma tradução equivalente seria dizer que toda a Palavra é o hálito que sai de dentro de Deus, por isso, inspiração pode ser conceituada como: “a influência sobrenatural do Espírito de Deus sobre os homens separados por ele mesmo, a fim de registrarem de forma inerrante e suficiente toda a vontade do transcendente, constituindo esse registro na única forma e norma de todo conhecimento cristão” (COSTA, 1998, p.98).

Berkhof (2012) entende que, por ser inspirada, serve a todas as gerações e, pelo mesmo motivo, “torna a regra infalível de fé e prática para a humanidade” (BERKHOF, 2012, p. 35). Segundo Berkhof (2012), a inspiração pode ser concebida como um fenômeno religioso de três formas diferentes: mecânica, dinâmica ou orgânica.

A inspiração mecânica seria a utilização do escritor bíblico sem levar em consideração suas capacidades intelectuais. Tanto na inspiração dinâmica, quanto na orgânica, os Reformadores, acreditavam que, ao inspirar, o Senhor usava de todo o arcabouço individual do escritor de maneira que sua maneira de expressar e comparações lhe eram peculiar e diferente dos demais.

Berkhof (2012) distingue o conceito de inspiração orgânica e dinâmica: sobre este, entende a rejeição do liberalismo teológico⁴ dos séculos XVIII e XIX. O liberalismo teológico tentava eliminar todo conceito transcendente na teologia e na análise das Sagradas Escrituras para favorecer uma perspectiva mais racional da Bíblia. Quanto à inspiração orgânica, acredita que esse conceito traduz: “a operação direta do Espírito Santo na produção dos livros da Bíblia” (BERKHOF, 2012, p. 36).

Portanto, para a Reforma protestante, apenas a Bíblia (subtraindo os livros apócrifos) é a única regra de fé e prática e a única fonte confiável às inferências teológicas. A própria prática da vida cristã, à luz dessa teologia, não pode ser guiada pelas tradições humanas sob a pena de se desviar do mais excelente porque vem diretamente da íntima relação com o divino.

2.3.2. A doutrina da dupla inspiração

Segundo o Catecismo da Igreja Católica Apostólica Romana (2000), a expressão utilizada pela patrística “*extra ecclesiam nulla salus est*” se refere à salvação oferecida por Cristo pela instrumentalidade da igreja. Dessa maneira, a igreja é fundamental para

⁴ O liberalismo teológico é um movimento que tem como fundador o luterano Friedrich Schleiermacher (1768-1834) e tinha como objetivo oferecer um discurso mais racional e mais afinado com os padrões acadêmicos. Esse movimento aparece nos estudos bíblicos pela alcunha de Alta Crítica.

a ministração da salvação aos seus membros. O Catecismo Romano de São Pio V (1950, p. 169) usa o episódio veterotestamentário da arca de Noé para evidenciar essa doutrina:

Ora, entre as figuras, existe uma de grande alcance: a “arca de Noé”. Foi construída por ordem de Deus, só porque devia inegavelmente representar a própria igreja. Deus instituiu esta de tal forma, que todos os homens que nela entram pelo Batismo, podem preservar-se de todo perigo da morte eterna. Mas, os que ficam fora dela, perecem afogados em seus próprios crimes, como sucedeu aos que não se abrigaram na arca.

Assim como a personagem Noé, Deus enviou seu próprio filho para edificar sua igreja que fora constituída para ser um abrigo seguro aos seus membros nesse mundo, de modo que a estrutura da comunidade do Senhor Jesus “permanecerá até a plena consumação do Reino” (CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2000, p. 219). Dessa maneira, o romanista entende que o modelo visível da igreja, assim como sua hierarquia não foram forjados segundo a conveniência dos homens, mas pela sabedoria divina. Apesar de nascer na Palestina há mais de dois mil anos, transcende sua própria história agenciando a salvação dos homens até a volta de Jesus como promete em sua Palavra.

Segundo o Catecismo da Igreja Católica (2000), a igreja vive em diversidade de dons devido à variedade de pessoas em culturas diferentes. Essa igreja, que se entende como o corpo místico do Senhor, é governada pelo colégio apostólico (os bispos e aquele que entendem como o sucessor de Pedro, o Papa).

O Papa Clemente XIII, na encíclica “In Domini Agro” (apud CATECISMO ROMANO DE SÃO PIO V, 1950), assevera que existem muitas opiniões contrárias que têm como objetivo macular a pureza da fé. Dessa maneira, sem que ela seja professada de forma objetiva e resistente, a instituição eclesiástica pode se afogar em uma multiplicidade de opiniões desagregadoras. Contudo, defende que dogmas tidos como perniciosos nem sempre se apresentam como tais, mas disfarçados em uma suposta verdade e podem enganar os leigos incautos, mas não o magistério da igreja.

Dessa forma, a tradição e o magistério têm um papel muito importante para o romanismo de modo que tanto a Bíblia quanto a Palavra da Igreja procedem da mesma fonte, o Espírito Santo. Nessa perspectiva, o documento conciliar *Dei Verbum* (2006, p. 7) afirma: “a Sagrada Escritura é palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito Santo; a Sagrada Tradição, por sua vez, transmite integralmente aos sucessores dos apóstolos a palavra de Deus”.

Bettencourt (1995) mostra que a revelação oral (mantida pelo magistério da Igreja) antecede a revelação escrita (ordenada nas Escrituras). Dessa maneira, ao se rejeitar uma necessariamente se está rechaçando a outra.

O valor da Tradição oral se explica pelo fato de que a Revelação oral antecedeu a redação das Escrituras e não foi, explicitamente, toda consignada nos livros sagrados; os hagiógrafos não tiveram a intenção de confeccionar um manual completo dos ensinamentos revelados, como professa o próprio São João no final do Evangelho (cf. Jo 20,30s; 21,25). Onde se vê quão alheio é ao espírito mesmo da Bíblia interpretá-la independentemente da corrente de doutrina dentro da qual a Escritura se originou, conservou-se e sempre se transmitiu (BETTENCOURT, 1995, p. 22)

Bettencourt (1995), se valendo do evangelho de João mostra que os hagiógrafos (escritores sagrados) não tiveram a intenção de promover um manual completo, porque a igreja continua sendo assistida pelo Espírito no múnus de ensinar. Dessa maneira, o Código de Direito Canônico (2001, p. 207), no cânone 749, afirma: “também o Colégio dos Bispos goza de infalibilidade no magistério quando, reunidos os Bispos em Concílio Ecumênico, exercem o magistério como doutores e juízes da fé e dos costumes”.

Os bispos, em comunhão com o Santo Padre nos Concílios Ecumênicos, são infalíveis. Enquanto os protestantes entendem que a Bíblia é plena e suficiente, os romanistas acreditam que nunca foi intenção da Bíblia ter esses predicativos, porque os costumes são mutáveis e a Bíblia só pode responder a eles com instruções abrangentes que são aplicadas pelo magistério da igreja.

Dessa forma, no Catolicismo Romano, a tradição é tida no mesmo patamar das Sagradas Escrituras de tal maneira que não há *sola scriptura* aos romanistas, pois crer nessa doutrina é anular a ação do mesmo Espírito que falou pelos autores bíblicos e pelo magistério da Igreja. Aos olhos da Igreja de Roma, essa doutrina protestante visa calar a voz do Espírito Santo ou engessá-la, pois “a pregação apostólica, que se exprime de modo especial nos livros inspirados devia conservar-se, por uma sucessão contínua, até a pregação dos séculos” (DEI VERBUM, 2006, p. 6).

Portanto, para se entender a polêmica entre romanistas e protestantes no âmbito das Sagradas Escrituras, é importante a compreensão da doutrina da inspiração, pois nela reside o âmago dessa dissensão.

Nesse contexto, ambas as instituições têm a Bíblia como sagrada e imbuída de autoridade divina, contudo o debate acontece dentro desse grau de importância: os romanistas entendem que ela está no mesmo patamar daquilo que a tradição e o

magistério da igreja, enquanto os protestantes entendem-na como portadora de uma autoridade exclusiva.

Dessa forma, o católico romano acusará o calvinista de arrogância por desprezar todo o peso da tradição, enquanto os protestantes lhes imputavam uma obstinação maléfica de renegar as Escrituras na ânsia de conservarem a posição diante da sociedade que ostentavam.

III. ANÁLISES DOS EIXOS SEMÂNTICOS E SEMAS DO DISCURSO ROMANISTA E PROTESTANTE

A relação entre Católicos Romanos e Protestantes é marcada por dissensões sobre temas tais como o papel da fé, Cristo, a graça, a glória de Deus e das Sagradas Escrituras na vida do fiel e na sua salvação. Considerando essas incongruências, este trabalho aborda a polêmica entre Romanistas e protestantes calvinistas no século XVI.

Os Católicos Romanos formam um grupo tipicamente mais coeso, especialmente, em torno da figura do Papa, enquanto os Protestantes são plurais em posicionamentos teológicos e práticas litúrgicas, de modo que alguns grupos, como os luteranos e anglicanos, têm, atualmente, um diálogo mais efetivo com o catolicismo romano. Os calvinistas ou reformados, desde a origem, desenvolveram uma teologia muito específica com os dispositivos semânticos que os ajudaram, não só a requerer a legitimidade do que asseveravam, mas também a identidade discursiva.

3.1. O *sola scriptura* e a polêmica entre Católicos Romanos e Protestantes

Este trabalho trata da polêmica que envolve romanistas e protestantes nos séculos XVI, um recorte importante para a compreensão de sentidos no discurso religioso, uma vez que, segundo Lopes (2004, p. 159), a Reforma foi um movimento hermenêutico, influenciado pelo humanismo, pois carrega o ímpeto de buscar as fontes originais e contradizer os dogmas estabelecidos.

A Reforma Protestante colocou a Bíblia nas mãos das pessoas com a ajuda do invento do século XV, a prensa de Gutenberg. George (2015) defende que essa atitude ofereceu um grande impacto na vida cotidiana desde os mais eruditos, que se esmeravam no estudo, tradução e comentários, tais como Erasmo de Roterdã, Martinho Lutero, Zwinglio, João Calvino etc. até os mais humildes.

A polêmica entre Católicos Romanos e Protestantes, no âmbito das Escrituras, acontece em três instâncias cruciais: a maneira como enxergam a instituição, o costume e a doutrina. A fim de analisar esses eixos semânticos no *corpus*, tomamos como instrumental metodológico o conceito de polêmica de Maingueneau (2010), considerada em suas três facetas.

Maingueneau (2010) entende que o discurso polêmico situa-se no registro comunicacional e pode ser caracterizado por uma certa “violência” verbal e observado de três formas diferentes: “enunciativo-pragmática”, sociogenérica” e semântica”.

A utilização da polêmica se viabiliza por meio de uma estratégia estabelecida pelo locutor. Esse aspecto é analisado pela dimensão enunciativo-pragmática. Segundo Maingueneau (2010), nessa faceta, por um lado, existem marcas enunciativas como a presença de conjunções adversativas ou advérbios de afirmação como “certamente”. Na perspectiva sociogenérica, a polêmica utiliza a memória, pois ganha sentido pela relação com os interlocutores. A faceta semântica depende do funcionamento do campo discursivo.

Nosso objetivo nesta seção é mostrar a existência da polêmica pelas facetas apontadas por Maingueneau (2010) a partir das instâncias nas quais essas dissensões acontecem.

Nesta seção, três conceitos de Maingueneau (2008a, 2013) são relevantes para a análise: simulacro, ethos/antiethos e cenografia. Segundo Maingueneau (2008a), o locutor vê o Outro a partir de si mesmo, ou seja, submisso a suas restrições semânticas. Nessa perspectiva, o discurso do romanista não falsifica o protestante, mas expõe um simulacro, ou seja, o avesso do outro. Essa atitude do locutor desenvolve essa estratégia a fim de resguardar a sua identidade discursiva.

Segundo Maingueneau (2013, p. 104), “toda fala procede de um enunciador encarnado”, ou seja, por meio desse fenômeno, o locutor transmite na enunciação indícios que mostram seu caráter e os princípios que endossa. É importante ressaltar que o locutor não diz ser religioso ou ter fidelidade às tradições ou à Bíblia, mas esses pressupostos aparecem de forma implícita, ou seja, no tom. Desse fenômeno emerge o fiador que atesta o que é dito.

Segundo Maingueneau (2001, p. 127) o antiethos funciona como um antiespelho, ou seja, um conteúdo escandaloso em comparação ao seu. O enunciador estabelece um cenário subversivo em relação ao seu para não só evidenciar a suposta correção de seus pressupostos em relação dos princípios endossados pelo Outro.

Maingueneau (2001a) afirma que o discurso constrói uma representação de sua enunciação, um quadro em que o ethos e o antiethos se desenvolvem e se apresentam em um enlace paradoxal, como Maingueneau (2013, p. 97) afirma: “todo discurso, por sua manifestação mesma, pretende convencer instituindo a cena de enunciação que o legítima”.

Portanto, nessa seção, analisamos a polêmica entre romanistas e protestantes calvinistas no século XVI com os objetivos de identificarmos os seus simulacros, os *ethé*, *antiethés* e a cenografia presentes no *corpus*. Para proceder a essa análise, pautamo-nos na concepção de Possenti (2009, p. 29), para quem a análise pode se degenerar em um “subjetivismo desvairado”, contudo há um limite que evita essa corrupção: o dado gramatical. Dessa maneira, procuramos ancorar nossas inferências no *corpus* tomando como parâmetro alguns conceitos da gramática tradicional para nos certificar que nos distanciávamos, dentro do possível, de qualquer subjetivismo estéril.

Dessa maneira, este trabalho, no intuito de se inscrever, utiliza de forma muito proeminente da gramática tradicional como uma bússola que orienta as análises do *corpus*.

3.1.1. A polêmica no âmbito da instituição

No princípio de nossa pesquisa, o eixo instituição da polêmica fora denominado pelo termo religião. O objetivo era analisar como Católicos Romanos e Protestantes Calvinistas veem esse conceito, pois esse termo aparece de forma recorrente no *corpus*. Contudo, no procedimento da pesquisa, percebemos que esse conceito se tornava muito amplo, pois abrangia tanto a espiritualidade do fiel, quanto sua prática institucional. Assim, foi necessário afinar nossa abordagem para o tratamento dessas duas formações discursivas (a católica romana e a protestante) na perspectiva das respectivas instituições.

Na seleção do *corpus*, consideramos a concepção de Courtine (1981) e, por isso, temos um *corpus* de uma dimensão complexa e uma simples, de modo que, em anexo, concentramos todos os 48 excertos, contudo são analisados em cada capítulo, segundo os propósitos para os quais eles servem.

O *corpus* deste trabalho se vale de 48 excertos retirados de textos romanistas (17) e calvinistas (31, com algumas exceções de 8 excertos de Lutero) importantes para ambas as formações discursivas.

Os excerto 1 e 2, apresentados a seguir, foram retirados desse *corpus* mais amplo e fazem parte das missivas de Sadoletto ao Conselho de Genebra em abril de 1539 e a resposta de Calvino ao Cardeal Sadoletto em setembro do mesmo ano. No excerto 1, representando a formação discursiva do Catolicismo Romano do séc. XVI, o Cardeal

Sadoleto fala sobre a prudência e a humildade em receber os ensinamentos da instituição Igreja Católica Apostólica Romana.

No excerto 2, Calvino, representando a formação discursiva do Protestantismo Calvinista do séc. XVI, fala como a unidade da instituição romana se perpetuava fazendo com que Cristo fosse calado e esquecido e que a polêmica nasce da “nova manifestação do Evangelho”.

Dessa forma, o objetivo desta seção do trabalho é escrutinar as entidades que emanam dessas formações discursivas a partir dos excertos propostos em caráter representativo, a fim de entendermos como os liames institucionais colaboram para a polêmica.

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
EXERTO 1: Não <u>nos</u> persuadimos de que temos <u>mais prudência da que precisamos ter</u>; não pomos nosso orgulho a serviço do <u>desprezo aos decretos da Igreja</u>; não fazemos <u>propaganda entre o povo do alto conteúdo em nossos espíritos, nem de nossa genialidade ou qualquer nova sabedoria</u>; <u>mas</u> (falo dos cristãos de <u>coração honesto e reto</u>), andamos na humildade e obediência e recebemos com uma fé íntegra, as coisas que nos foram transmitidas e ordenadas pela autoridade dos antigos Pais, homens sábios e santíssimos, como tendo sido verdadeiramente ditados e prescritos pelo Santo Espírito. (SADOLETO, 2020, p.57)	EXERTO 2: <u>Na verdade</u>, antes que a guerra fosse incendiada por <u>nós</u>, <u>tudo estava tranquilo e em paz</u>. A <u>preguiça dos pastores e o assombro e estupidez do povo</u> tinham conseguido que, entre eles, não houvesse nenhuma diferença no que tange à religião. <u>Mas</u>, com que obstinação disputavam os sofistas nas escolas! Pelo que não tens como dizer que o vosso reino estivesse tão pacífico, já que essa tranquilidade se devia ao fato de que Cristo tinha sido calado e estava quase esquecido. Confesso que, depois da nova manifestação do Evangelho, várias e grandes disputas surgiram, que antes eram desconhecidas. <u>Entretanto</u>, não seria razoável imputar tudo isso <u>aos nossos</u>, os quais durante todo o decurso de sua ação pretendiam tão somente (restabelecendo a <u>verdadeira religião</u>) <u>agrupar</u> em uma perfeita e íntegra união as Igrejas que se achavam dispersas e divididas por discórdias e dissensões. (CALVINO, 2020, p.49)

Tabela 1: textos do *corpus* para análise do eixo semântico instituição.

No excerto 1, Sadoleto disserta sobre uma autopersuasão, um convencimento de si mesmo sobre uma prudência mais elevada do que aquela que seria requerida. Dessa maneira, há um padrão à prudência e ao seu efetivo exercício. Essa construção é somada a outras três negativas, coordenadas, que estabelecem como graus de consequência essa exacerbação da prudência. Sadoleto (2020) estabelece o orgulho como o primeiro grau, proveniente da ordem dos sentimentos; em seguida, passa ao ato de fazer propaganda da suposta genialidade, uma prática do sentimento (orgulho) e, por fim, unido à propaganda do “alto conteúdo”, a difusão de sua pretensa genialidade.

Em primeiro lugar, analisando cada um desses itens com mais cuidado, na expressão: “não pomos nosso orgulho a serviço do desprezo aos decretos da Igreja”, o verbo “pôr” na primeira pessoa do plural não está apenas colocando em relevância uma somatória de indivíduos, mas, como afirma Maingueneau (2013), um sujeito coletivo, no caso, aqui Sadoleto (2020) dissolve sua individualidade na instituição. Um segundo apontamento importante é o objeto do verbo “pôr” – nosso orgulho – é descrito como o gatilho que leva ao desprezo da instituição eclesiástica, sendo um sinal de “arrogância”.

Na segunda negativa, “não fazemos propaganda entre o povo do alto conteúdo em nossos espíritos”, Sadoleto (2020), ainda na primeira pessoa do plural, mostra o simulacro da arrogância de uma forma muito prática: fazer propaganda do alto conteúdo do espírito. Por seu prisma, o bispo de Carpendras não vê os Protestantes como donos de um “alto conteúdo de espírito”, mas assim escreve para exercer o recurso linguístico da ironia que significa “afirmar o contrário do que se pensa, geralmente, em um tom sarcástico e depreciativo” (ALMEIDA, 2009, p. 479). Nessa perspectiva, Maingueneau (2013) considera essa figura semântica como um recurso polifônico, pois, como afirma:

[...] esse tipo de enunciação pode ser analisado como uma espécie de encenação em que o enunciador expressa com suas palavras a voz de uma personagem ridícula que falasse seriamente e do qual ele se distancia, pela entonação ou pela mímica, no instante mesmo que lhe dá a palavra. (MAINGUENEAU, 2013, p. 222)

Dessa maneira, Sadoleto (2020) dá voz aos protestantes, mas com o intuito claro de depreciá-los. O mesmo acontece quando estes se valem desse recurso para com aqueles. O sarcasmo se dá pela via do tom e essa é uma marca relevante da polêmica.

Na terceira negativa, iniciada com a conjunção “nem”, “nem de nossa genialidade ou qualquer nova sabedoria”, o locutor usa o dispositivo da zeugma, pois omite a expressão “fazer propaganda” dita anteriormente. Nessa afirmação, novamente, Sadoleto (2020) não concebe os Protestantes como geniais, mas utiliza da ironia mais uma vez. Partindo do pressuposto de que o Cardeal está tentando convencer um país a voltar ao rebanho do Catolicismo Romano, é possível que os genebrinos reconhecessem nos Reformadores um alto espírito e uma genialidade, contudo Sadoleto (2020) se vale dessas expressões como um artifício retórico para desprestigiar os líderes protestantes.

Essas três negativas coordenadas aditivas são seguidas por uma oração coordenada sindética adversativa: “mas (falo dos cristãos de coração honesto e reto), andamos na humildade e obediência”. O simulacro da arrogância é contraposto ao ethos da obediência e humildade. O excerto¹ faz uma clara oposição entre arrogantes de um

lado e obedientes e humildes. Percebamos que Sadoletto (2020) não utiliza apenas o adjetivo “humilde” que seria o bastante para contrastar com a “arrogância”, mas o acopla a outro adjetivo “obediência” como se essa disposição funcionasse como um dispositivo de segurança à humildade que poderia ultrapassar os limites da prudência.

Uma ressalva que precisa ser feita é que a obediência e a humildade são semas ligados à ação de “andar”. Sadoletto (2020) estabelece a metáfora de que a vida cristã pressupõe o movimento, a continuidade, todavia pelo prisma da obediência e da humildade.

Essa relação entre a vida e o andar é muito comum nas Escrituras: “Eis a história de Noé. Noé era homem justo e íntegro entre os seus contemporâneos; Noé andava com Deus” (Gênesis 6.9) ou “aquele que diz que permanece nele [Jesus], esse deve também andar assim como ele andou” (1João 2.6). Partindo do pressuposto bíblico da transcendência de Deus, o verbo andar não pode ser visto de forma literal, mas como uma metáfora da forma com Abraão vivia. Segundo Schökel (1997), no sentido figurado, o verbo הָלַךְ (hâlak), no tronco hitpael (como é o caso de Gênesis 6.9), o sentido figurado ético conota procedimento. O mesmo se pode dizer de 1João 2.6, pois, partindo do dado de que foi escrita no ano 90 d.C., andar significa imitar.

Entre parênteses, por uma dupla de predicativos: obediência e humildade caracterizam um tipo de pessoa oposta ao simulacro dos protestantes: “os cristãos de coração honesto e reto”. Dessa maneira, interpreta que a arrogância, além de subtrair a obediência e, conseqüentemente, a humildade, acaba por assaltar valores morais impressos no caráter como a honestidade e a retidão.

No excerto 1, a oração adversativa é somada a uma coordenada sindética aditiva: “e recebemos”. Ainda se valendo desse sujeito coletivo, Sadoletto (2020) usa o verbo “receber” que, apesar de estar na voz ativa, conota a ideia de uma passividade em adquirir uma tradição previamente recebida e solidificada pela história. O objeto do verbo receber (as coisas) é uma palavra tão genérica que precisa ser explicada por uma oração adjetiva: “que nos foram transmitidas e ordenadas pela autoridade dos antigos Pais”.

Essa construção gramatical revela que o mais importante não é o conteúdo recebido (como questionavam os Reformadores), mas quem transmitiu “dos antigos Pais” valendo-se de um argumento de autoridade (*ad verecundiam*) essa realidade é caracterizada pelo adjetivo “antigos” que acompanha o substantivo “pais” e pelo aposto “homens sábios e santíssimos” que possui uma ênfase na santidade desses pais. Essa

santidade tem uma justificativa transcendente: “como tendo sido verdadeiramente ditados e prescritos pelo Santo Espírito”.

Segundo Copi (1981), apesar de o argumento *ad verecundiam* (de autoridade) estar entre o rol das falácias, essa realidade deve ser ponderada com muito cuidado, porque a autoridade de um especialista vem ao encontro da boa argumentação.

Este argumento nem sempre é rigorosamente falaz, pois a referência a uma reconhecida autoridade no campo especial de sua competência pode dar maior peso a uma opinião e constituir uma prova relevante. Se vários leigos discutem a respeito de alguma questão da ciência física - e um deles apela para o testemunho de Einstein sobre o problema em debate, esse testemunho é muito importante. Embora não prove o que se sustente, há uma tendência certa para corroborá-lo. (COPPI, 1981, p. 81)

A falácia se constataria ao tomar a opinião de uma pessoa consagrada fora de sua área de especialidade. Por exemplo, a opinião de Einstein sobre a política nazista é muito relevante, ainda mais por ser um cientista judeu, contudo não o é mais que suas considerações na física. Da mesma forma, Sadoletto (2020), ao creditar sua “fé íntegra, às coisas que nos foram transmitidas e ordenadas pela autoridade dos antigos Pais” não formula um pensamento falacioso, porque, dentro do seu arcabouço teológico, os “antigos Pais” eram instrumentos do Espírito Santo.

Sadoletto (2020) traduz os protestantes pelo simulacro da “novidade”, como inventores de falsas doutrinas. Esse simulacro se contrapõe à figura do cristão honesto e reto de coração, humilde e obediente que mostra esses predicativos recebendo sem questionar a verdade da igreja como hábeis defensores dela.

A partir dessa análise do exceto 1, podemos observar as facetas da polêmica propostas por Maingueneau (2010), pois no nível enunciativo-pragmático o marcador discursivo “mas” promove a dissensão entre o simulacro do protestante arrogante contra o *ethos* do cristão humilde e obediente que não está preocupado com o conteúdo do que lhe foi transmitido, mas com o caráter divino do transmissor. Ainda nessa faceta, há utilização da ironia, quando Sadoletto (2020) descreve o protestante como alguém que publica o conteúdo do seu alto espírito e genialidade.

Ao partir do pressuposto de que o *antiethos* – entendido como o antiespelho – para o romanista seria do desapareço à tradição e tudo aquilo que foi transmitido pelo Espírito Santo aos “antigos pais”, nesse prisma, desprezar o ensinamento transmitido pela igreja equivale à rejeição do próprio Espírito Santo.

Pela faceta sociogenérica, Sadoletto (2020) se vale da memória interna dos seus interlocutores, evocando “os antigos pais”, uma referência aos “pais da igreja”, a geração posterior aos apóstolos que lançou os primeiros alicerces da teologia sistemática. Partindo da ideia da dupla inspiração (tanto a Palavra quanto o magistério da igreja são inspirados), mostra que o conhecimento desses “antigos pais” é decorrente do Espírito Santo. Esse dado, advindo da memória interna, se contrapõe à arrogância dos Reformadores que promoveu seu próprio espírito e suposta genialidade.

Na faceta semântica, Sadoletto (2020) ocupa o lugar daquele que fala de uma formação discursiva que possui capital dentro do campo discursivo e tem os líderes da cidade de Genebra como um terceiro neutro que podem ser convencidos a abandonar a identidade discursiva protestante e adotar o romanismo. Esse terceiro neutro fornece ao Bispo de Carpentras a possibilidade de legitimidade ao seu discurso.

Segundo Maingueneau (1998), quando o locutor procede sua enunciação, é necessário que ele crie em sua mente um co-enunciador (modelo) que serve como fiador que legitima o ethos e funciona como um terceiro neutro, que, segundo Maingueneau (2008a), é uma plateia abstrata que serve para arbitrar na argumentação e dar a noção de verdade e legitimidade.

No excerto 2, Calvino (2020) inicia seu argumento utilizando a ironia na oração principal: “tudo estava tranquilo e em paz”. Essa oração é modificada por uma locução adverbial de afirmação “na verdade” e depois uma oração adverbial temporal, “antes que a guerra fosse incendiada por nós”. Nessa ironia, Calvino (2020), tal como Sadoletto (2020), utiliza o sujeito coletivo e dá voz àqueles que acusavam os protestantes de terem começado uma guerra contra o romanismo.

Na próxima construção sintática, utiliza a característica da linguagem violenta usando substantivos abstratos como sujeitos que colocam em destaque qualificativos do povo e dos pastores, pois, ao invés de afirmar “pastores preguiçosos” ou “povo assombrado e estúpido”, utiliza “a preguiça dos pastores e o assombro e estupidez do povo”. Esses são agentes do verbo “tinham” cujo objeto direto é a oração subordinada: “não houvesse nenhuma diferença no que tange à religião”. Calvino (2020) traduz a “paz” que existia antes da Reforma mais efetiva como fruto da preguiça dos pastores e da estupidez e do assombro do povo como se não houvesse polêmica.

Essa construção é seguida por uma coordenada adversativa sindética que apresenta o “mas” como um indício da polêmica na faceta enunciativo-pragmática. Nessa adversativa, usando da faceta sociogenérica, evoca a memória interna da história

da filosofia, colocando os nominalistas de Sourbone no papel dos sofistas da filosofia da Antiguidade. Nessa perspectiva, Calvino (2002, p. 134) nas *Institutas* de 1535:

Ouçamos agora o que diz Agostinho, a fim de que os pelagianos do nosso tempo, quer dizer, os sofistas da Sorbonne, não nos censurem, como é seu costume, dizendo que todos os mestres do passado estão contra nós. Nisso eles seguem seu pai Pelágio, que importunou Agostinho com igual calúnia.

Esta é a concepção de Calvino sobre os defensores da tradição romanista a quem denomina “sofistas”, os quais pertencem à formação discursiva da Sé Romana. Quando faz essa relação evoca a memória interna dos seus interlocutores que podem visualizar os protestantes no mesmo grupo de Sócrates e Platão, enquanto o Catolicismo Romano no patamar de Górgias que foram responsáveis por relativizar a filosofia afrouxando as fronteiras daquilo que se entende por “verdade”. Contudo, ao mesmo tempo, traz à memória externa, ou seja, mais especificamente na sua ironia, aqueles que entendem e suscitam essa guerra por oferecer uma teologia frágil.

Na construção: “com que obstinação disputavam os sofistas nas escolas!”, Calvino (2020) imprime uma ênfase pelo sema “obstinação” a fim de descrever a disputa dos romanistas, assim como defender suas convicções. Nessa argumentação, assevera que “[Cristo] estava quase esquecido” por essa disputa. Consequentemente, endossa que a tranquilidade do cristianismo vivida até o século XVI era fruto do fato de Cristo ser silenciado pela disputa dos “sofistas” do Catolicismo Romano.

Essa polêmica apontada por Calvino (2020) gravita em torno do “nós” (formação discursiva protestante) e o “tu/vosso” (formação discursiva romanista). Calvino (2020) se desprende do sujeito coletivo dos protestantes, em um testemunho pessoal e supostamente isento, não para negar a guerra que havia, mas para mostrar que não eram eles (protestantes) os culpados por essa contenda. Calvino (2020) esclarece que é a “nova manifestação do evangelho” que suscita essas disputas que eram “desconhecidas” devido à “preguiça dos pastores” e ao “assombro e estupidez do povo”.

A conjunção adversativa “entretanto” introduz o porquê da não razoabilidade de atribuir aos protestantes a dissensão que havia, supostamente, maculado (aos olhos romanistas) a unidade da igreja. Dessa maneira, defende que a “nova manifestação do evangelho” foi o agente desagregador que atinge desde as pessoas do povo até os pastores que não encontravam mais no reduto da sé romana o respaldo de suas convicções e, por isso, os protestantes tinham como único objetivo não a guerra, mas o agregar pacífico no que afirmavam ser a “verdadeira religião”.

É preciso considerar que os calvinistas também baseiam essa polêmica no paradigma do argumento *ad verecundiam*, pois sustenta que a viabilidade da evasão de cristãos da unidade romanista se dá pela nova manifestação do Evangelho, que, tal como os pais da igreja, possui um peso transcendente e divino.

Assim, o simulacro proposto por Calvino é do romanista obstinado que só consegue realizar seus intentos devido à preguiça dos seus pastores e à mistura de assombro e estupidez do povo. O *ethos* do protestante será o daquele que responde à nova manifestação do evangelho que busca reestabelecer a verdadeira religião, enquanto o antiethos é o do romanista que dissimula para preservar seu estado frente à sociedade.

	CATÓLICOS ROMANOS	PROTESTANTES CALVINISTAS
Enunciativo-pragmática	Ironia: “propaganda entre o povo do alto conteúdo em nossos espíritos, nem de nossa genialidade ou qualquer nova sabedoria”; Conjunção: “<u>mas</u> (falo dos cristãos de coração honesto e reto), andamos na humildade e obediência e recebemos com uma fé íntegra”.	Ironia: “antes que a guerra fosse incendiada por nós, tudo estava tranquilo e em paz”; Conjunção: “<u>Mas</u>, com que obstinação disputavam os sofistas nas escolas!”; “<u>Entretanto</u>, não seria razoável imputar tudo isso aos nossos”; Afirmção: “Na verdade”; Violência: “A <u>preguiça</u> dos pastores e o assombro e <u>estupidez</u> do povo”.
Sociogenérica	Memória interna: “os antigos Pais, homens sábios e santíssimos”; Memória externa: “falo dos cristãos de coração honesto e reto”.	Memória interna: “com que obstinação disputavam os sofistas nas escolas!”; Memória externa: “A preguiça dos pastores e o assombro e estupidez do povo”.
Semântica	Não nos persuadimos de que temos mais prudência da que precisamos ter	“[...] pretendiam tão somente (restabelecendo a <u>verdadeira religião</u>) <u>agrupar</u> em uma perfeita e íntegra união as Igrejas que se achavam dispersas e divididas por discórdias e dissensões”.

Tabela 2: Análise da polêmica no eixo semântico da instituição.

	CATÓLICOS ROMANOS		PROTESTANTES CALVINISTAS	
Eixo Semântico	M1+	M1-	M2+	M2-
Instituição	Obediência	Arrogância	Força agregadora	Obstinação

Tabela 3: simulacros do eixo semântico instituição.

	CATÓLICOS ROMANOS		PROTESTANTES CALVINISTAS	
	ETHOS	ANTIETHOS	ETHOS	ANTIETHOS
Instituição	Humilde	O que tem	Restaurador	Dissimulador

		desapreço		
--	--	-----------	--	--

Tabela 4: ethos e antiethos do eixo semântico da instituição.

No princípio de nossa pesquisa, vimos como os semas desse eixo no catolicismo romano: a defesa da verdade (positivo) e a invenção de falsas doutrinas (negativo), enquanto que para o protestantismo teríamos: defesa da Palavra (positivo) e a falsa religião (negativo). Contudo, aprofundando-se na análise do *corpus*, buscamos semas mais sintéticos e amplos para ter uma maior abrangência de análise. Nesse aprofundamento, percebemos que a defesa da verdade é assimilada pela obediência, pois o romanista defende a fé em obediência à instituição, assim como entendem que os protestantes inventam falsas doutrinas devido à arrogância que ostentam.

Os protestantes defendem a Palavra com o intuito de agregar aqueles que foram impactados pelo Evangelho e não encontram mais lugar no seio da instituição romana. Da mesma maneira, traduzem o zelo, no que chamam de falsa religião, como a expressão da teimosia dos romanistas em defender a instituição em detrimento da Palavra.

Portanto, é pertinente analisarmos a polêmica sob o eixo semântico da instituição pelo qual o romanista traduz o protestante pelo simulacro do arrogante, cujo conhecimento serve à sua autopromoção. Contudo, enxerga-se pelo ethos da humildade que é uma consequência da obediência à igreja. Dessa maneira, a arrogância do calvinista, na ótica do catolicismo romano, deve-se ao seu despreço à instituição por causa da teologia que recebeu, pois os calvinistas não valorizavam a tradição recebida pela instrumentalidade dos “antigos pais” como tão inspirada quanto as Escrituras.

Por sua vez, o protestante traduz o romanista pelo simulacro do obstinado, o sofista que induz seus seguidores a um relativismo que não só destrói os padrões apresentados pela “nova manifestação do Evangelho” como corrobora o *status quo*. Nessa perspectiva, enxerga-se como um agregador daqueles que foram, igualmente a ele, impactados pela Palavra e não podem mais interagir na instituição romana. No viés agregador, o calvinista se apresenta como o restaurador da “verdadeira religião” e entende que todo o esforço contrário empreendido pela Sé Romana é fruto de dissimulação.

3.1.2. A polêmica no âmbito do costume

Toda instituição possui regras internas que regem a conduta de seus membros. Essa realidade não é diferente no Catolicismo Romano ou no Protestantismo Calvinista, que possuem suas normas disciplinares advindas pela dupla inspiração (Bíblia e Tradição) para os primeiros e pela exclusividade da Palavra para os últimos.

Essas normas têm como objetivo manter o grupo coeso e garantir uma uniformidade no comportamento tanto dos líderes, quanto dos subordinados. Dessa maneira, a própria identidade dos indivíduos e os anseios mais íntimos (e nem sempre verbalizados) passam de forma tácita ou efetiva por esse código de conduta.

Para a análise desse eixo semântico, utilizamos dois excertos (3 e 4) de nosso *corpus*. No primeiro (excerto 3), Sadoletto (2020) argumenta sobre sua adesão à instituição católica mesmo reconhecendo a existência de líderes que tenham apresentado desvios nos costumes. Contudo vale lembrar o contexto desse excerto e a cena do católico romano e do protestante diante do tribunal de Deus. Dessa maneira, tanto suas convicções, quanto o simulacro pelo qual traduz os protestantes é verbalizado por esse enunciador, que chamaremos de romanista fiel e concentra as ideias de Sadoletto (2020).

Em segundo lugar, no excerto 4, Calvino (2020) trata a respeito da destruição que os romanistas têm empreendido em relação àquilo que o Senhor lhes tem ensinado pelos protestantes. Dessa maneira, mostra outro grau de unidade não na figura do papa (representante da instituição romana), mas nas Escrituras.

Há nesses dois excertos, considerada a polêmica que envolve os costumes, a discussão entre o antigo contra o novo; o que impõe a destruição contra aquele que constrói, o artífice. Nessa dissensão, um se apresenta como o resiliente atacado pelo acusador, enquanto o outro se mostra como o pastor que rechaça a tirania.

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
EXCERTO 3: E, ainda que <u>homens novos tenham vindo, os quais, com a boca e suas mãos cheias das Escrituras, se esforcem por apresentar coisas novas, estremecer as antigas, reprovar a Igreja, por tirar-nos, arrancar-nos da obediência</u> que todos tínhamos para com ela, <u>entretanto</u> eu quis permanecer naquilo que já existia e nas coisas antigamente observadas e transmitidas na Igreja por meus ancestrais, pela unanimidade dos Pais santos e sábios. Ainda que, no tempo presente, os costumes de muitos prelados e autoridades da Igreja tenham sido tais que poderiam provocar minha indignação, <u>contudo</u> não mudaram o	EXCERTO 4: Procederei, pois, contigo, como se tivesses escrito ao povo de Genebra com bom zelo, como convém a um homem cheio de grande doutrina, prudência e seriedade, dando-lhes a entender, com boa fé, o que te parecia condizente com sua salvação e prosperidade. <u>Mas</u>, qualquer que tenha sido a tua intenção, e porque destróis e te esforças em manchar e difamar ao extremo, com ultrajes e injúrias, o que o Senhor lhes tem ensinado com nosso auxílio, me vejo obrigado, queiras ou não, a contradizer-te nisso abertamente. Pois, <u>certamente</u>, o ofício dos pastores na Igreja consiste não somente

meu sentimento, porque <u>firmei em meu coração, meu Deus, como ordenastes no vosso Evangelho</u> , que devia obedecer os seus preceitos, que <u>certamente</u> eram santos, e que era necessário deixar que somente vós julgásseis suas vidas e ações, sobretudo quando, eu mesmo, estando sujo e infectado por tantos pecados, que agora se mostram em meu rosto, não seria digno de julgá-los. Por causa desses meus pecados, que agora estou diante do vosso Tribunal [...] (SADOLETO, 2020, p. 61)	em levar as almas dóceis dos fieis diretamente a Cristo, como também estar bem preparados para rechaçar as maquinações daqueles que se esforçam em impedir a obra do Senhor. (CALVINO 2020, p. 9)
---	---

Tabela 5: textos do *corpus* para análise do eixo semântico do costume.

O excerto 3 pode ser dividido em três partes: as duas primeiras são marcadas pela expressão “ainda que” e a terceira, pela conjunção “e” em que trata da incapacidade de julgar os desvios alheios.

As duas primeiras partes do texto são caracterizadas por concessões identificadas pela expressão “ainda que”. Segundo Almeida (2009), as orações subordinadas adverbiais concessivas apresentam um obstáculo a um fato expresso na outra oração. Dessa maneira, o romanista fiel, a seu ver, sustenta uma evidência: “eu quis permanecer naquilo que já existia e nas coisas antigamente observadas e transmitidas na Igreja por meus ancestrais, pela unanimidade dos Pais santos e sábios”. Essa situação é sustentada em detrimento do conteúdo e esforço dos Protestantes.

O Cardeal, por meio do romanista fiel, não utiliza o frequente sujeito coletivo para utilizar o pronome pessoal “eu”, devido à coerência, pois se expressa por meio de um enunciador. Essa estratégia tem como objetivo levar sua “plateia” (terceiro neutro) a uma reflexão mais íntima das implicações de permanecer no calvinismo.

A locução verbal “quis permanecer” mostra não apenas uma atitude de passividade, mas o desejo ativo para tal. Assim, impõe o efeito de sentido de que sua adesão é motivada não pela preguiça, assombro ou estupidez (veja excerto 2), mas pelo seu mais íntimo desejo.

O adjunto adverbial de lugar que sucede o verbo permanecer é a palavra “naquilo” que, por sua vez, é explicada em um levantamento da instituição pelo prisma dos seus preceitos de duas maneiras para dar a mesma ênfase: em primeiro lugar, “já existia” e, em segundo lugar, “nas coisas antigamente observadas e transmitidas na Igreja por meus ancestrais”. Novamente, Sadoletto (2020) se vale do argumento *ad verecundiam*,

pois além da corroboração dos “ancestrais” (pessoas da família que aderiram à mesma fé) a autoridade também é dada pela “unanimidade dos Pais santos e sábios”.

Dessa maneira, o romanista fiel suscita a memória interna nos “Pais santos e sábios” e a memória externa representada pelos “ancestrais”. Esse artifício é importante para a segunda faceta da polêmica, a sociogenérica. Por esse viés, o romanista julgado apresenta a autoridade dos “Pais santos e sábios” para validar a pregação de modo que formam um padrão para avaliar a teologia, enquanto os ancestrais são aqueles que fornecem a legitimidade a suas convicções.

No primeiro obstáculo introduzido pela expressão “ainda que”, o romanista fiel se vale do recurso da ironia, marca da faceta enunciativo-pragmática da polêmica. Nesse dispositivo estilístico, relativiza os conhecimentos dos Protestantes e seus métodos de atuação: “homens novos tenham vindo, os quais, com a boca e suas mãos cheias das Escrituras, se esforcem por apresentar coisas novas, estremecer as antigas, reprovar a Igreja, por tirar-nos, arrancar-nos da obediência”.

Com essa ironia, enfatiza que os Protestantes são homens “novos”, o que se contrapõe ao prestígio daquilo que “já existia” e os apresenta como mascates da Escritura quando os retrata trazendo-a nas mãos e na boca. Esse indicativo se refere, também, às diferentes formas de transmissão da mensagem. A Reforma não fica apenas no âmbito do sermão, mas utiliza de maneira muito astuta a imprensa e passa a publicar seus escritos na convicção de que aquilo que está registrado tende a ser mais duradouro.

Pelo viés da ironia, o locutor pode falar o inverso daquilo que realmente escreveu. O romanista fiel não vê com bons olhos essa oferta em larga escala da Bíblia, porque não passa pelo crivo dos Pais da Igreja (a tradição institucional) e os ancestrais. Consequentemente, traduz essa postura dos calvinistas como uma prática nova que é contraditória com a permanência nas “coisas antigamente observadas e transmitidas na Igreja”.

O clero, no século XVI, sofria muitas acusações vindas dos protestantes, tal como, levar uma vida depravada regada de excessos e simonia. Dessa maneira, no segundo fato apresentado, o romanista fiel reconhece essa situação como: “os costumes de muitos prelados e autoridades da Igreja tenham sido tais que poderiam provocar minha indignação”. O enunciador não tergiversou sobre a realidade de alguns líderes para com os preceitos. A conjunção “entretanto” enfatiza que o romanista fiel não viu como obstáculos os problemas aventados pelos protestantes.

Nesse contexto, podemos classificar a cena englobante, segundo Maingueneau (2013), como um discurso religioso apologético, a cena genérica é uma carta e a cenografia se passa no dia do juízo final. A grande afinidade entre o quadro cênico e o enunciador acontece devido a ter em vista que o locutor da epístola é uma autoridade eclesiástica e que conhece melhor a realidade dos novíssimos em relação a seus coenunciadores. Seguindo os preceitos de Maingueneau (2013), essa cenografia se desenvolve plenamente, pois Sadoletto (enunciador) consegue manter distanciamento do conselho de Genebra (coenunciadores).

Dessa maneira, temos no excerto 3 a figura do romanista fiel, que fornece o paradigma de como o adepto da Sé Romana deve viver. No excerto 5, o calvinista fiel expressa um antiespelho (antiethos) de como o católico romano não pode proceder.

Esse recurso cronográfico, no excerto 3, é um bom artifício para que o Cardeal se pronuncie sobre assuntos polêmicos e espinhosos à instituição de modo a dar sua opinião e não falar a partir de sua posição como cardeal da igreja. O recurso retórico da cenografia é desenvolvido nos excertos 3 e 5 pelo recurso do não embreamento, de modo que a estrutura sintática do quadro cênico caminha paralelamente àquela exposta no plano embreado. Dessa maneira, a fala do enunciador é proferida diante do tribunal de Deus onde, conforme o pensamento cristão, não se pode esconder nada e só se espera a verdade. É o que Maingueneau (2013) chama de discurso não embreado, pois Sadoletto (2020) cria um universo autônomo alheio aos embreantes: pessoa, tempo e espaço, porque quem fala não é o Cardeal, mas o romanista fiel, o tempo está apagado e o espaço é transcendente (tribunal de Deus). Essa construção permite àqueles que a leem se colocarem na mesma posição última das personagens e, por isso, em situação privilegiada para avaliarem seus paradigmas.

A faceta enunciativo-pragmática da polêmica pode ser visualizada pela conjunção “contudo” e, por meio dela, introduz o argumento que sustenta o ethos da resiliência no discurso de Sadoletto (2020) a partir do romanista fiel. Avalia que o peso das circunstâncias não mudou seu sentimento nem para com a observância das leis internas, tampouco pela anuência à instituição.

A explicação é introduzida por uma coordenada sindética explicativa: “firmei em meu coração, meu Deus, como ordenastes no vosso Evangelho”. A falta cometida por alguns líderes, por mais pesadas que fossem aos olhos calvinistas, não eram maiores que a convicção do romanista fiel, pois entendia que essa era a orientação do Evangelho.

Dessa maneira, dá a entender que, enquanto as Escrituras estão nas mãos e nas bocas dos protestantes, o Evangelho está na convicção que rege sua resiliência.

A terceira marca do argumento de Sadoletto (2020) é uma sequência de pronomes relativos que conectam o coração aos preceitos e a suspensão do julgamento aos costumes das autoridades e prelados.

Assim o romanista fiel (2020) traduz o protestante a partir do simulacro daquele que é adepto das novidades e, por falta da verdadeira fidelidade para com o Evangelho, não têm a genuína convicção e, por isso, dão muita ênfase aos desvios daqueles que não procedem conforme os preceitos morais. Para esse enunciador, o Evangelho é tão precioso aos adeptos da Reforma, porque é a fonte de onde emana a ordem de obedecer às normas da Igreja. Assim, coloca no mesmo patamar “prelados e autoridades da Igreja” e afirma que os protestantes rejeitam a instituição eclesiástica, desprezam o próprio evangelho que a endossa.

O enunciador enfatiza pelo adjunto adverbial de afirmação “certamente”, outra marca da faceta enunciativo-pragmática, que esses preceitos eram santos. Dessa forma, termina argumentando sobre sua incapacidade de julgar os prelados e autoridades acusados devido à consciência do seu próprio pecado. Aqui, o ethos de humildade que se soma ao da resiliência, ou seja, a omissão da crítica deriva do juízo a respeito de seus princípios e, quando os calvinistas não agem da mesma maneira, na visão do romanista fiel, são aqueles que, por desprezarem a igreja, não se importam com suas próprias consciências, mas apenas em acusar no intuito da autopromoção.

Nessa inferência, apresenta duas características para falar de suas falhas: sujo e infectado. Esses dois participios apresentam qualificadores diferentes, mas que se convergem ao mesmo propósito: caracterizar a universalidade do pecado (entre calvinistas e católicos romanos) a fim de justificar a omissão de juízo de valor.

O termo “sujo”, por oposição, transmite a ideia de limpeza. O cristianismo utiliza muito a metáfora da limpeza para se referir à santidade e da sujeira para a adesão aos vícios humanos. Jesus diz nas bem-aventuranças: “bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus” (Mateus 5.8). Essa metáfora é mais evidente no Apocalipse de João: “quem é injusto faça injustiça ainda; e quem está sujo suje-se ainda; e quem é justo faça justiça ainda; e quem é santo seja santificado ainda”. Vemos no paralelismo que o justo é contraposto ao injusto, assim como o sujo ao santo. Da mesma forma, o termo infectado remete à biologia para traçar uma metáfora entre o pecado e as doenças.

Nessa perspectiva, o romanista fiel mostra-se como acometido pelas falhas que o fazem um avaliador temerário diante do desvio dos prelados e das autoridades. Assim, novamente, o discurso suscita a memória interna – aquela que, segundo Maingueneau (2008a), é acumulada com o tempo por textos e personagens proeminentes da história da formação discursiva – dos seus interlocutores a fim de levá-los à mesma posição de resiliência, mas também reforça a arrogância dos protestantes. Isso enfatiza que o único que pode ocupar o lugar de juiz é Deus e, quando os calvinistas acusam certos desvios tomam essa posição como usurpadores.

O argumento de Calvino (2020), usado do excerto 3, pode ser dividido em três partes: o procedimento de Sadoletto para com Genebra, a avaliação dos objetivos do Cardeal e as duas obrigações dos pastores protestantes. A grande ênfase de Calvino (2020, p.9) está em sua avaliação do argumento de Sadoletto (2020): “destróis e te esforças em manchar e difamar ao extremo, com ultrajes e injúrias o que o Senhor lhes tem ensinado com nosso auxílio”.

Calvino (2020) defende na perspectiva semântica sua identidade e instrumento para ensinar, inclusive os romanistas, assim como sua visão do catolicismo romano como aquele que exerce a “destruição”. Dessa maneira, todo esse argumento gravita ao redor desta polêmica: ensino e destruição.

Na primeira parte do argumento, Calvino avalia o procedimento de Sadoletto (2020) para com a igreja de Genebra, pois afirma: “procederei, pois, contigo, como se tivesses escrito ao povo de Genebra com bom zelo, como convém a um homem cheio de grande doutrina, prudência e seriedade, dando-lhes a entender, com boa fé, o que te parecia condizente com sua salvação e prosperidade”.

Calvino (2020) inicia afirmando que a sua abordagem seria diferente daquela utilizada por Sadoletto (2020). Na locução conjuntiva “como se” cria uma comparação entre a maneira como Sadoletto tratou “o povo de Genebra” e como ele faria em sua resposta. Nessa comparação, não temos fatos, mas hipóteses o que é evidenciado pelo verbo “estar” conjugado no pretérito do subjuntivo.

Nesse contexto, utiliza o recurso estilístico da ironia em duas partes, pois, primeiramente, atribui qualificativos ao cardeal romanista como um homem “cheio de grande doutrina, prudência e seriedade”, contudo dentro de um texto desembreado (a pessoa a quem Calvino se refere não é mais o Cardeal, mas a quem ele deveria ser), o qual evidencia que aquilo que lhe era conveniente ser, mas não foi observado em sua missiva.

Calvino (2020) avalia os objetivos de Sadoletto a partir do simulacro da destruição: “dando-lhes a entender com boa fé o que te parecias condizente com sua salvação e prosperidade”. Se na primeira parte, da ironia utilizou elementos psicológicos de Sadoletto (doutrina, prudência e seriedade), agora, vale-se de aspectos de sua conduta, especificamente, a respeito da proposta do Cardeal para Genebra voltar ao romanismo. Assim, expõe uma relação de consequência, ou seja, o desvio para com o padrão que deveria ter se apresentado (a forma não condizente como tratou a igreja de Genebra) na conduta reprovável (propor a salvação pela instrumentalidade da Sé Romana).

Essa primeira parte é seguida por uma segunda sentença marcada pelo uso da adversativa entre a forma como Sadoletto poderia ter escrito a Genebra e o procedimento de destruição que demonstra para com eles. Nessa segunda parte do argumento, o reformador de Genebra estava preocupado com o procedimento de Sadoletto, ou seja, as intenções que regeram sua atitude para com o povo de Genebra. Tendo em vista que não cabe ao indivíduo perscrutar o foro íntimo alheio, Calvino (2020) traduz essa suposta finalidade a partir de sua formação discursiva: destruir a genuína pregação do evangelho para resguardar os privilégios da instituição.

No discurso de Calvino (2020), Sadoletto dá a entender ao povo de Genebra que, aparentemente, estava preocupado com a salvação e prosperidade deles. A opinião do Reformador de Genebra é exposta a partir da oração adversativa, em que, apesar de desconhecer as verdadeiras intenções do representante de Roma, julga-as pelo paradigma já conhecido, ou seja, o desejo de destruir a pregação do evangelho pela injúria, ou seja, o esforço de se comunicar com Genebra denota apenas a tentativa de destruir e o esforço por manchar e difamar com ultrajes e injúrias não à igreja, mas o seu conteúdo – o seu ensino.

Essa realidade é resultado da importância que os protestantes dão mais a Palavra que o próprio arcabouço teológico do catolicismo romano, mais ao ensino que a própria instituição. Esse excerto oferece uma ideia eclesiológica em que, para a Reforma, a igreja está erigida sobre o alicerce da livre interpretação das Escrituras. Assim o pensamento calvinista leva em consideração a teologia dos pais da igreja e a hermenêutica que deles advém, mas não fica subordinada a suas considerações.

Calvino (2020) defende que a Reforma é o processo do próprio Senhor ensinando continuamente o povo de Genebra (o que o Senhor lhes tem ensinado com nosso auxílio) e, para isso, utiliza o auxílio dos Reformadores. Assim, o ethos que o líder de

Genebra apresenta em seu texto é o do pastor da igreja. Essa perspectiva é apresentada dentro, também, de uma argumentação de autoridade (*ad verecundiam*) e infere que o esforço por destruir, manchar e difamar o ensino que a Reforma empreendia pelos protestantes constata em um ataque ao próprio Senhor. Consequentemente, evidencia a fraqueza do projeto romanista de Sadoletto e seus pares, pois atacam os assistentes (os reformadores e pastores) no lugar do agente desse conteúdo (o próprio Senhor).

Dessa forma, dentro do ethos de pastor, Calvino (2020) dá a entender que é obrigado, por essa função, a contradizer (refutar) o príncipe romanista independente da vontade deste, pois como tal tem o dever de auxiliar no direcionamento do rebanho. Que não só encaminha as ovelhas ao céu, mas rechaça os que somam esforços para impedir essa obra. Quando Calvino (2020) trata do ofício dos pastores, introduz com o adjunto adverbial de afirmação: “certamente” marcando outro indicativo da faceta enunciativo-pragmática.

Na explicação de Calvino (2020) sobre a obrigação de contradizer Sadoletto, utiliza a faceta sociogenérica da polêmica, pois evoca a memória interna dos seus interlocutores pela figura do pastor tão comum nas Escrituras.

O Novo Testamento dá muita ênfase à figura do pastor de modo que Jesus usa a metáfora utilizada para Deus no Antigo e para Jesus no Novo Testamento. Assim Davi, no Salmo 23 escreve: “O SENHOR é o meu pastor; nada me faltará” (Salmo 23.1), e Jesus, no Evangelho de João, afirma: “Eu sou o bom Pastor; o bom Pastor dá a sua vida pelas ovelhas” (João 10.11).

A ideia é mostrar que Deus e Jesus (apresentados como equivalentes nessa função) têm o mesmo cuidado de um pastor zeloso para com o povo. Jesus atribui esse encargo aos seus seguidores. Um exemplo disso é o chamado de Pedro depois da ressurreição de seu Mestre: “Disse-lhe terceira vez: Simão, filho de Jonas, amas-me? Simão entristeceu-se por lhe ter dito terceira vez: Amas-me? E disse-lhe: Senhor, tu sabes tudo; tu sabes que eu te amo. Jesus disse-lhe: Apascenta as minhas ovelhas” (João 21.17).

Sadoletto, conhecedor das Escrituras, é instigado pela memória interna para ver os protestantes como pastores de um rebanho e, por isso, são obrigados, pela função, a afugentar os lobos e entender as necessidades das ovelhas, pois Jesus diz: “o mercenário, que não é pastor, de quem não são as ovelhas, vê vir o lobo, e deixa as ovelhas, e foge; e o lobo as arrebatou e dispersa” (João 10.12).

Na memória externa evocada por essa metáfora do pastor e do mercenário, Sadoletto é convidado a se entender na posição do mercenário juntamente com aqueles que procuram destruir o ensinamento efetivado pela Reforma ou se esforçam para manchar a reputação desse movimento.

Destarte, enquanto o ethos do protestante no excerto 4 é o do pastor que contradiz o que considera uma falsa doutrina e conduz aqueles que adentem a sua condução e ensino como alma dóceis, o romanista é retratado pelo antiethos do mercenário.

	CATÓLICOS ROMANOS	PROTESTANTES CALVINISTAS
Enunciativo-pragmática	<u>Ironia:</u> “[...] homens novos tenham vindo, os quais, com a boca e suas mãos cheias das Escrituras, se esforcem por apresentar coisas novas, estremecer as antigas, reprovar a Igreja [...]”; <u>Conjunção:</u> “[...]contudo não mudaram o meu sentimento, porque firmei em meu coração, meu Deus, como ordenastes no vosso Evangelho[...]”, “[...] entretanto eu quis permanecer naquilo que já existia e nas coisas antigamente observadas e transmitidas na Igreja por meus ancestrais[...]”; <u>Afirmção:</u> “certamente eram santos”;	<u>Ironia:</u> “[...] como convém a um homem cheio de grande doutrina, prudência e seriedade, dando-lhes a entender, com boa fé, o que te parecia condizente com sua salvação e prosperidade [...]”; <u>Conjunção:</u> “[...] <u>Mas</u>, qualquer que tenha sido a tua intenção, e porque destróis e te esforças em manchar e difamar ao extremo, com ultrajes e injúrias, o que o Senhor lhes tem ensinado com nosso auxílio [...]”; <u>Afirmção:</u> “Pois, <u>certamente</u>, o ofício dos pastores na Igreja consiste não somente em levar as almas dóceis dos fieis diretamente a Cristo, como também estar bem preparados para rechaçar as maquinações daqueles que se esforçam em impedir a obra do Senhor”.
Sociogenérica	<u>Memória interna:</u> “[...] pela unanimidade dos Pais santos e sábios[...]”, “[...]estando sujo e infectado por tantos pecados[...]”; <u>Memória externa:</u> “[...]observadas e transmitidas na Igreja por meus ancestrais [...]”.	<u>Memória interna:</u> “[...] o ofício dos pastores [...]”; <u>Memória externa:</u> “[...] o ofício dos pastores na Igreja consiste não somente em levar as almas dóceis dos fieis diretamente a Cristo, como também estar bem preparados para rechaçar as maquinações daqueles que se esforçam em impedir a obra do Senhor”;
Semântica	“[...] eu quis permanecer naquilo que já existia e nas coisas antigamente observadas e transmitidas na Igreja por meus ancestrais [...]”.	“[...] destróis e te esforças em manchar e difamar ao extremo, com ultrajes e injúrias o que o Senhor lhes tem ensinado com nosso auxílio”.

Tabela 6: Análise da polêmica no eixo semântico do costume.

CATÓLICOS ROMANOS	PROTESTANTES CALVINISTAS
-------------------	--------------------------

Eixo Semântico	M1+	M1-	M2+	M2-
Costume	Valores antigos	Valores novos	Auxílio	Destruição

Tabela 7: simulacros do eixo semântico do costume.

	CATÓLICOS ROMANOS		PROTESTANTES CALVINISTAS	
	ETHOS	ANTIETHOS	ETHOS	ANTIETHOS
Costume	Resiliente	Acusador	Pastor	Mercenário

Tabela 8: ethos e antiethos do eixo semântico do costume.

No princípio da nossa pesquisa, o eixo semântico do costume foi avaliado sob os semas positivos: promoção da unidade (romanista) e unidade na Palavra (protestante), enquanto os negativos eram: desunião (romanista) e tirania (protestante).

Contudo, na busca de maior sistematicidade e maior aprofundamento no *corpus*, o sema positivo do romanismo fica mais amplo pela perspectiva do “valor antigo”. A unidade entra nessa ideia de que o costume romanista é dirigido pela tradição, enquanto o protestante fica melhor pelo sema do “auxílio”, ou seja, aquele que ensina a igreja pelo ditame do Senhor da igreja, sendo apenas um auxiliar de um desígnio maior, ensinar o povo de Genebra a criar sua unidade pela égide da Palavra.

Em vez do sema negativo da “desunião”, optamos pelo dos “valores novos”, ou seja, na perspectiva romanista, a desunião impetrada pelos protestantes está vinculada à nova maneira de lidar com a Bíblia e à tradição, enquanto o sema da “tirania” é melhor entendido pelo paradigma da “destruição”. Esse sema imprime o interesse romanista em destruir aquilo que os protestantes chamam de a obra do Senhor.

3.1.3. A polêmica no âmbito da doutrina

Se os costumes se referem às leis de conduta que regem o procedimento de uma instituição, as doutrinas são as leis que regem a base intelectual dos escritos teológicos. Dessa maneira, o arcabouço doutrinário releva a identidade de sua formação discursiva e os limites que não poderão ultrapassar.

Esse arcabouço é formado pela convenção e não pode ser alterado sem que o todo seja ouvido de forma representativa em seus concílios. Assim, tanto Sadoletto, quanto Calvino não podem se pronunciar no mesmo patamar que os discursos que os constituem. Portanto, o cardeal romano não tem legitimidade para falar pela Sé Romana como um todo sem que tenha sido designado para tal encargo como representante

apostólico de alguma causa, assim como Calvino não detém autoridade equivalente à da Palavra. Consequentemente, a importância dos discursos de Sadoletto e Calvino está no fato de funcionarem, conforme Maingueneau (2010), como sombras dos discursos constituintes de suas respectivas formações discursivas.

O conceito de doutrina é muito amplo tanto para protestantes, quanto para romanistas, pois existe aquela que rege a concepção de igreja (eclesiologia), salvação (soteriologia), pecado (hamatiologia) etc. Neste trabalho, enfatizamos a polêmica que envolve os preceitos teológicos referentes às Escrituras Sagradas (doutrina da revelação), ou seja, a sua posição na validação da instituição, dos costumes e dos demais pressupostos teológicos.

Para essa finalidade, tomamos dois excertos (5 e 6) a fim de mostrar os semas do eixo da doutrina: ambos tratam sobre o papel dos Pais da igreja na fundamentação do arcabouço teológico da instituição. Segundo Matos (2008), na história da igreja, o termo “pais” designa os estudiosos cristãos da Antiguidade responsáveis pela própria sistematização da teologia.

No excerto 5, Sadoletto (2020) defende que a interpretação feita pelos protestantes das Escrituras é caracterizada pela busca de doutrinas teológicas divergentes daquelas propostas pelos pais da igreja, a qual causa amotinamento e divisões no seio da igreja. No excerto 6, Calvino (2020) argumenta sobre o importante papel dos teólogos da Antiguidade, mas defende que o fundamento do que chama de exercício de uma devoção pura está na leitura da Bíblia.

Nestes dois excertos há uma diferença fundamental entre católicos romanos e protestantes calvinistas: na formação discursiva daqueles, a especulação das Escrituras sem a segurança advinda da doutrina é considerada uma arrogância perigosa, enquanto, para estes, a doutrina sem o aprofundamento da Bíblia é o exercício de uma devoção contaminada.

Dessa maneira, o romanismo não pretende eliminar a pesquisa teológica, mas restringi-la aos líderes da igreja e seu desenvolvimento obedece a padrões de segurança impostos pela tradição (doutrina), pois não está disposta a endossar mudanças radicais. Enquanto que o protestante considera como positiva a pesquisa e defende uma teologia acessível a todos os membros da instituição. Por desconsiderar um apego tão rígido com um corpo denominacional está disposto a conviver com grupos fragmentados desde que tenha maior liberdade de interpretação.

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
EXCERTO 5: Sondei as Escrituras de maneira mais refinada que os antigos Pais; então, sobretudo, procurei certas interpretações que lhes fossem contrárias. Essa interpretação que obtive por causa da minha ciência e genialidade valeu-me a estima e reputação diante dos povos; na verdade, não pude solapar totalmente a autoridade da Igreja, mas causei em seu seio, grandes sedições e divisões (SADOLETO, 2020, p. 66)	EXCERTO 6: Os pais da igreja escreveram grandes obras sobre as virtudes necessárias à vida cristã. São escritos de um significado tão valioso que nem os eruditos mais hábeis poderiam esgotar as profundidades de uma só virtude. Todavia para uma devoção pura, não é necessário ler as excelentes obras dos Pais da Igreja, mas somente entender a regra básica da Bíblia. (CALVINO, 2000, p. 21)

Tabela 9: textos do *corpus* para análise do eixo semântico da doutrina.

Tal como no excerto 3, Sadoletto (2020) utiliza a estratégia de expor sua opinião a partir de um texto não-embreado no quadro cênico do juízo final, ou seja, segundo Maingueneau (2013), passa-se em um contexto autônomo (o não embreadamento), pois a primeira pessoa do singular exposta nesse excerto não se coaduna com o seu locutor, mas o enunciador oposto àquela exposta no excerto 3. Dessa maneira, assim como se convencionou chamar no excerto 3 de “romanista fiel”, no excerto 5 podemos denominá-la como “calvinista fiel”. O lugar é, igualmente, transcendente – o tribunal do Senhor – e corre de forma atemporal.

Como já dissemos, esse contexto desembreado colabora para que o interlocutor se encaixe mais facilmente à mensagem proposta pelo texto. Sadoletto (2020) quer proporcionar aos seus co-enunciadores que vivenciem, por essa estratégia enunciativa, aquilo que considera positivo no campo discursivo religioso e aquilo que considera negativo. O interlocutor é colocado no Tribunal de Deus e pode assumir, dentro do simulacro proposto, se ver na maneira como o calvinista será julgado.

Nesse excerto, os verbos, em primeira pessoa do singular, traduzem a voz do “calvinista fiel” que confessa seu prazer em sondar as Escrituras e, nessa oração coloca um adjunto adverbial de comparação onde introduz a estratégia da ironia (característica da faceta enunciativo-pragmática da polêmica): “[...] sondei as Escrituras de maneira refinada que os antigos Pais [...]”. Quando Sadoletto (2020) coloca essa fala na boca de suas personagens, afirma de forma irônica, a partir do seu simulacro, que a especulação dos protestantes os faz detentores de uma análise das Escrituras mais refinada que os Pais da igreja, o que é uma ironia sutil.

Sadoletto (2020) expõe o simulacro do calvinista como um especulador arrogante que se coloca acima da tradição da igreja, o que se torna o gatilho para as interpretações, pois afirma: “[...] então, sobretudo, procurei certas interpretações que lhes eram

contrárias”. Sadoleto (2020) coloca na boca do “calvinista fiel” falas que o fazem parecer, aos seus interlocutores, como um orgulhoso culpado, pois admite que seu critério hermenêutico era procurar as interpretações divergentes daquelas sustentadas pela tradição representada pelos “antigos Pais”. O “calvinista fiel” assevera que o critério não é a busca pela verdade, mas a mera especulação com o intuito de gerar contenda.

É importante ressaltar dois qualificadores, um de intensidade: “sobretudo”, que mostra a proeminência da metodologia dos protestantes e o pronome indefinido “certas” mostrando que essas interpretações não eram das mais relevantes. Se Sadoleto (2020) fizesse essas considerações utilizando sua própria voz no texto, a ironia ficaria mais acessível, contudo, em um discurso não embreado, esse artifício estilístico fica resguardado em uma delicadeza que preserva o cardeal (característica de uma cenografia usada com eficiência), porém com mais acidez, pois coloca essas palavras na boca de um enunciador que, supostamente, é um calvinista como muitos dos seus interlocutores.

A ironia continua em outra oração restritiva: “Essa interpretação que obtive por causa da minha genialidade valeu-me a estima e reputação diante dos povos”. Nessa oração, o “calvinista fiel” infere que sua seleção de interpretações divergentes da tradição da Sé Romana tem como causa a sua própria ciência e genialidade.

Essa construção é muito semelhante àquela usada no excerto 1 onde tratava-se a respeito do eixo semântico da instituição no simulacro da arrogância: “propaganda entre o povo do alto conteúdo em nossos espíritos, nem de nossa genialidade ou qualquer nova sabedoria” (SADOLETO, 2020, p.57).

Dessa maneira, o arrogante quanto à instituição é o especulador na doutrina, ou seja, pode-se estabelecer um grau de equivalência entre esses dois semas, pois, no simulacro proposto por Sadoleto (2020), ao se especular as Escrituras, se faz como uma prudência excessiva que extrapola os limites impostos pela própria obediência e, assim, os da doutrina e, conseqüentemente, da própria instituição.

O “calvinista fiel” afirma diante do tribunal divino que sua reputação foi obtida por essa hermenêutica seletiva, que caminha de forma paralela àquela disposta pela tradição romanista e fartamente exposta pelos Pais da igreja, pois afirma: “essa interpretação que obtive por causa da minha ciência e genialidade valeu-me a estima e reputação diante dos povos [...]”. Sadoleto (2020), pela voz do “calvinista fiel”, acusa de angariar sua fama diante de todos os povos (dando uma abrangência que extrapola a

própria Genebra) de forma indevida, ou seja, retalhando comentários e promovendo dissensões no corpo que é a igreja.

Assim, na visão proposta pelo cardeal de Carpendras, corroborar com esse êxito duvidoso não é apenas sedição, mas ingenuidade, pois se troca a segurança dos “antigos Pais” por interpretações que foram selecionadas com o único intuito de causar a divisão.

Na faceta sociogenérica, encontramos nesse argumento a utilização da memória interna e externa de seus interlocutores. Na forma internalizada, os receptores recordam-se dos rigores do tribunal do Senhor (lembre-nos de que essa recordação ainda estava muito marcada pela visão medieval do juízo de Deus). Também são levados a contemplar a importância dos “antigos Pais” para o sustento de uma teologia saudável. Na forma externa, os interlocutores são convidados por essas palavras a reconhecer o caráter especulativo dos líderes da Reforma e ponderar sobre as consequências eternas dessa posição.

O “calvinista fiel” assevera, pela locução adverbial “na verdade” (fator importante na faceta enunciativo-pragmática), que a fama conquistada com a interpretação seletiva foi eclipsada com suas conquistas parciais, pois sustenta: “[...] na verdade, não pude solapar totalmente a autoridade da igreja [...]”. O “calvinista fiel” confessa que seus êxitos foram parciais. O argumento termina com uma oração coordenada adversativa sindética: “[...] mas causei, em seu seio, grandes sedições e divisões [...]”. A conjunção adversativa é uma marca da faceta enunciativo-pragmática da polêmica e mostra uma segunda constatação: toda a sua conduta serviu apenas para trazer “sedição e divisão” no íntimo da instituição.

A maneira como Sadoletto (2020) faz seu enunciador proferir essa segunda constatação serve para demonizá-lo, pois não mostra nenhum arrependimento, mas o prazer de causar cizânia para sua autopromoção na igreja como tendo consciência de que suas interpretações serviram apenas ao vil desejo de fama e que eram inferiores demais em relação à teologia dos antigos Pais.

Em um contexto normal de enunciação, o “calvinista fiel” jamais poderia chegar a essa constatação devido ao que Maingueneau (2008) define como interincompreensão, ou seja, as restrições semânticas da formação discursiva do protestante jamais concordariam que a instituição romanista solaparia seus intentos. Entretanto o contexto do tribunal celeste faz com que a formação discursiva de Sadoletto (2020) apareça na boca do calvinista que não apenas aceita suas conquistas parciais, mas pelo antiethos do oportunismo que se confronta ao ethos do cardeal, homem apegado à tradição.

Na terceira faceta semântica da polêmica, apresenta-se o próprio simulacro do especulação. A partir desse simulacro, Sadoletto (2020) mostra sua identidade, aquilo que valoriza: a manutenção da sã doutrina em detrimento dos que buscam aquilo que, apesar de inferior e causar sérias divisões, atrai a fama temporal.

No excerto 6, no início do argumento, Calvino (2020) tece considerações a respeito do papel do País no arcabouço doutrinário da instituição e, por isso, afirma: “os pais da igreja escreveram grandes obras sobre as virtudes necessárias à vida cristã”. Nessa sentença, não há uma ironia, mas uma constatação de Calvino. Essa asseveração nem de longe é uma perda da identidade discursiva, mas apenas um dos pontos dessa polêmica.

Veja em outro excerto sua postura sobre esse mesmo assunto:

Excerto 7: Todas as passagens da Santa Escritura que os sofistas tentam distorcer para provar a confissão, tais distorções temos decididamente suprimido. E as histórias eclesiásticas que hoje temos conhecimento mostram que isso não era novidade daquele tempo, quando tudo era simplesmente observado, como comprova o testemunho dos Pais da Igreja. É, pois, abuso e engano o que tu afirmas, que na confissão, a humildade foi recomendada e estabelecida por Cristo e pela Igreja. Pois, se nisso há certa aparência de humildade, também está muito distante de ser agradável a Deus o rebaixar-se sob a capa de humildade. Por isso São Paulo nos ensina que a verdadeira humildade é aquela que é conforme a pura Palavra de Deus e a ela se ajusta. (CALVINO, 2020, p. 28)

No excerto 7, o reformador de Genebra trata sobre falsas verdades de fé (dogmas) que são endossadas pela igreja em detrimento das Escrituras. Entre esses dogmas, que enxerga como um desvio da Bíblia, está a confissão (um dos sacramentos do catolicismo romano, no qual o fiel se confessa diante de um sacerdote a fim de obter o perdão dos pecados pela absolvição da igreja).

Calvino (2020) entende que “os sofistas” (mesmo termo utilizado no excerto 2 para se referir aos teólogos romanistas) distorcem as Escrituras para provar a “confissão” como um método viável à vida cristã. Em vista disso, a tarefa da Reforma, na doutrina do *sola scriptura*, está em suprimir essas alterações a fim de oferecer uma observação simples da Bíblia. Ao se referir sobre essa atitude, utiliza o advérbio de afirmação “decididamente”, o que é uma marca da primeira faceta da polêmica enunciativo-pragmática.

Assim, o reformador de Genebra defende uma interpretação das Escrituras simples, ou seja, que não endossa dogmas que não advenham da Bíblia e acredita que

essa visão era compartilhada inclusive pelos Pais da igreja. Dessa maneira, na perspectiva do Reformador, o romanismo não corrompeu apenas as Escrituras, mas traiu sua própria tradição.

Calvino (2020) se coloca, juntamente com os demais reformadores, na figura não só do defensor das Escrituras, mas inclusive da teologia dos Pais da igreja, pois argumenta que a verdadeira humildade não está na submissão a um corpo doutrinário que satisfaça os intentos de um corpo eclesiástico, mas na submissão a uma hermenêutica simples da Bíblia, o que chama de “pura Palavra”.

Consequentemente, entendendo que os antigos teólogos utilizavam a Palavra em sua interpretação mais simples, e partindo dessa premissa, os escritos desses homens, aos olhos de Calvino (2020), são úteis à vida cristã. Essa ilação do pastor de Genebra expressa a preocupação dos Reformadores com uma teologia que não sirva apenas à academia, mas à vida cristã em geral.

Dessa forma, o excerto 6 faz coro com o 7, mostrando a importância dos antigos teólogos da igreja, que se torna mais enfático quando Calvino (2020, p. 21) afirma: “são escritos de um significado valioso que nem os eruditos mais hábeis poderiam esgotar as profundidades de uma só virtude”. Essa inferência predica um valor tal aos pais da igreja que excede a capacidade dos teólogos mais hábeis. Todavia, no entendimento de Calvino (2020), a viabilidade do uso dos escritos da patrística ao incremento da vida cristã não lhes subtrai sua profundidade, tampouco os coloca nem acima, nem no mesmo patamar das Escrituras.

Essas três orações que enaltecem os escritos patrísticos pela utilidade, valor e profundidade são seguidas por duas orações coordenadas adversativas que traduzem suas objeções: “todavia para uma devoção pura, não é necessário ler as excelentes obras dos Pais da Igreja, mas somente entender a regra básica da Bíblia”.

Apesar dessas duas objeções, Calvino (2020) indica a sua plateia que suas restrições ao conteúdo da patrística não é fruto de ignorância, pois apresenta de forma enfática seu reconhecimento da patrologia, afirmando essas obras como “excelentes”. Contudo essas adversativas traduzem exatamente a diferença entre o método dos protestantes e dos romanistas quanto à produção teológica. Essas orações adversativas indicam uma característica da primeira faceta da polêmica (enunciativo-pragmática).

Enquanto para os romanistas, defensores da dupla inspiração (a mesma autoridade da Palavra está na igreja), a própria Bíblia tem sua origem na Tradição e os escritos do magistério eclesiástico oferecem o meio para fielmente interpretá-la. Para os

protestantes, as Escrituras estão em uma posição máxima, onde ela, e tão somente ela tem o poder de fornecer autoridade à igreja e as suas confissões e catecismos.

Na primeira objeção, Calvino (2020) avalia a necessidade dessas obras à vida cristã. Ainda que os protestantes considerem a importância dos escritos dos Pais da Igreja, contudo, como dito anteriormente, a profundidade, valor e importância deles não está acima, tampouco no mesmo patamar das Escrituras no que tange ao exercício do que chama de “devoção pura”.

Considerando a faceta sociogenérica da polêmica, Calvino (2020), no excerto 7, evoca a memória interna de Sadoletto fazendo uma alusão a Paulo no que se refere a verdadeira humildade e, no excerto 6, recorda-lhe o apreço que, juntamente com os outros protestantes, nutrem pelos pais da igreja. A memória externa do excerto 6 está na oposição na doutrina da inspiração defendida por católicos romanos e protestantes calvinistas. Dessa maneira, o cardeal de Carpendras tem os meios para identificar seus pares e seus opositores. No excerto 7, Calvino (2020) leva seu “terceiro neutro” a visualizar a diferença entre suas formações discursivas da polêmica: a inconsistência entre os protestantes de partilhar a posição de discurso constituinte da Bíblia com a Tradição (escritos dos Pais da Igreja, as decisões do magistério eclesiástico e do Sumo Pontífice).

Na faceta semântica da polêmica, o excerto 6 afirma: “[...] para uma devoção pura, não é necessário ler as excelentes obras dos Pais da Igreja, mas somente entender a regra básica da Bíblia”. Apresenta-se nesse excerto a enunciação da doutrina do *sola scriptura*, ou seja, a crença protestante de que apenas a Bíblia é inspirada por Deus e, por isso, fonte de autoridade à igreja.

Tanto no excerto 6, quanto no 7, Calvino (2020) vê o romanismo de Sadoletto pelo simulacro do manipulador, aquele que distorce a Bíblia e a própria teologia dos Pais da Igreja (a doutrina) para acrescentar dogmas falsos e impõe esses padrões na tentativa de resguardar o poder da instituição. Nessa perspectiva, ostentam o antiethos da traição, pois agem com ardil para com a Bíblia e os princípios doutrinários mais básicos para resguardar a estabilidade da igreja.

Nesses mesmos excertos, Calvino (2020) valoriza uma postura ortodoxa, ou seja, buscar subtrair excessos que foram impostos pela Sé Romana. Da mesma forma, esse sema busca colocar as Escrituras como o único texto fundante. Calvino (2020) desenvolve sua argumentação pelo ethos do guardião da hermenêutica simples das Escrituras e da devoção pura como é do interesse dos próprios pais da igreja.

	CATÓLICOS ROMANOS	PROTESTANTES CALVINISTAS
Enunciativo-pragmática	<u>Ironia:</u> “Sondei as Escrituras de maneira mais refinada que os pais antigos [...]”; “Essa interpretação que obtive por causa da minha ciência e genialidade valeu-me a estima e a reputação diante dos povos [...]”; <u>Conjunção:</u> “[...] mas causei, em seu seio, grandes sedições e divisões [...]”; <u>Afirmção:</u> “[...] na verdade, não pude solapar totalmente a autoridade da igreja [...]”.	<u>Conjunção:</u> “<u>Todavia</u> para uma devoção pura, não é necessário ler as excelentes obras dos Pais da Igreja, <u>mas</u> somente entender a regra básica da Bíblia”. <u>Afirmção:</u> “[...] temos decididamente suprimido” (excerto 7); <u>Violência:</u> “sofistas” (excerto 7).
Sociogenérica	<u>Memória interna:</u> o tribunal de Deus; “antigos Pais”; <u>Memória externa:</u> consequências eternas do calvinista.	<u>Memória interna:</u> “[...] São Paulo nos ensina que a verdadeira humildade é aquela que é conforme a pura Palavra de Deus e a ela se ajusta” (excerto 7); “Os pais da igreja escreveram grandes obras sobre as virtudes necessárias à vida cristã”. <u>Memória externa:</u> oposição entre <i>sola scriptura</i> e dupla inspiração; “[...] afirmas, que na confissão, a humildade foi recomendada e estabelecida por Cristo e pela Igreja” (excerto 7).
Semântica	“[...] então, sobretudo, procurei certas interpretações que lhes foram contrárias”.	“[...] para uma devoção pura, não é necessário ler as excelentes obras dos Pais da Igreja, mas somente entender a regra básica da Bíblia”.

Tabela 10: Análise da polêmica no eixo semântico da doutrina.

	CATÓLICOS ROMANOS		PROTESTANTES CALVINISTAS	
Eixo Semântico	M1+	M1-	M2+	M2-
Doutrina	Manutenção da doutrina	Especulação	Ortodoxia	Manipulação

Tabela 11: simulacros do eixo semântico da doutrina.

	CATÓLICOS ROMANOS		PROTESTANTES CALVINISTAS	
	ETHOS	ANTIETHOS	ETHOS	ANTIETHOS
Doutrina	Tradição	Oportunismo	Fidelidade	Traição

Tabela 12: ethos e antiethos do eixo semântico da doutrina.

No início de nossa pesquisa, os semas escolhidos para esse eixo eram entre os católicos romanos obedecer ao Papa (positivo) e engano (negativo) e, aos protestantes, a doutrina da graça (positivo) e ignorância (negativo). No lugar de obedecer ao Papa, optamos pelo sema “manutenção da doutrina”, porque, no aprofundamento do *corpus*, entendemos que esse sema é mais abrangente haja vista que o desejo de manter a doutrina inclui a obediência ao Papa e aos demais dogmas. O sema “engano” foi substituído pelo da “especulação”, pois o engano proposto pela formação discursiva romanista não está ligada à atitude de especular as Escrituras sem os dogmas que serviriam como meios de segurança, mas guiados pelos princípios humanistas da razão e o desejo de fama entre os povos.

Na formação discursiva protestante calvinista, o sema “doutrina da graça” foi substituído pelo sema “ortodoxia”. O calvinista entendia que a doutrina da graça não era um dado teológico inédito, mas como uma doutrina que percorre toda a Bíblia, assim, a defesa da salvação pela graça é uma mostra de ortodoxia, assim como outras inferências teológicas, como promover uma hermenêutica simples e uma devoção pura. Da mesma forma, o sema “ignorância” é substituído pelo sema “manipulação”, ou seja, não é só a confusão de termos, mas distorção deliberada dos conceitos para fins pessoais.

Esses três excertos mostram a dinâmica que existe na polêmica dentro do eixo semântico da doutrina, ou seja, na proporção que a Palavra tem na elaboração do arcabouço doutrinário. Aos protestantes, só a Bíblia pode dar autoridade à doutrina e a própria instituição, por isso, transmitem o ethos do cristão fiel que disputa contra aqueles que têm os padrões mais caros do cristianismo.

Para os romanistas, a tradição cristã antecede o próprio cânon das Escrituras, assim, transmitem o ethos da tradição e, conseqüentemente, valorizam todas as iniciativas de manter esse arcabouço doutrinário frente àqueles que são oportunistas e manipuladores dessa riqueza que precisa ser protegida.

	CATÓLICOS ROMANOS		PROTESTANTES CALVINISTAS	
Eixo Semântico	M1+	M1-	M2+	M2-
Instituição	Obediência	Arrogância	Força agregadora	Obstinação

Costume	Costumes antigos	Costumes novos	Auxílio	Destruição
Doutrina	Manutenção da doutrina	Especulação	Ortodoxia	Manipulação

Tabela 13: Quadro comparativo dos semas da polêmica entre Católicos Romanos e Protestantes Calvinistas.

	CATÓLICOS ROMANOS		PROTESTANTES CALVINISTAS	
	ETHOS	ANTIETHOS	ETHOS	ANTIETHOS
Instituição	Humilde	O que tem desapareço	Restaurador	Dissimulador
Costume	Resiliente	Acusador	Pastor	Mercenário
Doutrina	Tradição	Oportunismo	Fidelidade	Traição

Tabela 14: Quadro comparativo dos éthé e antiéthé na polêmica entre Católicos Romanos e Protestantes Calvinistas.

Portanto, a polêmica entre romanistas e protestantes no século XVI é uma realidade discursiva e passível de exame pela Análise do Discurso de linha francesa, pois apresenta as facetas da polêmica, como propostas por Maingueneau (2010). Também constatou-se a possibilidade de analisar essa dissensão sob os eixos temáticos da instituição, costume e doutrina e seus respectivos semas. Cabe, agora, no progresso deste estudo, entender a dinâmica do campo discursivo religioso.

3.2. Campo discursivo religioso cristão

Dentro do discurso religioso, há diversos subgrupos tais como o discurso protestante e o discurso católico que se diferenciam a partir de seus posicionamentos divergentes quanto a temas polêmicos. Se compararmos as missivas de João Calvino ao reformador alemão Martinho Lutero e a Felipe Melanchton, é possível perceber que essa realidade se estende também aos grupos protestantes. Assim, o objetivo dessa seção é analisar no *corpus* a dinâmica existente dentro do campo religioso cristão.

A polêmica que existe entre católicos romanos e protestantes é explícita, pois há uma ruptura com a instituição, os costumes e a doutrina e isso não acontece, apenas, nas elucubrações abstratas da teologia, mas, principalmente, na utilização desses conceitos na vida prática.

Sobre a venda de indulgências, por exemplo, Lutero (2006, p. 19) afirma:

Excerto 8: [...] naquele tempo eu me encontrava preso a uma grande superstição da tirania romana. Por isso pensava, naquela ocasião, que a indulgência não deveria ser completamente rejeitada, pois via-a ser aceita pelo consenso das pessoas [...] compreendi que elas [as indulgências] nada mais eram que meras imposturas dos adutores romanos, através das quais eles punham a perder a fé em Deus e o dinheiro das pessoas.

Em nosso *corpus*, esse é o único excerto que foge a uma formação discursiva calvinista. A importância dele, nesse contexto, é analisar a forma como Lutero avalia seu antes e depois do catolicismo romano. Nesse excerto (8), é possível perceber que houve uma transição na maneira como enxergava a prática das indulgências. Enquanto estava no âmbito católico romano era obediente à instituição, pois considerava essa atividade religiosa como válida, pois era adepto dos costumes antigos e a manutenção da doutrina da Sé Romana.

Pelo verbo “compreendi” explicita o critério para essa mudança de formação discursiva: uma “conversão”. Lutero (2006) abandona a identidade discursiva que possuía dentro do romanismo a fim de assumir uma nova identidade em outra formação discursiva, a qual, do ponto de vista da doutrina, entende como mais ortodoxa, pois, nessa perspectiva, a igreja a que obedecera passa a ser supersticiosa e tirana, assim como a prática das indulgências como uma imposição perigosa tanto à fé, quanto à vida econômica das pessoas.

Dessa forma, essa nova convicção exige que auxilie os indivíduos a perseguir costumes mais consonantes com a única regra que vislumbra como certa, a Palavra e agregá-las em uma instituição que não compartilhe dos mesmos fins, que em seu novo entendimento, são maléficos.

Consequentemente, é possível perceber que em um mesmo campo religioso cristão há duas formações discursivas: no centro, devido ao seu maior capital econômico e cultural, há o catolicismo romano e o grau de adesão pode ser mensurado pela obediência à instituição; a valorização dos antigos costumes e a manutenção da doutrina, enquanto a formação discursiva protestante endossa uma ortodoxia na doutrina, o auxílio em uma prática religiosa (costume) mais próxima das Escrituras e uma instituição agregadora desses novos pensamentos.

Dentro da perspectiva da competência discursiva proposta por Maingueneau (2008), espera-se que os integrantes dessas formações, tal como Lutero (2006), sejam

capazes de produzir enunciados afinados a esses valores, assim como rechaçar os que lhe são contrários. Cabe ponderar que quanto mais apegado a esses semas positivos, mais evidência e prestígio se tem dentro do grupo, assim como quanto menos afinado a esses pressupostos mais se caminha para o ostracismo ou para outra formação. Um exemplo relevante é o de Erasmo de Roterdã, que é visto de forma restrita por romanistas e protestantes, pois àqueles sua obra prima *Elogio à loucura* contém heresias a ponto de engrossar a lista do *index librorum prohibitorum*, e, com estes, não partilha da doutrina da salvação pela graça, assim como sua adesão ao humanismo atrapalha sua relação com Martinho Lutero.

Segundo Gonzalez (2004), o ex monge alemão não era muito afeito ao humanismo, particularmente pelas rugas que contraiu com Erasmo, de forma específica, na sua defesa contra o livre-arbítrio. Apesar de ser professor na Universidade de Wittenberg, tinha uma visão muito prática e restrita da teologia e da ação do teólogo que não deve ter outro objeto de estudo que não seja a Palavra de Deus. Na *Controvérsia de Heidelberg* (apud GONZALEZ, 2004) defende a existência de dois tipos de teologia: a da cruz e a da glória, enquanto esta é cega, jactanciosa e se vale das obras, aquela conta com a graça de Deus.

Gonzalez (2004) aponta um movimento interessante na Reforma do século XVI: enquanto os teólogos reformados como Calvino fazem uma aproximação à teologia de Lutero, Felipe Melanchthon – o grande teólogo do luteranismo – busca contato com a teologia reformada, principalmente, devido ao apreço dessa pelo humanismo e uma teologia mais refinada. Coube a Melanchthon elaborar uma possível unidade entre os luteranos, o que ocorreu depois de sua morte, com a Fórmula da Concórdia.

A primeira vez que Calvino procurou se comunicar com Lutero foi no dia 21 de janeiro de 1545, o que aconteceu depois do Colóquio de Marburgo, reunião idealizada por Felipe de Hesse, grande apoiador de Lutero, a fim de reunir o célebre professor de Wittenberg com o líder da Reforma de Zurique, Ulrico Zuínglio. O tema foi a visão que tinham a respeito do sacramento da Eucaristia.

Segundo as Escrituras, Jesus, na última Ceia, ordenou que seus discípulos, ao longo do tempo, partilhassem do pão e do cálice como ele próprio fizera. Essa ordenança gerou diversas concepções entre os cristãos: os Católicos Romanos creem na transubstanciação (o milagre no qual o pão se transformava em carne e o vinho em sangue), Lutero, na consubstanciação (no pão e no vinho residiam as duas naturezas, tanto a divina quanto a humana) e Zuínglio, em um rito simplesmente memorial. Esse

colóquio terminou em fracasso, sendo que Lutero passou a rejeitar qualquer contato com teólogos suíços.

O objetivo dessa seção não é apenas analisar a distinção que existe entre católicos romanos e protestantes, mas também, subgrupos dentro do próprio protestantismo. Para efetivar essa atividade, tomamos como base o capítulo “Campo discursivo a propósito do campo literário” da obra *Doze conceitos em análise do discurso* de Maingueneau (2015). Nesse capítulo, Maingueneau (2015) trabalha com dedicatória de poetas. Dessa maneira, além das missivas de Calvino (2020) e Sadoletto (2020), reportaremos uma coletânea de cartas de Calvino.

Essa coletânea foi publicada em língua portuguesa para comemorar seus 500 anos sob o título *Cartas de João Calvino* (2009), especialmente, as endereçadas a Filipe Melanchton (1497-1560) e Martinho Lutero (1483-1546). Nesta análise, pode-se perceber a distinção entre subgrupos dentro de um mesmo protestantismo. A correspondência de Calvino ao Cardeal Sadoletto e deste para aquele oferece condição de se visualizar a mesma distinção entre protestantes e católicos dentro do campo religioso do séc. XVI.

Excerto 9: Ao excelentíssimo pastor da igreja cristã, Dr. M. Lutero, meu respeitado pai. Ao ver que a totalidade de meus compatriotas tirados das trevas do papado para a santa fé, nada haviam alterado de sua confissão pública e que continuavam a se corromper com a adoração sacrílega dos papistas, como se jamais tivessem sentido o gosto da verdadeira doutrina, foi-me totalmente impossível deixar de reprovar tão grande preguiça e negligência, da maneira como eu pensava que mereciam. Como é mesmo possível que essa fé, sepultada no íntimo do coração, não irrompa em confissão de fé? Que tipo de religião pode ser essa, que jaz submersa sob a aparência de idolatria? No entanto, não desenvolverei aqui meu argumento, pois já o fiz em dois pequenos tratados, nos quais, se não lhe foram inconveniente folheá-los, perceberá mais claramente tanto o que penso como as razões que me compeliram a formar essa opinião. Na verdade, pela leitura deles, alguns de nosso povo, não obstante estarem, até então, entorpecidos em falsa esperança, sendo despertados, passaram a ponderar no que deveriam fazer (CALVINO, 2009, p. 53);

No excerto 9, é importante observar como João Calvino se refere a Martinho Lutero: “excelentíssimo pastor da igreja cristã”, para mostrar como seu feito estava além do espaço e como suas ideias eram referência não só para a igreja da Alemanha, mas às outras igrejas europeias. Igualmente, salienta seu título acadêmico (doutor em teologia), o que não ocorre nos demais excertos, de fato Lutero era doutor em teologia

com ênfase nas Sagradas Escrituras, mas, com essa distinção, o preparo intelectual do reformador alemão é enfatizado. Por último, refere-se a ele como “meu respeitado pai”. O substantivo “pai” é muito significativo dentro do discurso cristão, haja vista que a geração posterior aos apóstolos é chamada de patrística e seus teólogos são denominados “pais da igreja”. De alguma forma, Calvino quer se filiar ao posicionamento de Lutero na mesma relação de pai e filho, como se ele, sendo mais jovem, fosse um filho e herdeiro das ideias de ruptura do outrora monge agostiniano.

Calvino, dirigindo-se a Lutero, no excerto 9, faz duas perguntas retóricas ao Reformador Alemão: “como é mesmo possível que essa fé, sepultada no íntimo do coração, não irrompa em confissão de fé? Que tipo de religião pode ser essa, que jaz submersa sob a aparência de idolatria?”. Na primeira, analisa a fé negligente dos franceses que, apesar de se abrirem ao conhecimento proveniente da Reforma Protestante, não o faziam de modo a externarem em uma confissão objetiva da fé. Na segunda pergunta, mostra estranheza para com essa fé que jaz sob a idolatria, ou seja, existe dentro de padrões cognitivos, mas que não atingem a vida prática do indivíduo.

Excerto 10: “Quisera poder voar até você para poder desfrutar da felicidade de sua companhia ao menos por algumas horas, o que seria melhor, pois preferiria conversar pessoalmente com você acerca não somente dessa questão, mas também, de outras. No entanto, como na terra tal não nos é concedido, tenho esperança de que isso ocorra em breve no Reino de Deus. *Adieu*, celeberrimo senhor, notabilíssimo ministro de Cristo e meu pai sempre honrável. Que o Senhor mesmo o governe e dirija pelo seu próprio Espírito, para que persevere até o fim, para o benefício e o bem comum de sua Igreja” (CALVINO, 2009, p. 54);

Depois, faz-se porta-voz dos franceses e deixa sua nacionalidade patente ao encerrar sua carta, no excerto 10, com “*Adieu*”. A própria ideia de nacionalidade era algo relativamente recente no século XVI quando os Estados nacionais começavam a tomar forma.

Há um fato proveniente da dêixis do discurso que precisa ser ressaltado. No excerto 9, Calvino, na única carta dirigida a Lutero, começa falando dos franceses como “meus compatriotas”, pois, mesmo vindos do “papado” para a “santa fé” não alteravam a confissão pública, por isso, usa um dispositivo dêitico mostrando uma ligação apenas civil (“meus compatriotas”).

Entretanto, a partir do contexto do excerto 9, essa realidade (pessoas convertidas apenas de forma superficial) era uma exceção, usa um elemento dêitico mais próximo – “nosso povo” – quando se refere àqueles que foram despertados dessa vida religiosa

superficial para uma realidade mais efetiva. Esse elemento discursivo mostra como o discurso reflete o próprio posicionamento de Calvino em relação a Lutero: a conversão à fé protestante (“santa fé”) não poderia ser apenas no âmbito institucional, mas uma aptidão de vida, o que refletiria na própria distribuição dos elementos da ceia na igreja.

Excerto 11: “Se já brotou esse exemplar de tirania arrogante na primavera de uma igreja renascida, o que devemos esperar para breve, quando os casos se tornarem muito piores? Vamos lamentar a calamidade da igreja, e não devorar nossa tristeza em silêncio, mas aventurar-nos ousadamente a suspirar por liberdade” (CALVINO, 2009, p. 56);

Diante do que entende como tirania em Lutero, passa a considerar uma ruptura entre ambos e, por isso, não passa a incluí-lo no que chama de “nosso povo” (excerto 9). Calvino busca, na possível quebra do silêncio de Melanchton, um caminho à liberdade (excerto 11). Nessa perspectiva Calvino (2020) afirma (excerto 11): “Vamos lamentar a calamidade da igreja, e não devorar nossa tristeza em silêncio, mas aventurar-nos ousadamente a suspirar por liberdade”. Calvino (2020) deseja apoio de Melanchton a suas ideias e que demonstrasse sua insatisfação a alguns posicionamentos de Lutero.

Calvino (2009) afirma que os dois tratados enviados a Lutero contêm um resumo de suas ideias teológicas e que serviram para despertar os seus compatriotas do que chama de “trevas do papado para a santa fé” (excerto 9). É importante notar que Calvino cria um vínculo entre posicionamentos semelhantes, pois, em sua concepção, partilhava da “santa fé”. Contudo, nem todos os seus compatriotas partilhavam das mesmas ideias, porque estavam ligados ao discurso dominante empreendido pelas “trevas do papado”.

Aqui, emerge o que Maingueneau (2015, p. 51) conceitua como posicionamentos dominantes e dominados que se organizam no que chama de “um centro, uma periferia e uma fronteira”. No sec. XVI, o discurso das “trevas do papado” ocupa uma posição central, enquanto o da “santa fé”, por estar na periferia, deseja chegar ao centro. Nessa perspectiva, Calvino faz perguntas sobre o motivo de as pessoas negligenciarem uma ruptura com o discurso dominante: “Como é mesmo possível que essa fé, sepultada no íntimo do coração, não irrompa em confissão de fé? Que tipo de religião pode ser essa, que jaz submersa sob a aparência de idolatria?”.

Quando Calvino (2009) vai, em missiva, apresentar seus opúsculos a Lutero, reconhece no discurso religioso o que Maingueneau (2015) denomina “rede de aparelhos”, onde pressupõe não só um público, aqueles que abandonaram a “falsa

esperança” e passam a ponderar no que devem fazer, assim como a existência de um crítico que pode dar legitimidade ao que foi produzido.

No excerto 11, Calvino se refere a Lutero como um “tirano” dentro de uma pergunta retórica a Melanchton. Houve uma mudança drástica entre esse predicativo e aqueles usados na carta de 21 de janeiro de 1545 e essa escrita em 28 de junho de 1545. O fato era que Calvino faria coro com os protestantes de Zurique que respondiam o ataque feito por Lutero no ano anterior (1544) na obra *Breve Confissão sobre a Ceia*.

Excerto 12: “Talvez, portanto, seja agora a vontade de Deus franquear o caminho para uma declaração plena e satisfatória da sua própria mente, para que os que esperam da sua autoridade não sejam levados a tomar posição e fiquem em dúvida e hesitação perpétuas. Esses como você sabe, totalizam grande número de pessoas. Não menciono isso com o propósito maior do que o de lhe confortar, tanto como o de lhe despertar para a liberdade de ação. Pois, se eu não pudesse alimentar verdadeiramente a esperança de que desses conflitos vexatórios resultasse algum benefício, seria totalmente consumido por aflição muitíssimo mais profunda” (CALVINO, 2009, p. 56);

Excerto 13: “Lutero proclamou, ruidosamente, a vida inteira, que tudo pelo que ele lutava não era mais do que defender a eficácia inerente dos sacramentos. Admite-se como verdade que eles não são símbolos vazios, mas que nos comunicam, de fato, aquilo que tipificam: que há no batismo a eficácia do Espírito que nos purifica e regenera; que a Ceia do Senhor é realmente um banquete espiritual, no qual nos alimentamos da carne e do sangue de Cristo. Nesse caso, em acalmar os tumultos que essas pessoas disparatadas têm reacendido – a ocasião afigura-se favorável demais para que você vacile por temer a reprovação geral – e na posição eminente que ocupa, você não conseguirá se livrar das muitas turbulências do cargo, mesmo que queira [...] Pois quando ouço os partidários de Osiander lhe descreverem como volúvel ou como mais aplicado à filosofia profana do que à sabedoria celestial, essa reprovação me fere mais profundamente do que se homens malévolos e devassos lhe censurassem por aquilo que não seria somente digno de juramento, mas glorioso de educação” (CALVINO, 2009, p. 117);

Excerto 14: “Ilustríssimo senhor, sua carta foi-me grata não somente porque tudo o que procede do senhor é precioso para mim, porque me faz saber que a afeição que tinha por mim no começo de nossa relação de amizade continua inalterada, mas, acima de tudo, porque acho elogio esplêndido, que aprova meu zelo em esmagar a impiedade de Serveto” (CALVINO, 2009, p. 122).

Contudo, nos excertos 12 e 13, Calvino avalia as consequências do silêncio de Melanchton à cisão interna no luteranismo. Segundo Gonzalez (2004), dentro da Igreja Luterana do séc. XVI havia dois subcampos: ortodoxos (pessoas fiéis às ideias de Martinho Lutero) e aqueles que se afinavam às ideias de Melanchton. Segundo Albrecht (2011), essa divisão se tornou evidente após a Confissão de Augsburgo (1530). Nessa

ocasião, Lutero não pôde participar, pois fora excomungado em 1521 na Dieta de Worms e foi representado por Melanchton. Nessa dieta, Carlos V forçou os luteranos a um retorno ao Romanismo. Essa intimidação foi minimizada pelos esforços do representante de Lutero, que, depois, foi acusado de trair os princípios de seu predecessor.

Percebe-se nos excertos 12, 13 e 14 essa dinâmica exposta por Maingueneau (2015) dos diferentes posicionamentos dentro do campo discursivo cristão: no centro está o catolicismo e na periferia o protestantismo procurando chegar ao centro, contudo temos subcampos dentro do protestantismo que existem de forma paralela ao centro. Dessa maneira, a discussão de Calvino sobre ceia com Lutero (retomando a suma maneira o fracassado colóquio de Marburgo), as disputas entre Osiander (no âmbito da doutrina da justificação) com Melanchton ou Calvino e Serveto (no contexto da doutrina da trindade) indicam esse subcampo.

Excerto 15: “Pois assim confio que, em se tratando da eleição gratuita dos piedosos você se esforçará para que haja entre nós mútua concordância quanto a um modo de ensinar que seja mais ortodoxo. Quanto à adoração do pão, sua opinião mais particular tem sido meu conhecimento há muito tempo, a qual você nem sequer dissimula em sua carta. Mas sua demasiada lentidão me desagrada, pois, por causa dela, não apenas se conserva, mas também cresce dia a dia a loucura daqueles que se vêm empenhados na destruição da igreja” (CALVINO, 2009, p. 122).

No excerto 13, Calvino indica a Melanchton a impossibilidade de fugir dos tumultos advindos do choque desses subcampos e mostra que, posicionando-se, seria uma figura importante para estabelecer a própria doutrina de Lutero. Nos excertos 14 e 15, Calvino e o luteranismo moderado de Melanchton unem-se no interesse por uma teologia sistemática mais minuciosa ou na defesa da execução de Serveto, mas se distanciam quando, na perspectiva de Calvino, o desejo pela unidade supera a fidelidade às Escrituras.

Excerto 16: “Aqueles que, repudiando a Escritura, imaginam não sei que caminho que os introduza a Deus, menos do que equivocados, devem ser considerados tomados pela raiva. Com efeito, há pouco emergiram alguns transtornados que, desprezam a leitura e a simplicidade daqueles que seguem, como dizem eles, a letra morta e que mata” (CALVINO, 2008, p. 87)

No excerto 16, Calvino se distingue dos chamados “libertinos” na maneira como concebem a importância da Bíblia na vida da igreja. Na expressão “repudiando a

Escritura”, o líder da Reforma em Genebra caracteriza esse grupo pela rejeição das Escrituras em detrimento de uma teologia formada por conceitos subjetivos.

Na expressão “desprezam a leitura e a simplicidade daqueles que seguem”, caracteriza seu próprio grupo pela simplicidade, ou seja, não precisam recorrer às intuições místicas para chegar aos seus pressupostos.

Excerto 17: “Quando me dediquei a esta obra pela primeira vez, nada estaria mais longe de meus pensamentos, ó brilhantíssimo Rei, do que dedicá-la, à sua conclusão, a vossa majestade. Havia apenas o desejo de ensinar alguns rudimentos pelos quais seriam formados para a verdadeira piedade os que tivessem experimentado algum zelo da religião. E me apliquei a este trabalho sobretudo pelos nossos franceses: embora entendesse que muitos deles estivessem famintos e sedentos de Cristo, percebia que muito poucos eram imbuídos de um conhecimento minimamente correto” (CALVINO, 2008, p. 13)

Se no excerto 15, Calvino se dirige a Lutero, no excerto 17, Calvino se dirige ao Monarca Francisco I da França a quem saúda com o vocativo “ó brilhantíssimo Rei”. Segundo Mcgrath (2004), esse imperador francês ascendeu ao trono em 1515 com a intenção de auxiliar Leão X no financiamento de uma cruzada, decisão que resultou em protestos dos docentes da Universidade de Paris os quais a viam como supersticiosa. Apesar de jovem e susceptível aos intentos papais, não temeu enfrentar a liga formada pelas tropas da Sé Romana e da Suíça na Batalha de Marignano (1515), o que lhe deu autoridade de nomear o alto clero e decidir a respeito das questões reformistas.

No princípio de seu reinado, era inclinado ao humanismo e a uma administração moderna, contudo, em 1534, persegue os protestantes que haviam panfletado contra o romanismo. Da mesma maneira, ordenou a prisão de Nicola Cop depois do seu discurso reformista no dia de todos os santos para o início do ano letivo (1533). Contudo não temia a se unir com os evangélicos alemães para fins bélicos. Segundo Mcgrath (2004), nessa década de 1530 e início de 1540, Calvino tem um papel diplomático importante entre franceses usando sua influência junto ao governo de Genebra e Berna.

Nessa perspectiva, Calvino se dirige a jovens protestantes presos em Lion:

Meus queridos irmãos, finalmente soubemos por que o mensageiro de Berna não retornou. É porque não tinha a resposta que tanto desejávamos, pois o rei tem se recuado peremptoriamente a atender a todas as solicitações dos senhores de Berna (CALVINO, 2009, p. 107)

Nesse parágrafo, vemos a tentativa de usar os poderes políticos de Berna para auxiliar esses protestantes. Consequentemente, procura Francisco I para melhorar a forma como auxiliava os evangélicos perseguidos da Europa. O interesse é mostrar a

esse rei católico aquilo que chama de os “rudimentos pelos quais é formada a verdadeira piedade” os quais aparecem naqueles que experimentam “algum zelo da religião”, que é a maneira de se referir a todos os protestantes. O Exegeta da Reforma acredita poder convencer o rei a respeito da “verdadeira piedade”, que se contrapõe a uma falsa piedade professada pelo Romanismo, sendo fonte desse “conhecimento minimamente correto”. Evoca o sentimento protetivo do centralizador Francisco I sobre a abstinência do verdadeiro conhecimento que só pode vir da fé Reformada.

O Excerto 17 mostra que Francisco I não só está no grupo daqueles que não possuem “algum zelo da religião” e, por isso, não compreendem e, consequentemente, perseguem aqueles que o detém, especialmente, os franceses. Dentro do discurso religioso, o imperador pertence a um campo, enquanto que Calvino está em outro e a mudança de um para outro necessita de uma conversão. No calor das perseguições da década de 1530, o Exegeta da Reforma escreve a primeira edição da sua obra magna *Institutas da Religião Cristã*, segundo McGrath (2014), inspirada no *Catecismo Maior* de Lutero (1529), publicada em 1536, sendo editada e ampliada até 1559. Em todo esse período, Calvino buscou essa mudança radical no monarca para que, estando no mesmo campo dos seus perseguidos, proporcionasse bonança aos protestantes.

Excerto 18: “Creio, amados irmãos, que é do conhecimento de alguns de vós que habito agora em Carpentras. Eu vim de Nice, onde, anteriormente, partindo de Roma, tinha ido restabelecer a paz entre os reis, acompanhando o Soberano Pontífice. Amo essa Igreja, essa cidade que Deus quis me dar por esposa espiritual e por pátria. Tenho por esse povo um amor verdadeiramente paternal e sofro muito por ter-me separado de vós. Ainda que a honra do cardinalato, que, para minha surpresa, foi-me conferida, me force voltar à Roma, como certamente me forçará para, naquela cidade, servir a Deus na vocação em que fui chamado. Essa honra, entretanto, não desviará meu espírito, nem meu amor por esse povo, que sempre estará gravado no fundo do meu coração” (SADOLETO, 2020, p. 51).

No excerto 18, vê-se um processo semelhante em Genebra, rompida com a Sé Católica, ou seja, estão em campos discursivos diferentes e esse problema só pode ser resolvido pelo viés da conversão, ou seja, o abandono do campo discursivo e suas restrições semânticas e, consequentemente, sua identidade.

Sadoletto (2020) se apresenta como porta-voz da igreja devido não só a sua relação com o Sumo Pontífice, mas também por ter exercido essa diplomacia em outras regiões angariadas pelas ideias da Reforma. Apesar de mostrar seu trânsito diante dos altos escalões da igreja, demonstra singeleza, surpresa e sentimento de humildade em relação

a sua nomeação a cardeal. A distância discursiva se apresenta na incompreensão entre as partes que se dialogam por simulacro. Esse efeito perceptível na expressão: “tenho por esse povo um amor verdadeiramente paternal e sofro muito por ter-me separado de vós” (SADOLETO, 2020, p. 51).

O cardeal de Carpendras se mostra como detentor de um amor paternal e augusto protetor da verdadeira religião. Isso se alinha ao que diz Maingueneau (2008a, p. 36) sobre a rede semântica de um discurso que “coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro”.

Sadoletto (2020) mostra seu posicionamento na maneira como defende seus princípios e lida com seu Outro. Nessa perspectiva, Sadoletto (2020) vê seu discurso como o mais afinado às Escrituras Sagradas enquanto Calvino pensa da mesma forma. Maingueneau (2008, p. 36) chama esse fenômeno de ilusão inelutável, ou seja, a ilusão que ambas as partes têm de que seus discursos estão em uma suposta centralidade.

Segundo Maingueneau (2015), o ponto de ruptura entre a teoria geral dos campos de Bourdieu e a sua se dá na questão do posicionamento (e não pelo mero papel desempenhado) que impulsiona toda a sua visão de formação discursiva, pois dele temos a identidade de um discurso que é visto em sua globalidade, mas em campos limitados.

Maingueneau (2015, p. 60) entende, tal como Bourdieu, “o universo discursivo como um espaço heterogêneo, constituído de zonas com propriedades específicas”. Nesse campo os autores traçam suas trajetórias. Nessa situação, vemos Calvino, no excerto (9), dirigindo-se a Lutero para apresentar-lhe seus escritos a fim de receber recompensa simbólica, ou seja, ter seu trabalho reconhecido além do seu público.

Contudo, seu posicionamento, que emana do seu senso de Absoluto, o impede de uma aproximação mais efetiva, pois concordar com todos os padrões teológicos de Lutero seria subtrair seu capital diante de seus fiadores. Dessa maneira, para defender seu posicionamento, assume outra estratégia: estabelecer ponte com aquele que pode ser considerado o expoente da teologia luterana, Melanchton. Essa estratégia é traçada, porque os posicionamentos de ambos (Calvino e Melanchton) eram próximos e apoiá-lo não ofereceria dano ao seu capital.

Nessa nova estratégia, Calvino passa a considerar Lutero como tirano e incentiva uma atitude mais efetiva de Melanchton de ruptura e exposição de uma teologia mais próxima do calvinismo, especialmente no posicionamento sobre a questão da santa ceia.

Contudo, o apoio mais efetivo da parte de Melanchton para Calvino se dá na questão de Serveto.

Com essa análise, é possível perceber que o posicionamento rege a formação discursiva e a relação que estabelece entre os demais discursos dita a posição em que se encontra. Essa posição não é estática, mas volátil a partir do capital que se arrecada no decorrer do tempo.

Percebe-se que a mudança de campo discursivo implica uma mudança de identidade discursiva, o que acontece por meio de um processo de “conversão” que seria sacrificar sua própria identidade discursiva e assumir a do Outro. Em condições normais, aquele que está em um subconjunto dentro de um campo não vê aquele com quem trava a polêmica, mas o seu simulacro que implica a tradução do Outro dentro de suas limitações semânticas.

CAMPO DISCURSIVO RELIGIOSO CRISTÃO

Erasmus de
Roterdã

3.3. Análise do conceito de discurso constituinte no *corpus*

Segundo Maingueneau (2015), um grupo precisa buscar sua autoridade em uma fonte legitimadora que assevera coisas como se fossem últimas e não responde a nenhum arbítrio além dela própria. No campo discursivo religioso cristão, especialmente no âmbito da polêmica entre católicos romanos e protestantes, há uma fonte legitimadora comum: a Bíblia Sagrada, conjunto de livros tidos como inspirados (provenientes de Deus) e cujo conteúdo não pode ser inquirido.

No âmago da polêmica entre romanistas e calvinistas, há a doutrina do *sola scriptura*, ou seja, apesar de ambas as formações discursivas reconhecerem a autoridade da Bíblia, a formação discursiva católico romana valoriza a tradição, pois entende que as Sagradas Escrituras procedem de um arcabouço oral que foi resguardado, no Antigo Testamento, por Israel e, no Novo Testamento, pela igreja e que essa instituição foi responsável por sistematizar e selecionar o cânon (livros aceitos na Bíblia) em Concílio próprio (Concílio de Hipona Real em 393 d.C.) daquilo que fora sendo escrito como texto sagrado. Dessa maneira, a Bíblia e a tradição procedem de uma mesma fonte que é a ação do Espírito Santo e coexistem como fontes legitimadoras. Nessa perspectiva o documento do Concílio Vaticano II (2020) afirma:

A sagrada Tradição, portanto, e a Sagrada Escritura estão intimamente unidas e compenetradas entre si. Com efeito, derivando ambas da mesma fonte divina, fazem como que uma coisa só e tendem ao mesmo fim. A Sagrada Escritura é a palavra de Deus enquanto foi escrita por inspiração do Espírito Santo; a sagrada Tradição, por sua vez, transmite integralmente aos sucessores dos Apóstolos a palavra de Deus confiada por Cristo Senhor e pelo Espírito Santo aos Apóstolos, para que eles, com a luz do Espírito de verdade, a conservem, a exponham e a difundam fielmente na sua pregação; donde resulta assim que a Igreja não tira só da Sagrada Escritura a sua certeza a respeito de todas as coisas reveladas. Por isso, ambas devem ser recebidas e veneradas com igual espírito de piedade e reverência.

Por sua vez, a formação discursiva protestante parte do pressuposto de que não é a igreja que valida as Escrituras, tampouco acredita que a autoridade dela possa ser partilhada com qualquer outra instância. Dessa maneira, a Confissão de Fé de Westminster (2001, p. 19) sustenta:

A autoridade da Escritura Sagrada, razão pela qual deve ser crida e obedecida, não depende do testemunho de qualquer homem ou Igreja, mas depende somente de Deus (a mesma verdade) que é o seu Autor; tem, portanto, de ser recebida, porque é a Palavra de Deus.

Diante desta discussão, nesta seção temos o objetivo de analisar como a Bíblia é vista como representativa de um discurso constituinte em relação a essas duas formações discursivas. Para assim proceder, tomamos quatro excertos do *corpus* sendo o 19 e 21 da formação discursiva romanista e o 20 e 22 da formação discursiva protestante calvinista.

Nos dois primeiros excertos, há uma peculiaridade: ambos fazem alusão ao texto de Hebreus 4.14 onde a Bíblia diz: “porque a palavra de Deus é viva, e eficaz, e mais cortante do que qualquer espada de dois gumes, e penetra até ao ponto de dividir alma e espírito, juntas e medulas, e é apta para discernir os pensamentos e propósitos do coração”.

Segundo Carson et al (1997), essa carta compõe o Novo Testamento e tem como característica não possuir um autor explícito; foi escrita entre 60 e 70 d.C.; destinada a judeus convertidos que viviam no ostracismo devido a nova confissão de fé e teve como propósito, original, defender a superioridade de Cristo a esses leitores originais que tendiam a evadir do cristianismo em uma volta às antigas convicções.

Segundo Gundry (1981) no capítulo quatro, do versículo onze ao dezesseis, a Carta aos Hebreus faz uma exortação contra a apostasia (renegar a Cristo). Carson et al (1997), explica que, especificamente, nos versículos doze e treze, o autor considera uma tolice deixar a Cristo.

A partir desse contexto da carta e da memória interna que ela traz aos que a conhecem, Sadoletto (2020), no excerto 19, insere seu argumento: “ela [a Palavra] não enlaça os espíritos em argumentações difíceis”. Essa é uma referência à retórica calvinista pautada por uma hermenêutica influenciada pelo humanismo. No excerto 20, a formação discursiva calvinista procura distinguir a relação da eloquência humana e a obra do Espírito Santo para a efetivação da Palavra no coração do homem.

Nos excertos 21 e 22, temos no primeiro um texto do Concílio de Trento (formação discursiva romanista) e, no segundo, um tópico da Confissão Belga de Guido de Brès (formação discursiva calvinista) ambos do séc XVI. Com esses dois excertos, o objetivo é analisar a relação de pureza da igreja e a autoridade das Escrituras.

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
EXCERTO 19: Porque a Palavra de Deus é viva e eficaz e mais cortante que qualquer espada de dois gumes e penetra na divisão do espírito e da alma, até o fundo de juntas e medulas. Ela não enlaça os espíritos em argumentações difíceis, mas pela intervenção	EXCERTO 20: [...] é preciso observar que o apóstolo, aqui, está discutindo sobre a Palavra de Deus que nos é comunicada pelo ministério dos homens. São dementes e mesmo danosas todas as noções de que, não obstante a Palavra certamente seja eficaz no interior, emana dos

de uma celeste afeição do coração, se oferece uniforme e abertamente à nossa inteligência, para que não seja tanto a razão humana que opere em nós para compreendê-la, mas Deus mesmo que a si nos chama. Eu oro e suplico a esse Deus de reta inteligência, que nos dê o socorro de sua benignidade, a fim de que eu diga e vós compreendais aquilo que possa ainda unir os nossos sentimentos e pensamentos para com Deus, em um só coração e um só espírito (SADOLETO, 2020, p. 53).

lábios humanos é morta e carente de qualquer efeito. Admito que certamente a eficácia não flui da língua humana, nem consiste em seu próprio som, e sim que deve ser atribuída totalmente ao Espírito Santo; no entanto não impede o Espírito de manifestar seu poder na Palavra que é proclamada. Porque Deus mesmo não fala senão através dos homens; ele toma grande cuidado para que sua doutrina não seja recebida com descaso seus ministros serem homens. E assim, quando Paulo diz que o evangelho é o poder de Deus [Romanos 1.16], deliberadamente distinguiu sua própria pregação com aquela honra que o apóstolo percebeu ser aprovada por alguns e rejeitada por outros (CALVINO, 2012, p. 106).

EXCERTO 21: O sacrossanto Concílio Ecumênico e Geral de Trento, reunido legitimamente no Espírito Santo, e com a presidência dos mesmo três legados da Sé Apostólica, tendo sempre isto diante dos olhos que, rejeitados os erros, seja na Igreja conservada a pureza do Evangelho, prometido antes nas Escrituras Santas pelos profetas, o qual Nosso Senhor Jesus Cristo Filho de Deus, primeiramente com sua própria palavra o promulgou e depois, por meio de seus Apóstolos, mandou pregá-lo a toda criatura (Mt 18, 19 s; Mc 16, 15), como fonte de toda a verdade salutar e disciplina dos costumes. Vendo que esta verdade e disciplina estão contidos nos livros escritos e nas tradições orais, que – recebidas ou pelos Apóstolos dos lábios do próprio Cristo, ou dos próprios Apóstolos sob a inspiração do Espírito Santo – chegaram até nós como que entregues de mão em mão, fiéis aos exemplos dos Padres ortodoxos, com igual sentimento de piedade e reverência aceita e venera todos os livros, tanto os do Antigo, como os do Novo Testamento, visto terem ambos o mesmo Deus por autor, bem como as mesmas tradições que se referem tanto à fé como aos costumes, quer sejam só oralmente recebidas de Cristo, quer sejam ditadas pelo Espírito Santo e conservadas por sucessão contínua na Igreja Católica. E para que não surja dúvida a alguém a respeito dos livros que são aceitos pelo mesmo Concílio, resolveu ele ajuntar a este decreto o índice dos Livros Sagrados. (CONCÍLIO DE TRENTO, 2021)

EXCERTO 22: As marcas para conhecer a verdadeira igreja são estas: ela mantém a pura pregação do Evangelho, a pura administração dos sacramentos como Cristo os instituiu, e o exercício da disciplina eclesiástica para castigar os pecados. Em resumo: ela se orienta segundo a pura Palavra de Deus, rejeitando todo o contrário a esta Palavra e reconhecendo Jesus Cristo como o único Cabeça. Assim, com certeza, se pode conhecer a verdadeira igreja; e a ninguém convém separar-se dela. (BRÊS, 2021).

Tabela 16: Excertos para análise de discurso constituinte

No excerto 19, Sadoletto (2020) critica a retórica que os protestantes usavam em sua apologética. Essa mesma perspectiva aparece no excerto 5, no qual, em um texto

desembreado, o Cardeal utiliza a pena da ironia para descrever o sema negativo da especulação. Essa elocubração doutrinária também aparece na maneira como Sadoletto (2020) diferencia a verdade da mentira:

Excerto 23: Mas, supondo que haja algum outro meio de tolerar os demais atos desses homens, como podemos suportar (e nisso não me parece possível que obtenham junto a Deus ocasião de perdão e misericórdia) que tenham se esforçado para rasgar a única esposa de Cristo? Que a túnica do Senhor, que soldados ímpios não quiseram dividir, eles tenham ousado não somente dividi-la, mas fazê-la em pedaços! Com efeito, desde que começaram, quantas seitas já se separaram da Igreja, que não concordam com eles, nem entre si? Toda essa doutrina prova ser o indício manifesto da mentira; porque a verdade é sempre una; a mentira, ao contrário, variável e mutante; e o que é direito é simples, mas o que é oblíquo é diverso. (SADOLETO, 2020, p. 63)

Sadoletto (2020), no excerto 23, entende esse caráter especulativo próprio dos protestantes como pior que aquele empreendido pelos soldados que não quiseram dividir a túnica de Jesus por não ter costuras. Por esse dado da memória interna de seus ouvintes, coloca os calvinistas em uma posição de desprezo, porque fizeram em pedaços mais que a túnica de Cristo, mas a própria igreja, pois, no que se refere aos costumes, adotam a postura das novidades, assim como, na instituição, o paradigma da arrogância.

Esse discurso arrogante, novo e especulativo, desperta interesse de ouvintes, inclusive, cidades inteiras como Genebra. Assim, a tarefa de Sadoletto (2020) é defender que essa formação discursiva é mentirosa e, para provar essa hipótese, argumenta sobre o fato de a verdade ser uma e imutável.

No excerto 19, Sadoletto (2020) concebe a verdade como uma informação simples sob a legitimidade de Hebreus 4.12. Nesse excerto, por meio de uma oração adversativa, opõe-se à argumentação protestante que, a seu ver, enlaça os espíritos em detrimento daquela retórica simples, advinda da revelação do Espírito Santo que comprova ser o ensinamento de Deus e não dos homens. Consequentemente, pode se inferir que, na formação discursiva romanista, a Palavra atesta que a verdade e o direito são uniformes e simples, porque é sobrenatural e a mentira, por vir da razão do homem, preza mutabilidade.

Destarte, a arrogância em não considerar a unidade institucional da igreja, a busca em novos costumes e a especulação doutrinária, do ponto de vista de Sadoletto (2020), é deturpação do discurso constituinte pela razão humana em busca. Ambas as formações discursivas, como vemos no excerto 20, entendem que o discurso constituinte só tem

sua efetividade pela ação do sobrenatural (o Espírito Santo). Dessa maneira, a polêmica entre a formação discursiva exposta pelo excerto 19 e o 20, é estabelecer quem é ou não iluminado por esse ser divino.

Sadoletto (2020), no excerto 19 e 23, avalia que apenas aqueles que ostentam os semas positivos da obediência à instituição eclesiástica, o apego aos costumes antigos e a manutenção da doutrina são aqueles que são iluminados pelo Espírito Santo e, assim, têm acesso ao texto bíblico de forma efetiva.

No excerto 20, Calvino (2012), comentando Hebreus 4.12, assevera, tal como Sadoletto (2020), que, apesar da Palavra ser transmitida pelo ministério de homens, é efetivada pela ação transcendente do Espírito Santo. Consequentemente, classifica como demente e danosa qualquer doutrina vinda de homens não da Palavra. Assim, quando a tradição se coloca no mesmo patamar que as Escrituras, como no excerto 21, o calvinista a entende como obstinação da Sé romana a se impor acima das Escrituras, que nessa atitude destrói a verdadeira conduta que a Palavra recomenda e, por isso manipulam as Escrituras a fim de manter os privilégios.

Se para Sadoletto (2020), excerto 19, o critério para saber quem tinha a devida ação do sobrenatural na efetivação do discurso constituinte estava na simplicidade dos argumentos e, por isso, a adesão obediente à instituição, para Calvino (2020), a ação divina se dá na aceitação da exclusividade da Bíblia para fundamentar a pregação. Assim, não aceitar a pregação protestante, na perspectiva do excerto 20, é prova de não ser assistido pelo Espírito Santo.

Calvino (2020), no excerto 24, evidencia esse caráter sobrenatural da Bíblia devido a sua inspiração (seu lastro espiritual) afirmando que os autores humanos são órgãos do Espírito Santo.

Excerto 24: Para asseverar sua autoridade, ele ensina que ela é *inspirada* por Deus. Porque, se esse é o caso, então fica além de toda e qualquer dúvida que os homens devem recebê-la com reverência. Eis aqui o princípio que distingue nossa religião das demais, ou seja: sabemos que Deus nos falou e estamos plenamente convencidos de que os profetas não falaram de si próprios, mas que como órgãos do Espírito Santo, pronunciaram somente aquilo para o qual foram do céu comissionados a declarar. (CALVINO, 2009, p. 262)

No excerto 24, Calvino (2009) defende essa característica legitimadora da Bíblia quando afirma que, por ser inspirada, os homens lhe devem reverência. A forma como deve ser aceita não deriva do que ela apresenta em si, ou seja, seu valor literário ou a veracidade ou não de suas asseverações, mas pelo fato de ser inspirada. Dessa maneira

ela não só dá legitimidade à instituição, aos costumes e à doutrina sem que responda a mais ninguém senão ela própria. Nessa perspectiva, questionar as Escrituras seria questionar o próprio Deus.

Comparando os excertos 20 e 24, a formação discursiva calvinista entende que o ministério da Palavra requer o trabalho humano. Dessa forma, foram homens que escreveram os textos bíblicos, assim como são homens que pregam nos púlpitos, todavia em ambos os casos quem efetiva a inspiração da Bíblia ou a iluminação dos pregadores não são suas qualidades intrínsecas, mas a própria ação do Espírito Santo.

Destarte, os excertos 19, 20 23 e 24 identificam a Bíblia como representativa do discurso constituinte tanto da formação discursiva católico-romana quanto dos protestantes calvinistas. Contudo a polêmica entre eles não existe apenas nas questões relativas à hermenêutica, porém são mais profundas, pois abarcam a maneira como entendem o legado da inspiração divina.

Nos excertos 21 e 22, analisamos as respectivas concepções da fonte legitimadora. O vínculo que existe entre esses dois excertos está no termo “pureza” e esse exame tem como objetivo perceber como ambas as formações discursivas se relacionam com as Escrituras e como essa concordância afeta a “pureza” eclesiástica.

Nesse contexto, cabe especificar que o excerto 21 é extraído do Concílio de Trento (1546) e oferece os meios para analisarmos a relação da igreja com a Bíblia. Apesar de a Palavra aparecer em destaque no texto, os Padres Conciliares demonstram a perspectiva da dupla inspiração, ou seja, Bíblia e igreja são juntas fontes de autoridade de conduta e teologia. Nessa perspectiva, Francisco de La Salle, no século XVII, defende:

Digamoslo así: Dios es el pintor, nuestra fe la pintura; los colores son la Palabra de Dios, el pincel es la Iglesia. He aquí, pues, dos reglas ordinarias e infalibles de nuestra creencia: la Palabra de Dios, que es la regla fundamental e formal, y la Iglesia de Dios que es la regla de aplicación y explicación (SALLE, 1898, 237)⁵.

Sales (1898) evidencia a crença na dupla infalibilidade, ou seja, crê que a Bíblia é infalível, tal como os protestantes, porém entende que o magistério da igreja é igualmente isento de erros. Nessa concepção, acredita na incapacidade dos cristãos de um modo geral de interpretar as Sagradas Escrituras sob o risco de demonstrarem uma

⁵ Digamos assim: Deus é o pintor, nossa fé a pintura; as cores são a Palavra de Deus, o pincel é a Igreja. Eis aqui, pois, duas regras ordinárias e infalíveis de nossa crença: a Palavra de Deus, que é a regra fundamental e formal e a Igreja de Deus que é a regra de aplicação e explicação.

visão heterogênea daquela proposta pela igreja. Dessa forma, a igreja é a regra de aplicação e explicação.

Na perspectiva do *Sola Scriptura*, o excerto 22 foi retirado da Confissão Belga (1561) e foi escrito pelo teólogo de linha calvinista Guido de Brès. O excerto 22 tem como objetivo dissertar que a igreja pura e verdadeira é aquela que molda suas ações pelo paradigma das Escrituras.

No excerto 21, temos um texto conciliar (proveniente de um Concílio da Igreja romana) que faz questão de declarar sua legitimidade: “reunido legitimamente no Espírito Santo”. O mesmo Espírito Santo que faz daqueles que inspira como canais de comunicação (excerto 24) é que congrega esse colegiado para ser guardião das Escrituras e da tradição oral.

Primeiramente, o excerto 21 assevera que a pureza do Evangelho depende de se rejeitar os erros. Deve-se perceber que não está se discutindo a pureza da igreja, mas a pureza da Palavra revelada. Nessa declaração se movimenta o eixo semântico do costume, pois os erros, advindos dos protestantes são novidades especulativas que desafiam aquilo que é antigo. Nessa perspectiva, conviver com o erro é macular a própria Escritura Sagrada.

O excerto 21, a fim de argumentar sobre essa valorização do antigo, mostra que nem mesmo o Evangelho (a boa notícia) do Novo Testamento é inédito, mas tem sua mensagem prometida pelos profetas no Antigo Testamento. Depois de promulgado, os próprios Apóstolos foram comissionados por Cristo a levar essa mensagem a todo o mundo. Desse modo, os costumes da igreja seguem a Palavra proclamada e a mensagem dos Apóstolos que receberam de Cristo e a transmitiram por sucessão apostólica aos seus sucessores (os bispos) para que chegasse até os nossos dias.

Consequentemente, para o excerto 21, acolher apenas a Palavra (como asseveram os protestantes na doutrina do *sola scriptura*) é dispensar a tradição que emana do mesmo Cristo que legitima as Escrituras. Da mesma maneira, negar a tradição oral que a igreja carrega é ficar vulnerável aos erros, pois, no eixo da doutrina, a instituição eclesiástica tem a função de manter a verdadeira teologia e preservá-la das especulações teológicas, especialmente, aqueles que trazem o humanismo em seu âmago.

O mesmo Concílio de Trento (2021) afirma que é função da igreja “refrear as mentalidades petulantes” que, pela própria razão, objetivam interpretar as Escrituras.

Excerto 25: Ademais, para refrear as mentalidades petulantes, decreta que ninguém, fundado na perspicácia própria, em coisas de fé e

costumes necessárias à estrutura da doutrina cristã, torcendo a seu talante a Sagrada Escritura, ouse interpretar a mesma Sagrada Escritura contra aquele sentido, que [sempre] manteve e mantém a Santa Madre Igreja, a quem compete julgar sobre o verdadeiro sentido e interpretação das Sagradas Escrituras, ou também [ouse interpretá-la] contra o unânime consenso dos Padres, ainda que as interpretações em tempo algum venham a ser publicadas. Os que se opuserem, sejam denunciados pelos Ordinários e castigados segundo as penas estabelecidas pelo direito.

Segundo Sproul (2003), os dois legados mais importantes da Reforma Protestante do século XVI foram a difusão da Bíblia traduzida para o vernáculo, assim como a livre interpretação. O excerto 25 fala especialmente dessa última herança, pois a pluralidade de interpretações equivalia em um aumento de doutrina e, na mesma proporção, a diminuição da autoridade da igreja. Assim, o excerto 25 tem como objetivo “refrear” as mentes petulantes.

Esse adjetivo “petulantes” vai ao encontro do eixo da instituição, pelo qual a formação discursiva romanista traduz o protestante pelo viés da arrogância e essa perspicácia própria encaixa-se nos eixos dos costumes e da doutrina, porque as novidades especulativas (eixos dos costumes e doutrinário), e a livre interpretação, segundo o excerto 25, é a ousadia de desenvolver uma hermenêutica divorciada daquela que é provida pela tradição da igreja.

Logo, o Concílio de Trento, para combater as doutrinas protestantes, no excerto 21, coloca no mesmo patamar das Escrituras a tradição oral da igreja, pois ambas são legitimadas pelo mesmo Espírito Santo e são complementares, pois a Bíblia só será livre dos erros (novidades e especulações) na medida que a igreja tenha a autoridade de interpretá-la e aplicá-la na vida do rebanho.

O excerto 22 vai de encontro às asseverações dos excertos 21 e 25, pois parte do pressuposto que não é a igreja encarregada de manter a pureza do Evangelho, mas o contrário: a pregação pura do evangelho é uma marca da igreja tida por “verdadeira”.

Quando o excerto 22 elenca marcas para se observar a “verdadeira” igreja estabelece, indiretamente, que são falsas quaisquer instituições que não se adequem a esses paradigmas. Dentro desses paradigmas, os substantivos são peculiares a todos os cristãos: a pregação, administração dos sacramentos e o exercício da disciplina. Entretanto, os qualificadores dos dois primeiros itens fazem a distinção entre a

“verdadeira” e a “falsa” instituição eclesiástica, pois a pregação e a administração dos sacramentos devem ser puras.

Dentro desses dois primeiros quesitos, o excerto 22 dá maior ênfase à pregação pura da Palavra, pois, a seu ver, a igreja se orienta segundo a Palavra de Deus e é, por meio dela, que se tem a condição de reconhecer a presidência de Cristo sobre a igreja. Consequentemente, separar a igreja da Palavra, na proposta do excerto 22, é algo inconveniente.

Nessa perspectiva, a partir do excerto 22, pode se inferir que a formação discursiva calvinista, no que se refere à instituição, prima pela agregação não pela obstinação em fazer impor uma tradição inconveniente, porque se coloca entre a igreja e a Palavra e impede a pureza da pregação e da administração dos sacramentos e forja a verdadeira igreja. No eixo dos costumes, a supremacia da Palavra em detrimento da tradição oferece o meio de auxiliar os indivíduos à busca dessa pureza que emana da Palavra, assim como os meios de aplicar a disciplina. No eixo da doutrina, ao considerar como membro da “verdadeira” igreja, admite-se como o detentor da ortodoxia (doutrina correta), porque procede da Palavra.

Portanto, no que tange à discussão do discurso constituinte, pode-se afirmar que ambas as formações discursivas têm a Bíblia como um texto fundante, contudo a diferença reside na doutrina do *sola scriptura* aos protestantes calvinistas, pois, para eles, apenas a Palavra pode fornecer os instrumentos necessários para conservar a pureza da igreja (excerto 22), porque somente essa revelação, vinda do Espírito Santo tinha autoridade tal que lhe permitia não ser legitimada por ninguém além dela. Contudo, aos romanistas (imbuídos da doutrina da dupla inspiração) não consideravam a Bíblia inferior à tradição eclesiástica, mas no mesmo patamar, pois descende dela (excerto 21). Essas duas formações discursivas existem em um paradoxo, ou seja, legitimam outros discursos, mas existem por meio dos discursos que legam autoridade.

3.3.1. Paradoxo constitutivo no *corpus*

Segundo Maingueneau (2015), o discurso constituinte tem autoridade nele próprio e, por isso, pode ser chamado de autoconstituente e, quando legitima outros, esse é classificado como heteroconstituente, contudo discursos desse tipo vivem em uma relação paradoxal, ou seja, sem os autoconstituintes, os heteroconstituintes não têm

autoridade neles próprios e não podem existir. Da mesma forma, esses discursos oferecem a própria existência.

Segundo Maingueneau (2010), esses discursos constituintes são simultaneamente auto e heteroconstituintes,

Os discursos constituintes possuem um estatuto singular: zonas de fala entre outras e falas que têm a pretensão de pairar sobre as demais; discursos limite que, assentados em um limite, devem gerir textualmente os paradoxos que seu estatuto implica. Eles são simultaneamente auto e heteroconstituintes: só um discurso que se constitui legitimando rigorosamente sua própria constituição pode exercer um papel constituinte em relação a outros discursos. (MAINGUENEAU, 2010, p. 158)

Os excertos 19 e 20 apresentam características heteroconstituintes, porque derivam sua autoridade de um texto situado na Bíblia, que se apresenta como autoconstituente, o fragmento de Hebreus 4.12, que, tal como o excerto 21, tem legitimidade transcendente. Dessa forma, sem Hebreus 4.12 tanto o argumento de Sadoletto (2020) ao Conselho de Genebra (excerto 19), quanto o comentário de Calvino (2012) sobre a carta aos Hebreus (excerto 20) perderiam sua legitimidade e isso afetaria na maneira como romanistas e calvinistas se agregam, pois lhe subtrairia a própria identidade. As palavras de Calvino (2012) ou Sadoletto (2020) não teriam o mesmo impacto sem serem acompanhadas do texto bíblico.

Segundo Maingueneau (1998), os discursos constituintes tematizam seu processo e criação. Nessa perspectiva, o excerto 24 afirma que o processo de inspiração é o Espírito Santo usando os indivíduos como seus órgãos. As duas formações discursivas (excertos 19 e 20) – romanista e protestante – consideram a doutrina da inspiração como um meio de legitimar seus próprios discursos heteroconstituintes.

Consequentemente, a simultaneidade dessas duas formas do texto fundante se dá por ser procurado para legitimar e ter as condições necessárias para contribuir para essa autoridade. Desse contexto, pode-se inferir que os discursos legitimados (heteroconstituintes) tais como os excertos 19 e 20 também garantem que o autoconstituente (Hebreus 4.12) não caia no ostracismo.

A vista disso, quando a formação discursiva protestante desacredita alguns livros dispostos no cânon da Bíblia romanista, estão lhes subtraindo a capacidade de que possam oferecer legitimidade, porque não têm autoridade neles próprios. A Confissão Belga de Guido de Brès (excerto 26) traça uma distinção entre textos canônicos e apócrifos:

Excerto 26: Distinguimos estes livros sagrados dos livros apócrifos que são os seguintes: 3 e 4 Esdras, Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, os Acréscimos ao livro de Ester e Daniel, a Oração de Manassés e 1 e 2 Macabeus. A igreja pode, sim, ler estes livros e tirar deles ensino, na medida em que concordem com os livros canônicos. Porém, os apócrifos não tem tanto poder e autoridade que o testemunho deles possa confirmar qualquer artigo da fé ou da religião cristã; e muito menos podem eles diminuir a autoridade dos sagrados livros. (BRÊS, 2021)

O excerto 26 indica que os livros apócrifos podem ser usados desde que em consonância com os textos canônicos, pois não têm a capacidade de legitimar qualquer artigo de fé. No excerto 25, há a crítica da mesma confissão a uma instituição que não se coadune com o padrão da Palavra. Nesses dois excertos, o objetivo é colocar dúvida quanto à inspiração desses veículos para lhes retirar a capacidade de legitimação.

Portanto, excetuando os textos do Concílio de Trento (2021) ou o Catecismo Romano de São Pio V (1950), os demais excertos do *corpus* mostram características inerentes aos discursos heteroconstituintes, ou seja, buscam sua legitimidade em um texto fundante. Contudo em ambos os casos esses discursos passam por outros paradoxo: o existir nessa realidade, mas prometer uma outra.

3.3.2. O conceito de paratopia no *corpus*

Segundo Maingueneau (2010, p. 159), “a paratopia é um pertencimento paradoxal”, ou seja, ao mesmo tempo em que alguns discursos estão ancorados no Absoluto, existem também no universo social. Dessa maneira, institui-se uma relação entre o máximo (Absoluto, fonte legitimadora) e o mínimo (o contexto em que é produzido). Nessa perspectiva, o texto bíblico, como afirma o excerto 20, é escrito por homens, mas o que o diferencia dos demais discursos humanos, segundo a crença protestante, é a ação do Espírito Santo no homem e por meio deles.

O excerto 20 relaciona esses conceitos de máximo e mínimo. Dessa maneira, quando Calvino (2012, p. 107) afirma: “Deus mesmo não fala senão através dos homens; ele toma grande cuidado para que sua doutrina não seja recebida com descaso por seus ministros serem homens”, pode-se inferir que no mínimo estão os homens, igual a todos os demais, e o máximo está na ação do Espírito Santo que o utiliza como se fosse um órgão seu (excerto 24).

O mesmo acontece no Concílio de Trento (excerto 21), os padres conciliares estão no mínimo. As palavras de Sadoletto (2020), sozinhas, dirigindo-se ao Conselho de Genebra, não podem ser vistas como um discurso autoconstituente, mas reunido em colegiado com o Papa são presididos pelo próprio Espírito Santo, como creem, e, por isso, com a autoridade suficiente para ser porta-voz da tradição.

Excerto 27: Constitui-se uma grande hora o fato de que os que outrora eram profanos e indignos se convertem em companheiros dos santos; que agora possuem o mesmos direitos de cidadania juntamente com Abraão, com todos os santos patriarcas e profetas e reis; não apenas isso, mas também os próprio anjos [...], todavia, não é de menos importância, a saber: que Deus os admitiu em sua própria família.” (CALVINO, 1998, p.77)

Segundo Maingueneau (2018), a paratopia pode ser analisada por diferentes enfoques. No excerto 27, é possível analisar a paratopia da identidade familiar e social. Nesse excerto, Calvino (1998) comenta Efésios 2.19: “Assim, já não sois estrangeiros e peregrinos, mas concidadãos dos santos, e sois da família de Deus”. Dessa maneira, a partir do discurso constituinte, o fiel pertence à família de Deus. Da mesma forma, há uma mudança social, pois de “profanos e indignos” foram transformados em “companheiros dos santos”, assim como, no espaço (nossa cidadania será desenvolvida entre pessoas que os cristãos julgam estar no céu: Abraão, os Patriarcas, os profetas e os reis.

Portanto, o paradoxo paratópico lança as bases da identidade de um grupo ao negar sua antiga forma de ser reconhecido. No excerto 27, o indivíduo, que antes poderia se identificar como profano, é um cidadão celestial. Nessa perspectiva, o indivíduo é convidado a deixar sua vida pregressa para abraçar aquela que tem como paradigma a Palavra. Nessa tarefa, o crente contará com um *archeion*, ou seja, os elementos da memória que arregimentam outros discursos que nos dão respaldo.

IV. ANÁLISES DOS SIMULACROS DO DISCURSO ROMANISTA E PROTESTANTE

Os cristãos do século XX, efetivamente, os que nasceram depois do Concílio Vaticano II (1964), diferenciam-se daqueles nascidos no século XVI na busca pela unidade. Se, no passado, a polêmica entre romanistas e protestantes era endossada por termos pesados e práticas violentas, agora, há um esforço por buscar a unidade mesmo que parcialmente. Nessa perspectiva, o documento conciliar *Unitatis Reintegratio* (2020) afirma:

Este sagrado Concílio exorta os fiéis a absterem-se de qualquer zelo superficial ou imprudente que possa prejudicar o verdadeiro progresso da unidade. Com efeito, a sua ação ecumênica não pode ser senão plena e sinceramente católica, isto é, fiel à verdade que recebemos dos Apóstolos e dos Padres, e conforme a fé que a Igreja católica sempre professou, e ao mesmo tempo tendente àquela plenitude mercê da qual o Senhor quer que cresça o Seu corpo no decurso dos tempos.

Paulo VI, usando das suas prerrogativas hierárquicas, conclui o documento com uma exortação aos romanistas do mundo inteiro para que, por um lado, avalie como imprudência o ater-se a questões superficiais, e, por outro lado, sem perder o essencial, ou seja, a verdade recebida dos Apóstolos e Padres (tradição). Dessa maneira, o documento que trata de restaurar a unidade dos cristãos é cauteloso ao estabelecer limites a esse processo, pois entende que não se pode negociar com pressupostos íntimos e, assim, com a própria identidade do grupo.

Essa realidade pode ser ilustrada pelo apóstolo Paulo quando afirma na Carta aos Romanos: “se possível, quanto depender de vós, tende paz com todos os homens”, (Romanos 12.18). Esse versículo bíblico vai ao encontro da preocupação de Paulo VI e do Vaticano II, pois entende que, na relação do enunciador com “todos os homens” nem sempre é possível ter paz (concordância de ideias).

Esse objetivo, apesar de ser almejado, não pode ser conquistado senão com muito custo, entre aqueles que fazem parte da mesma formação discursiva. Via de regra essa tentativa ecumênica é fracassada devido à impossibilidade inerente às regras do discurso.

Ao tomarmos a AD de linha francesa, em especial a concepção de Maingueneau (2008a) como suporte metodológico para abordarmos a polêmica entre católicos romanos e protestantes no século XVI, angariamos os subsídios necessários para ir além

do mero debate estéril de conjecturas e compreender a dinâmica de duas formações discursivas disputando o centro do campo discursivo.

Maingueneau (2008a), ao tratar da polêmica, parte do pressuposto da interincompreensão, ou seja, postula que os “enunciados do Outro só são ‘compreendidos’ no interior do fechamento semântico do intérprete” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 100). Essa é uma perspectiva libertadora, pois retira a obrigação massacrante da unidade a qualquer custo.

Na perspectiva de Maingueneau (2008a), dentro de uma formação discursiva como a romanista, o Outro (protestante) é visto não como ele realmente é, mas a partir dos seus sistemas de restrições, a partir de uma tradução, e assim por diante: na formação discursiva protestante, o seu outro também será visto em simulacro.

No segundo capítulo, o objetivo deste trabalho foi identificar os eixos semânticos que regem essa polêmica, assim como os seus semas positivos e negativos. No terceiro, analisamos como esses eixos se organizam dentro do campo discursivo religioso cristão e, agora, no quarto capítulo, o objetivo é analisar os simulacros de ambas as formações discursivas (romanistas e protestantes calvinistas) a partir dos seguintes semas:

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
Obediência/obstinação	Força agregadora/arrogância
Valores antigos/destruição	Auxílio/valores novos
Manutenção da doutrina/manipulação	Ortodoxia/especulação

Tabela 17: Quadro de simulacros do catolicismo romano e protestante calvinista.

4.1. Simulacros do discurso romanista

O romanista do séc. XVI valorizava a obediência à instituição eclesiástica como detentora da tradição. Nessa perspectiva dos costumes, privilegiam-se os valores antigos como a fiel manutenção da doutrina dos antigos teólogos.

Essa disposição à obediência à Sé Romana é vista pelos protestantes calvinistas como um desejo obstinado por manter o lugar privilegiado no campo discursivo. Da mesma forma, os calvinistas traduzem o apego aos valores antigos como uma maneira de destruir a sã pregação da Palavra e os costumes que ela suscita. Consequentemente, o anseio de manter a doutrina pela tradição é visto como uma forma de manipulação dos indivíduos ignorantes da verdadeira teologia proveniente da exegese das Escrituras.

4.1.1. Obediência e obstinação

No eixo semântico da instituição, a formação discursiva romanista valoriza a obediência à instituição eclesiástica, contudo essa maneira de se portar com a igreja é traduzida pelos calvinistas como obstinação.

Para analisar esse simulacro, utilizamos o excerto 28 extraído da conclusão da carta de Sadoletto (2020) ao Conselho de Genebra. Nessa citação, o bispo de Carpendras oferece duas possibilidades: a expulsão do erro e o elevar os olhos para o céu. Essas duas orientações só podem ser conquistadas por meio da obediência à instituição eclesiástica.

O excerto 29 representa a formação protestante calvinista e foi extraído do prefácio das *Institutas da Religião Cristã*, uma dedicatória a Francisco I. Nessa citação, Calvino (2003) compara o pecado por ignorância e por obstinação, sendo que este seria mais grave do que aquele por rejeitar a verdade.

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
Excerto 28: E vós também, Genebrinos, meus irmãos, vos rogo e aconselho a que expulseis dos olhos de vossas almas as nuvens do erro; levanteis os vossos olhos para a claridade da luz do céu, o qual Deus vos propôs por pátria eterna, se permanecerdes na unidade da Igreja, não recusando a reconciliação conosco, fazendo ato de <u>fiel obediência à Igreja Católica</u> , nossa mãe [...]. (SADOLETO, 2020, p. 64)	Excerto 29: Aqueles que pecam por ignorância, embora não possam ser eximidos de toda culpa, podem parecer de certo modo escusáveis. <i>Aqueles</i> , porém, que obstinadamente rejeitam a verdade oferecida pela benevolência de Deus nada têm que possam pretexto. (CALVINO, 2003, p. 35)

Tabela 18: textos do *corpus* para análise do simulacro romanista obediência e obstinação.

O conceito de obediência é importante tanto a calvinistas quanto a católicos romanos, contudo a utilização varia em cada uma dessas formações discursivas. Aos Calvinistas, é dedicada à Palavra. Nessa perspectiva, Calvino (2020, p. 31) afirma a Sadoletto:

[...] obediência é aquela que nos leva a ouvir nossos superiores e aqueles que cuidam de nós, entretanto atribui todas as nossas ações à única regra, que é a Palavra de Deus; finalmente, Igreja é aquela que não faz outra coisa senão olhar para a Palavra de Deus com toda humildade e a ela se mantém obediente.

A formação discursiva calvinista não é anárquica, pois entende que a instituição eclesiástica possui uma estrutura hierárquica, o que é percebido pelo termo “superiores”, contudo a obediência a eles não é igual àquela que se devota à Palavra, pois a própria igreja está em submissão ao conteúdo da Bíblia.

Se, no excerto, Sadoletto (2020) imprime o ethos da humildade pelo sema da obediência, Calvino (2020) indica que a humildade não está na recepção “com uma fé íntegra, as coisas que nos foram transmitidas e ordenadas pela autoridade dos antigos Pais” (excerto 1), mas na submissão à Palavra.

No excerto 28, Sadoletto (2020) conclui sua carta com palavras doces que transmitem o tom de amizade, pois chama seus interlocutores de “meus irmãos” e, para introduzir as orientações sobre como tratar o protestantismo, utiliza os verbos “rogar” e “aconselhar”, assim como, ao invés de usar verbos no imperativo (expulsai e levantai), faz uso dos subjuntivos expulseis e levanteis, os quais atenuam as severas atitudes que lhes eram requeridas para irem ao céu.

Considera a teologia protestante um erro (uma heresia) e, como tal, deveria ser erradicada. Apresenta-se aqui o que Maingueneau (2008a, p. 106) chama de “monopólio da legitimidade”. Juntamente com a expulsão do erro, vinha, como alento, o levantar os olhos para o céu, que é pátria dos cristãos na condição de permanecerem na unidade da igreja de Roma.

No excerto 28, o céu pertence a Deus que o dá àqueles cuja fidelidade à instituição eclesiástica foi inabalável. Dessa maneira, insere dois posicionamentos: o primeiro foi sintetizado pela máxima agostiniana “extra ecclesiam nula salus est” (fora da igreja não há salvação) e, em segundo lugar, a convicção de que não expulsar o erro dos calvinistas traria consequências eternas e não apenas os problemas temporais.

Dessa forma, a unidade à igreja que garante o céu é praticada pela reconciliação e a obediência à instituição que é apresentada como mãe. Esse dado cenográfico dá ainda mais suporte à enunciação, pois os protestantes são comparados àqueles que abandonaram o carinho materno e o seio da própria família. O quadro cênico imposto pelo enunciador fornece uma lente pela qual os calvinistas são vistos como filhos desnaturados e, da mesma maneira, aqueles que endossam suas práticas.

O argumento do excerto 28 envolve duas fontes de conforto no imaginário humano: a família e o paraíso. No primeiro, há a identidade de *quem se é e de onde veio* e, no segundo, há uma referência de *para onde se vai*, o além da morte. Essas indagações nortearam o alicerce da filosofia ocidental e, consequentemente, o da teologia também. Sadoletto (2020) propõe aos seus coenunciadores que essas duas fontes de conforto temporal (família) e eterno (paraíso) estavam em risco por causa das doutrinas reformadas, pois promoviam a ruptura do indivíduo com a instituição eclesiástica.

Calvino (2003), no excerto 29, representando a formação discursiva protestante, apresenta como argumento central a consideração de que existem duas formas de pecado: aquele que é motivado pela ignorância e aquele que ocorre pela obstinação. O primeiro tipo de falta é considerado digno de ser perdoado, todavia os que ocorrem pela obstinação não têm o mesmo crédito porque negociam com a verdade.

Na mesma resposta a Sadoletto, Calvino (2020, p. 36) afirma:

Excerto 31: [...] deixemos de lado essa frívola simplicidade, que, como dizes, é própria de gente rude e ignorante, a qual consiste em olhar para esses sábios personagens e ater-se às suas deliberações. Pois, além do fato de que nenhuma convicção religiosa, por mais obstinada que se possa imaginar, não merece o nome de fé, se apoiar-se em algo fora de Deus.

No excerto 31, Calvino (2020), citando o próprio Sadoletto (2020), indica que os ignorantes eram as pessoas rudes, entre as quais os protestantes tinham seu maior público. Toda a luta dos romanistas em se ater à instituição (o que chama de “convicção religiosa”) é vista pelos calvinistas como uma obstinação que não merece fé, por não se apoiar em Deus. Essa é a mesma consideração que Calvino (2003) faz no excerto 29 quando afirma: “*Aqueles*, porém, que obstinadamente rejeitam a verdade oferecida pela benevolência de Deus nada têm que possam pretexto”.

A formação discursiva protestante vê o romanista como um obstinado que age impulsionado por uma convicção religiosa distante da Palavra e, por isso, conforme o excerto 2, incapaz de compreender que os calvinistas trabalham para estabelecer a verdadeira religião.

4.1.2. Valores antigos e destruição

No que tange ao eixo semântico dos costumes, a formação discursiva romanista valoriza os valores antigos, ou seja, tem em alto apreço a tradição e a teologia proveniente dos pais da igreja. Contudo, o protestante calvinista traduz esse interesse como desejo de destruir o que a Reforma tem construído.

Para essa análise, tomamos dois excertos 32 e 33. O primeiro (32) provém da carta de Sadoletto (2020) ao Conselho de Genebra e tem como escopo avaliar positivamente os antigos costumes (fervor) romanista. O segundo (33) é extraído da resposta de Calvino a Sadoletto (2020) e tem como objetivo avaliar que a liderança da Igreja de Roma, em seus costumes, procede a consumição e a destruição do Reino de Deus.

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
Excerto 32: Genebrinos muito amados, se me escutardes com atenção, a mim que tenho por vós a maior afeição, certamente não vos arrependereis por haverdes recuperado vosso antigo fervor diante de Deus e vossa glória diante dos homens. (SADOLETO, 2020, p. 65)	Excerto 33: Na verdade, Sadoletto, nós não negamos que sejam igrejas de Cristo as igrejas que presidis; porém dizemos que o Papa, junto com toda a tropa dos seus falsos bispos, que entre vós têm ocupado o lugar de pastores, são lobos cruéis e perigosos, os quais, até aqui, não têm revelado outro desejo, senão o de consumir e destruir o Reino de Cristo, até que assolado e em ruínas, seja totalmente deformado e anulado. (CALVINO, 2020, p. 31)

Tabela 19: texto do *corpus* para análise do simulacro romanista valores antigos e destruição.

No excerto 32, Sadoletto (2020) usa a mesma estratégia do excerto 28, ou seja, criar pontes com seus coenuncadores e, por isso, os reconhece como de “muito amados” ou a sentença “tenho por vós a maior afeição”. Essa demonstração serve de introdução à proposta de retorno, especialmente, partindo do pressuposto de que Genebra, por muitos anos, havia sido persuadida à confissão protestante.

A proposta de Sadoletto (2020) é que recuperem o antigo fervor. Esse objetivo é demonstrado pelo advérbio de afirmação “certamente” a fim de orientá-los sobre a confiança de que essa atitude não só não seria fonte de arrependimento no futuro, mas também possibilitaria recuperar o antigo fervor para Deus e a glória diante dos homens. O bispo de Carpendras indica que a situação dos genebrinos era perigosa em dois sentidos: em primeiro lugar, quanto à maneira de buscar a Deus (rivaliza o antigo e o novo fervor) e, em segundo lugar, quanto à posição diante dos homens, como se a confissão religiosa lhes tivesse subtraído a “glória” que tinham nas atividades seculares.

Nesse excerto (32), é importante ressaltar na argumentação de Sadoletto (2020) a relação entre a confissão religiosa e a vida política e, ainda, o posicionamento de que agradar a Deus segundo os costumes da Sé Romana favorece ao país, por estar nas boas graças da igreja de Roma.

No excerto 33, representando o calvinismo, há o simulacro que o protestante forja do romanista, pois enxerga esse apego aos valores antigos como o ímpeto de destruir o trabalho empreendido pelos Reformadores. Assim, Calvino (2020) afirma que a igreja romana é uma denominação cristã, contudo a conjunção adversativa “porém” marca a polêmica desse excerto: “que o Papa, junto com toda a tropa dos seus falsos bispos, que entre vós têm ocupado o lugar de pastores, são lobos cruéis e perigosos”.

Nessa perspectiva, Calvino (2020) classifica os bispos (grupo que o próprio Sadoletto integra) em duas metáforas: a primeira, militar, pois compara os bispos a uma

“tropa”. Nessa metáfora, o papa aparece como um general que lidera seus oficiais para que guerreiem contra o “Reino de Cristo”. A segunda metáfora é proveniente da zoologia, pois essa tropa, apesar de ser apresentada na função de pastores, é, na verdade, formada por lobos caracterizados pelos adjetivos “cruéis” e “perigosos”. O excerto 33 trabalha com o argumento de que o falso pastor exerce a função do lobo para com as ovelhas.

Nesse excerto, Calvino (2020) suscita a memória interna, tal como conceitua Maingueneau (2008a), advinda do Evangelho de João, quando Jesus diz: “Eu sou o bom pastor. O bom pastor dá a vida pelas ovelhas” (João 10.11). No Evangelho de João, Jesus se coloca como o pastor que dá a vida, opondo-se aos mercenários, os quais almejavam apenas a destruição. No patamar da memória externa, o excerto 33 indica que os reformadores estão no grupo do bom pastor, enquanto os romanistas estão entre os mercenários.

4.1.3. Manutenção da doutrina e manipulação

No âmbito doutrinário da polêmica, a formação discursiva romanista valoriza a manutenção das doutrinas antigas, advindas dos Pais da igreja e as decisões do colegiado episcopal. Essa concepção se dá a partir da convicção de que a Bíblia não está sobre a Igreja como uma instância legitimadora, mas descende da própria tradição que é preservada pela instituição eclesiástica. Nessa perspectiva, a única que pode interpretar a Bíblia e validar os artigos teológicos é a igreja em seus altos escalões.

Contudo, esse posicionamento junto à teologia sistemática é visto pelos protestantes calvinistas como mera manipulação, pois, além de os católicos romanos não se orientarem exclusivamente pelos ditames da Palavra, utilizam-na para corroborar seus pressupostos.

Para essa análise, tomamos dois excertos 34 e 35. O excerto 34 foi extraído do *Catecismo Romano de São Pio V* (1950) e é um texto de 1566 que concentra os principais preceitos do Concílio de Trento. O excerto 35 é extraído da parte introdutória do documento e concentra os objetivos que norteiam esse trabalho didático da Sé Romana, ou seja, proporcionar aos leigos um instrumento com tripla utilidade: em primeiro lugar, “remover o engano de falsas opiniões” e, em segundo, “propagar a doutrina sã e verdadeira” e, por último, “consolidar a doutrina sã e verdadeira”.

No outro lado dessa polêmica, há a formação discursiva protestante calvinista representada pelo excerto 35, que contém uma citação do prefácio do primeiro tomo das *Instituta da Religião Cristã*, uma carta de Calvino ao rei da França, Francisco I, 1536. Calvino (2003) trata a respeito da acusação e de que a pregação da doutrina reformada causava tumulto e seu argumento se sustenta em atribuir essa confusão a “virulência de Satanás”.

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
Excerto 34: Nestes tempos tão difíceis para a cristandade, nós oferecemos assim, com toda a solícitude, um meio eficacíssimo de remover os enganos de falsas opiniões, de propagar e consolidar a <u>doutrina</u> sã e verdadeira. A vós pertence agora, veneráveis Irmãos, fazer que o livro tenha boa acolhida entre os fiéis. Quiseram os Pontífices Romanos fosse ele proposto aos párocos, a fim de se manter uma unidade geral no método de ensinar. (CATECISMO ROMANO, 1950, P. 76)	Excerto 35: Ora, injustamente deriva-se contra ela a culpa desses males, <i>culpa</i> que se deveria lançar à perfídia de Satanás. Esta é como que uma admissível propriedade da divina Palavra: que ela jamais vem à tona sem que Satanás se desperte e se assanhe. Eis aqui a mais segura marca, e particularmente fiel, em virtude da qual se distingue das <u>falsas doutrinas</u>, que se divulgam com facilidade, enquanto recebem de todos ouvidos atenciosos e são ouvidas por um mundo que as aplaude. (CALVINO, 2003, p. 38)

Tabela 20: texto do *corpus* para análise do simulacro romanismo manutenção da doutrina e manipulação.

Como foi dito anteriormente, o excerto 34 apresenta um instrumento com tripla utilidade que se justifica pelo contexto histórico da Reforma Protestante, que o *Catecismo Romano de São Pio V* (1950) classifica como geradora de “tempos tão difíceis para a cristandade”. Esse instrumento, que é o próprio catecismo, é entendido como altamente eficiente nas suas três disposições, pois utiliza um superlativo “eficacíssimo”.

Para o excerto 34, o primeiro objetivo desse catecismo é “remover os enganos de falsas opiniões”. Dessa maneira, o romanista lê toda a teologia protestante como uma opinião enganosa, ou seja, por não ser proveniente de um colegiado, considera-a como uma reunião de muitos posicionamentos individuais e, por isso, com muita propensão ao erro.

Partindo do pressuposto de que o protestantismo tinha grande proeminência entre os leigos, a Igreja de Roma traduz esse dado como falta de informação dessa classe de pessoas, por isso, utiliza desse método protestante⁶ (produzir catecismos altamente didáticos) como um material para tentar trazer conhecimento teológico na medida certa

⁶ Segundo Martins (1950), desde o séc. XV, a Igreja de Roma tinha o costume de produzir orientações aos catecúmenos. No séc. XVI, Lutero se valeu desse método para colocar teologia sistemática nas mãos dos leigos. Essa prática, aliada a imprensa, se tornou inovadora, pois disseminou largamente os pressupostos da Reforma.

a fim de neutralizar o que Trento viu como o perigo da Reforma até removê-lo. O excerto 34 mostra esse posicionamento de que o avanço do protestantismo se dava pela ignorância e que, sanado esse obstáculo, essa cisão seria superada.

O segundo e o terceiro objetivo desse catecismo estão vinculados à “doutrina” que é qualificada pelos adjetivos “sã” e “verdadeira”. Ao classificar assim o sistema doutrinário, concebe que a teologia protestante é doente e mentirosa e misturar-se a ela, em qualquer grau, é ser exposto a esse grau de virulência. Dessa maneira, se tomarmos o termo “são” como proveniente da saúde e a “verdade” como um conceito da lógica, na ótica do romanista, o *Catecismo Romano de São Pio V* (1950) é como um remédio para uma doença altamente contagiosa e degenerativa, assim como um argumento que expõe os problemas de uma falácia.

Na perspectiva da formação discursiva romanista, o *Catecismo Romano de São Pio V* (1950), na questão da doutrina, serve para efetivar duas ações distintas: propagar e consolidar. Para que a primeira função (remoção) seja eficiente, precisa ter a mesma capilaridade dos documentos protestantes, ou seja, ser capaz de se propagar e, para isso, necessita andar na mesma estrada aberta pelos Reformadores, ou seja, abordar assuntos práticos sem a habitual tendência à abstração (o que era próprio do escolasticismo).

O terceiro objetivo, ainda no campo da doutrina, envolve a solidificação de uma teologia pastoral (teologia de ênfase nos problemas cotidianos da vida da igreja). O posicionamento aqui é uma continuação da ideia de que a ignorância teológica do povo relegado aos sacramentais se tornou um vácuo que foi ocupado pela Reforma.

Pio V, como porta-voz da igreja, propõe esse *Catecismo Romano* (1950) aos párocos da igreja, aos quais chama de “veneráveis irmãos”. Colocar esse documento nas mãos dos padres de igreja (párocos) e não aos bispos corrobora para que seja propagada e solidificada essa “doutrina sã e verdadeira”, consequentemente, remover “os enganos de falsas opiniões”. Contudo, o agente que executaria a alta eficácia desse documento não eram os bispos (pela baixa capilaridade), tampouco os leigos (como faziam os protestantes) por medo de que o povo da igreja pudesse incorrer no erro pela ignorância teológica, mas os agentes que aplicariam os princípios de Trento seriam os párocos, os quais se encontram entre os altos escalões da igreja e o mais humildes da comunidade.

Assim como no excerto 25, os párocos seriam os líderes autorizados e capacitados para “refrear as mentalidades petulantes. Dessa forma, os Padres Conciliares de Trento decreta que ninguém, fundado na perspicácia própria, em coisas de fé e costumes necessárias à estrutura da doutrina cristã” (CONCÍLIO DE TRENTO, 2021). Dessa

maneira, vigora-se o simulacro de que toda interpretação das Escrituras fora da Igreja de Roma e toda a produção teológica fora das raízes institucionais do romanismo são propensas às “opiniões falsas”.

O enunciador do excerto 34 busca que haja uma unidade no método de ensinar. Esse é um ideal muito presente na manutenção da doutrina, a crítica aos protestantes de uma prática teológica especulativa que os divide não só em convicções múltiplas, mas também, na quebra da unidade.

Do outro lado da polêmica, na formação discursiva calvinista, no excerto 35, Calvino (2020) procura buscar defender os protestantes da acusação que recebiam de promover tumultos e contendas. O romanismo, tal como expresso no excerto 36, acusava os protestantes de serem inimigos da unidade e demonstrarem essa disposição espalhando discórdia para angariar “novos poderes e honras”.

Excerto 36: Com efeito, chegou a meus ouvidos que alguns homens astutos, inimigos da unidade cristã e da paz, têm semeado entre vós e na vossa cidade, sementes de uma execrável discórdia, como já tinham feito em alguns lugares da brava nação suíça; os quais desviaram o povo fiel a Cristo do caminho dos pais e seus ancestrais, da eterna doutrina da Igreja Católica e que tudo encheram com suas querelas e sedições; aliás, esse sempre foi o costume daqueles que, atacando a autoridade da Igreja, procuram para si mesmos novos poderes e honras. (SADOLETO, 2020, p. 52)

Tal como no excerto 2 (“na verdade, antes que a guerra fosse incendiada por nós, tudo estava tranquilo e em paz”), no excerto 35, Calvino (2003) julga essa acusação de ser um agente da discórdia como “injusta”. Para corroborar essa afirmação, o Reformador francês atribui a culpa a essa situação a dois fatores: a Satanás e à própria Bíblia.

Em primeiro lugar, segundo Calvino (2003), a culpa dos tumultos advindos da pregação protestante deveria ser atribuída “à perfídia de Satanás”, ou seja, à sua falsidade e condição de enganar. Nessa primeira explicação, suscita o que Maingueneau (2008a) chama de memória interna, mas em sentido inverso, pois não busca autoridade na fala daqueles que se tornaram heróis do cristianismo, mas do seu maior inimigo.

Calvino (2003) busca a figura do antagonista, Satanás, muito presente no imaginário daqueles que integram tanto a formação discursiva romanista, quanto a protestante, com o intuito de reclamar que aqueles que os perseguem e acusam de sedição proferem a perfídia satânica que visa à destruição da igreja. É possível notar nessa explicação um exemplo do que Amossy (2017) entende como demonização, ou

seja, nessa polêmica, quem acusa os protestantes calvinistas de tumulto presta serviço a Satanás e quem não configura essa queixa serve a Deus.

Em um segundo argumento, Calvino (2003) atribui os tumultos a uma característica das Escrituras Sagradas, ou seja, entende que a sua pregação suscita a perfídia de Satanás. O posicionamento de Calvino (2003) é relativizar o que os romanistas chamam de paz, pois, na sua concepção ideológica, a pacificação pretendida por Roma se efetivava em uma uniformização doutrinária, ou seja, suplantando o ensino das Escrituras em nome da tradição eclesiástica. Aqui, engendra-se no excerto 35 a memória externa, ou seja, vincula-se a liderança da igreja romana a uma doutrina que não desperta contenda, porque não é nociva aos planos de Satanás. Logo, Calvino (2003) leva seus coenunciadores a entender os oficiais do catolicismo romano como arquitetos de um projeto diabólico.

Dessa maneira, o posicionamento da Reforma protestante do séc. XVI trabalha com a acusação de tumulto na união da cristandade com a relativização da paz e utiliza as dissensões como uma “segura marca” e “exclusivamente fiel” de distinguir entre a falsa doutrina e a doutrina verdadeira. Nessa perspectiva, segundo o posicionamento da formação discursiva protestante calvinista, a falsa doutrina, por servir ou não colocar em perigo os planos do diabo, é ouvida com “atenção” e “aplausos”, ao passo que a verdadeira exposição da fé, com descaso e perseguição.

Assim, quando o romanista valoriza a manutenção da doutrina para estabelecer a unidade da Igreja, os calvinistas traduzem como uma manipulação diabólica que objetiva não só deturpar as Escrituras Sagradas e eclipsá-las pela tradição, mas também, receber a atenção e o aplauso das pessoas.

4.2. Simulacros do discurso protestante calvinista

O protestante do séc. XVI valorizava a ortodoxia, ou seja, a correta opinião sobre a fé e compreendia que a fonte para estabelecer uma sã teologia estava nas Escrituras, as quais o calvinista considerava como única fonte de fé e prática. Dessa maneira, Brès (2021) entendia a exposição das Escrituras como um fator de pureza da religião.

Nessa perspectiva, a ortodoxia doutrinária exigia auxílio nos costumes, ou seja, a formação discursiva protestante calvinista compreende que o desvínculo do que chama de “falsa religião” necessita de ajuda para estabelecer uma conduta fundada na Palavra

e, desse incentivo, surge a força agregadora dos protestantes que não se unem ao redor de um indivíduo, mas na fé que advém da fiel exposição da Palavra.

O eixo agregador dos protestantes é a “doutrina de Cristo”, na qual os fieis se vinculam não por um rito de iniciação, mas pela fé que depositam na pregação da Palavra. Assim, o agregar-se se dá na ação sobrenatural que infunde fé no homem e não em um corpo eclesiástico. Essa realidade é vista com desprezo entre os romanistas, pois a traduziam como arrogância, ou seja, o desprezo deliberado não só da tradição e história do cristianismo, mas da própria instituição que se apresenta como mãe (excerto 28).

Da mesma forma, o auxílio efetuado pelos calvinistas para promover a demissão dos fieis da instituição é visto pelos católicos romanos como a busca de novos valores que não serviam à instituição, mas ao desejo de cobiça que nutriam. Nessa perspectiva, o afã de uma ortodoxia entre os protestantes é visto pela igreja de Roma como mera especulação.

4.2.1. Força agregadora e arrogância

No âmbito institucional da polêmica, os protestantes calvinistas não têm a mesma relação com o corpo eclesiástico que os católicos romanos, pois, no séc. XVI, especialmente o calvinismo, se organizaram em sistemas representativos de igreja e mesmo as igrejas episcopais, que possuíam a figura agregadora de um bispo, não o transformavam em um enunciador infalível, tampouco acreditavam que fora de sua denominação não haveria possibilidade para se salvar eternamente.

Nessa perspectiva, a força agregadora das igrejas protestantes se efetivava na fé, por meio da doutrina e não na instituição. Esse tipo de membresia era visto pelos romanistas como uma expressão da arrogância desses dissidentes, pois, ao ver da Sé Romana, essa prática era a expressão da falta de humildade ao se submeterem à autoridade tanto da hierarquia quanto das tradições.

Para essa análise, tomamos os excertos 37 e 38 do *corpus*. O excerto 38 foi extraído da *Resposta de Calvino ao Cardeal Sadoletto* (2020, p. 18), que tem como objetivo conceituar a igreja como “a assembleia de todos os santos, a qual, espalhada por todo o mundo e em todo o tempo, está dispersa, porém unida por uma só doutrina de Cristo e por Seu único Espírito”, o que vai de encontro ao idealizado por Sadoletto (2020), ou seja, coesa em um só Espírito e unidade.

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
Excerto 37: No entanto, é desse Santo Espírito e dessa Igreja Católica que eles se declaram abertamente adversários, esses homens que se esforçam por romper a unidade, por dividir os espíritos, por dissolver a unidade de sentimentos, por destruir a concórdia na religião cristã; e isso com tanta paixão, com tanto ardor, com tantas maquinações e artifícios, que nenhum discurso poderia dignamente exprimir sua entrega e ansiedade. Certamente não vou usar de imprecações contra eles, nem pedir ao Senhor que extermine todos esses lábios enganosos, todas essas línguas <u>arrogantes</u> e nem acrescentar iniquidade sobre a sua iniquidade, mas suplicaria ao Senhor, meu Deus, como suplico, que os converta e os traga a um bom espírito. (SADOLETO, 2020, p. 64)	Excerto 38: Se, pois, queres agora suportar e receber uma definição de Igreja mais verdadeira que a tua, diga, doravante, que é a assembleia de todos os santos, a qual, espalhada por todo o mundo e em todo o tempo, está dispersa, porém <u>unida por uma só doutrina</u> de Cristo e que por Seu único Espírito, guarda e observa a união da fé, conservando a concórdia e amor fraterno. Ainda proclamamos que, dela, não nos separa diferença alguma; antes, ao contrário, do mesmo modo que a reverenciamos como mãe, assim desejamos permanecer sempre em seus braços. (CALVINO, 2020, p. 18)

Tabela 21: texto do *corpus* para análise do simulacro protestante calvinista força agregadora e arrogância.

Para analisarmos o sema “força agregadora” no excerto 38 e, consequentemente, o conceito de igreja proposto por Calvino (2020), é necessário fazermos uma comparação, desse conceito, na formação discursiva romanista, a fim de compreendermos congruências e diferenças radicais. Então, para essa comparação, tomamos os excertos 39 e 40 do *corpus*, ambos extraídos do *Catecismo Romano* (1950) e que tratam de como o catolicismo romano entende a regência da instituição eclesiástica.

No excerto 38, o conceito de igreja não se diferencia muito do posicionamento romanista nos aspectos da abrangência topográfica e temporal, pois, segundo o *Catecismo Romano de Pio V* (1950), a universalidade da igreja a faz ser partilhada por homens em diferentes lugares e tempos. Contudo, a diferença se dá em relação à maneira como “todos os santos” (os fiéis que compõem a membresia da igreja) se unem.

Para a formação discursiva romanista, a força agregadora se efetiva pela ação dos ministros, de modo que o *Catecismo Romano de São Pio V* (1950, p. 168) afirma:

Excerto 39: Em verdade, o Espírito Santo que preside a Igreja, só a governa por ministros que sejam de sucessão apostólica. Este Espírito foi dado primeiro aos Apóstolos, mas depois permaneceu sempre na Igreja graças à infinita bondade de Deus. (CATECISMO ROMANO, 1950, p. 168)

Excerto 40: Acresce que assim Nosso Senhor dilatou Sua casa na terra, que é a Igreja, cujo governo devia ser dirigido pela virtude e assistência do Espírito Santo. Como pastor e chefe supremo de toda a Igreja deixou entre os homens a Pedro, o Príncipe dos Apóstolos. (CATECISMO ROMANO, 1950, p. 144)

No excerto 39, a locução adverbial “em verdade” indica a certeza que o enunciador deseja imprimir em seus coenunciadores e esse conteúdo, digno de confiança, está na afirmação de que o Espírito Santo governa a igreja, ou seja, os seus rumos relacionam-se com o transcendente, o divino e os fazem difíceis de serem julgados pelos meros mortais.

Contudo, o excerto 39 não apresenta a igreja como uma comunidade apenas transcendente, pois limita de duas maneiras a ação do Espírito Santo pela imanência da institucional: os ministros e a sucessão apostólica. O primeiro limitador viabiliza a autoridade do Papa e dos bispos que são agentes humanos do Espírito Santo e, assim, imbuídos de autoridade exclusiva.

Essa autoridade se dá pelo que o excerto 39 chama de “sucessão apostólica”, ou seja, o Espírito Santo foi dado primeiramente, aos apóstolos, o que é descrito na Bíblia no livro de Atos 2 (pentecostes lucano) e, esses, imbuídos desse poder sobrenatural, transmitiram aos seus sucessores ordinários, o que demonstra, dentro do posicionamento da Igreja de Roma, a “bondade de Deus”.

Segundo o excerto 40, essa transmissão de autoridade serve para que a igreja possa crescer em segurança, pois há bispos escolhidos e investidos de autoridade igual àquela que os apóstolos de Cristo tinham. Essa autoridade fica visível na figura agregadora do Papa, o sucessor de Pedro e o príncipe dos Apóstolos. É possível ilustrar essa doutrina com uma frase do Padre Gabriele Amorth: “Como se faz para saber se estamos fazendo a vontade de Deus? Somente se obedecemos ao nosso bispo é que estamos seguros de estar no caminho certo” (AMORTH, et al, 2012, p. 14).

Dessa maneira, na posição do romanista, entende a voz do seu bispo e, conseqüentemente, o próprio romano pontífice. Todavia, aos protestantes a força agregadora não é uma doutrina qualquer, mas a “doutrina de Cristo”. Nesse caso, o adjunto adnominal restritivo (genitivo) fala mais que o próprio substantivo, pois, dentro do posicionamento calvinista, até mesmo os católicos romanos têm uma doutrina, o diferencial é que ela seja de Cristo. Para Calvino (2003, p. 78), no excerto 41, essa doutrina é aquela transmitida pela Palavra:

Excerto 41: [...] através de sua Palavra, Deus fez para sempre com que a fé não fosse dúbia, *fé esta* que houvesse de ser superior a toda *mera* opinião. Por fim, para que em perpétua continuidade de doutrina, a sobreviver por todos os séculos, a verdade permanecesse no mundo, *esses* mesmos oráculos que depositara com os patriarcas

ele quis que fossem registrados como que em instrumentos públicos. Neste propósito, a lei foi promulgada, a qual mais tarde os profetas foram acrescentados *como* intérpretes.

Segundo Calvino (2003), no excerto 41, toda doutrina destituída da centralidade perpétua da Palavra é considerada “dúbia”. Consequentemente, a continuidade da igreja não se efetiva pela doutrina e nem pela sucessão apostólica.

Outro ponto a ser considerado é o fato de que, no excerto 38, a ação do Espírito Santo (chamado “Espírito de Cristo”) não é partilhada com a igreja como é proposto nos excertos 39 e 40, mas é o agente que observa a existência da fé no coração do homem. Assim, a diferença da formação discursiva protestante calvinista, apresentada no excerto 38, está na força agregadora da fé que, na formação discursiva protestante calvinista, vem pelo ouvir a doutrina de Cristo, ou seja, a Palavra.

Excerto 42: “[...] a voz humana não pode, por sua própria virtude, penetrar a alma. Demasiada honra seria prestada a um mero mortal caso se lhe dissesse que ele possui o poder de nos regenerar. De igual maneira, a luz da fé é por demais celestial para que possa ser comunicada por algum mortal. Não obstante, todas essas coisas não impedem a Deus de agir eficazmente pela instrumentalidade da voz humana, de modo a criar em nós a fé através do seu ministério. (CALVINO, 2001, p. 386)

Excerto 43: Quando, da parte do homem, o ato de receber a salvação vem a consistir exclusivamente na fé, então se descartam todos os demais meios nos quais o ser humano costuma confiar. A fé, pois, põe diante de Deus um homem vazio, para que o mesmo seja enchido com as bênçãos de Cristo. (CALVINO, 1998, p. 59)

No excerto 43, extraído do comentário de Calvino (1998) do livro de Efésios, indica que a fé não se dá ao pertencimento a um corpo de membros de uma instituição eclesiástica, mas ao ato de receber a salvação de forma gratuita, ou seja, sem confiar nos meios costumeiros administrados pelos fenômenos religiosos, na relação de se apresentar “vazio” para ser “enchido” por Deus. Contudo, no excerto 42, a instrumentalidade que confere esse dom sobrenatural é a pregação da Palavra (a doutrina).

Segundo o excerto 38, a ação do Espírito Santo não só observa a fé, mas a guarda, assim como mobiliza seus efeitos de unidade vistos na “concordia e amor fraterno”. Calvino (2003), no excerto 38, rebate o simulacro da arrogância e a falta de unidade e, para demonstrar que essa realidade era presente entre os protestantes calvinistas, utiliza o quadro cênico da maternidade da igreja tal como no excerto 28.

No excerto 37, Sadoletto (2020), representando a formação discursiva romanista, enxerga os protestantes como abertos adversários da igreja e, conseqüentemente, do Espírito Santo, pois, conforme os excertos 39 e 40, confere à liderança da instituição eclesiástica a legitimidade para o governo.

Se para Calvino (2003, excerto 38) “a concórdia e amor fraterno” são provenientes da ação do Espírito Santo, Sadoletto (2020) defende que a doutrina protestante é o esforço que rompe, divide, dissolve e destrói a unidade, os espíritos, os sentimentos e a concórdia. Essa ação de ruptura tem como instrumento aquilo que Sadoletto (2020, excerto 37) chama de “maquinações e artifícios”, que Calvino (excertos 38, 42 e 43) reconhece como a “Doutrina de Cristo”, a “Pregação da Palavra” que são usadas como instrumentos do Espírito Santo.

A busca pela unidade por meio da doutrina (Palavra) e da fé é vista como a promessa de uma língua arrogante. O advérbio “certamente” indica o grau de convicção que Sadoletto (2020) tinha a respeito dessa realidade de arrogância dos protestantes que deixavam a Sé Apostólica para assumir uma forma diferente de instituição. Dessa forma, a única maneira de se agregar os protestantes é pela conversão aos velhos padrões.

4.2.2. Auxílio e valores novos

No eixo dos costumes, a preocupação do campo discursivo religioso cristão recai sobre as práticas de piedade que conduzem o fiel a um contato mais íntimo com o sagrado. Nessa perspectiva, a formação discursiva protestante calvinista dá ênfase ao simulacro do “auxílio”, ou seja, o protestante valoriza a toda e qualquer prática que auxilie o indivíduo a deixar o romanismo a fim de abraçar a Reforma.

Na perspectiva do simulacro do “auxílio”, o posicionamento do calvinista é que os indivíduos que estão no romanismo executam suas obras de piedade envolvidas pela ignorância (tal como no excerto 29), da mesma forma, a liderança da Igreja de Roma concebia a evasão de membros para o protestantismo como ignorância e, por isso, precisava de catecismo para dar solidez à fé do seu rebanho (tal como no excerto 34).

Dessa maneira, ambos se veem como ignorantes e, por isso, aos protestantes, a pregação da Palavra serviria para eliminar as sombras do que chamavam de superstição e, à Sé Romana, a viabilização didática do conteúdo teológico servia para eliminar a ignorância e dar solidez aos fieis.

O interesse dos calvinistas em auxiliar os católicos romanos em abandonar a sua formação discursiva é vista pelo romanista como a busca por valores novos e que eram contrários à tradição da igreja.

Segundo Bourdieu (1996), dentro de um campo há uma disputa de poder, pois os que detêm maior capital e estão no centro assumem uma postura conservadora a fim de perpetuar seu *status quo*, contudo os que estão na periferia procuram um discurso subversivo que visa revolucionar as regras que regem a relação entre as forças.

Para proceder a análise, tomamos os excertos 44 e 45. O primeiro foi extraído do Catecismo Romano, dissertando sobre o aspecto da apostolicidade no magistério da igreja, o qual tem como objetivo ressaltar que as opiniões dos protestantes se mostram como errôneas, pois são contrárias à doutrina que a igreja sempre ensinou.

No segundo excerto, extraído das *Institutas da Religião Cristã*, Calvino (2003), no prefácio da obra de 1541, defende que os protestantes, como iluminados por Deus, têm o dever de auxiliar os mais simples a encontrar a plenitude da Palavra de Deus.

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
Excerto 44: Com efeito, <u>a doutrina da Igreja não é recente</u>, nem aparece como novidade, mas é a [mesma] que os Apóstolos já pregavam outrora, e que se espalhou como um germe por toda a superfície da terra. Portanto, ninguém pode duvidar que as ímpias opiniões dos hereges ficam muito longe da crença da verdadeira Igreja, por serem contrárias à doutrina que a Igreja sempre ensinou, desde os tempos dos Apóstolos até a presente data. Logo, para que todos pudessem saber qual era a Igreja Católica, foi por inspiração divina que os Padres acrescentaram ao Símbolo a palavra "apostólica". (CATECISMO ROMANO, 1950, p. 168)	Excerto 45: É que o dever daqueles que têm recebido mais ampla iluminação de Deus que os outros é vir em socorro dos simplices neste particular e que lhes deem a mão para os conduzir e os <u>ajudar a encontrar a plenitude do que Deus nos quis ensinar em sua Palavra</u>. Ora, isso melhor não se pode fazer que mediante as Escrituras, focalizando-se os temas principais e consequentes que são compreendidos na filosofia cristã. Pois quem desses conhecimentos se assenhoreia estará em condições de aproveitar na escola de Deus mais em um dia do que outro em três meses, na medida em que sabe, com relativa precisão, a que reportar cada sentença e é possuidor dessa regra para dispor com acerto tudo quanto se lhe apresenta. (CALVINO, 2003, p. 45)

Tabela 22: texto do *corpus* para análise do simulacro protestante calvinista auxílio e novos valores.

No excerto 45, Calvino (2003) estabelece duas classes de pessoas: aquelas que não só receberam a iluminação de Deus, mas estão em amplitude e aquelas que são consideradas simples, as quais mesmo que tenham certa intervenção divina não a possuem de forma plena.

Calvino (2003) enxerga as pessoas simples como necessitadas de socorro, como se estivessem em perigo e, por isso, os que são plenamente iluminados têm o “dever” de auxiliá-las. A lógica é que na medida em que receberam esse dom divino devem

compartilhá-lo com os mais necessitados em duas atitudes: conduzir e ajudar para que sejam igualmente iluminados.

A partir da sentença: “os ajudar a encontrar a plenitude do que Deus nos quis ensinar em sua Palavra”, Calvino (2003) traça uma relação entre a ampla iluminação e a plenitude da Palavra. Dessa maneira, os que eram amplamente iluminados eram aqueles que tinham acesso às Escrituras.

No excerto 45, Calvino (2003) aprofunda essa relação que estabeleceu entre a ampla iluminação e a plenitude do ensino das Escrituras, pois adverte que na Palavra estão expostos os “temas principais” que são tratados na filosofia cristã de tal modo que as Escrituras são a “escola de Deus”.

Nesse quadro cênico, apresenta os simples entrando na escola de Deus para se tornarem amplamente iluminados. Dessa maneira, responde à acusação que os romanistas propagavam de que os protestantes eram ignorantes porque se distanciavam de todo o arcabouço da tradição. A força desse argumento está no fato de que levar os simples à Palavra seria equivalente a matriculá-los em um curso de teologia (não que os protestantes desmereçam a educação teológica formal).

A ênfase desse argumento está na desproporcionalidade, ou seja, um dia na “escola de Deus” (as Escrituras) equivale a três meses no ensino da filosofia cristã (a própria tradição). Essa eficácia pedagógica, para o excerto 45, é verificável pela eficiência dos alunos que, antes simples, agora, em pouco tempo, estão aptos a rebater as acusações que os líderes católicos romanos.

Destarte, Calvino (2003) defende que o socorro (auxílio) que os protestantes possam dar aos romanistas mais simples, aqueles que mantêm os costumes da fé apenas por ignorância (conforme o excerto 29), é levá-los às Escrituras Sagradas.

No excerto 44, o *Catecismo Romano de São Paio V* (1950), como representante da formação discursiva do catolicismo de Roma, parte do argumento *ad verecundiam* quanto a apostolicidade, pois enxerga o desenvolvimento teológico de uma forma negativa como a anuência a valores novos que rejeitam o que historicamente fora pregado pelos Apóstolos.

Vale ressaltar que o excerto 44 faz uma distinção entre opinião e doutrina. Esta é a “doutrina da igreja que não é recente” e não pode ser vista como “novidade”, pois tem sua autoridade no fato de que foi pregada pelos Apóstolos e pela eficácia se espalhou por toda a terra. Aquelas, as “ímpias opiniões dos hereges”, indicam pelo termo “opiniões” o desprestígio devido a sua particularidade.

Dessa forma, no excerto 44, o termo “doutrina” ganha um prestígio singular em relação às “opiniões”, pois se deduz que o primeiro termo contém um conjunto de orientações que remontam aos Apóstolos e Pais da Igreja, aqueles que participaram dos grandes Concílios e, conseqüentemente, das grandes discussões do campo discursivo cristão. Contudo, o segundo (opiniões), é a reação de grupos recentes e deslumbrados com novidades sem o mesmo capital de uma doutrina digna de ser aceita.

Dessa maneira, o argumento do *Catecismo Romano* (1950) está no fato de que a produção teológica, porque é nova, estão destituídas da autoridade dos Apóstolos e são opiniões de grupos isolados e, muitas vezes, divergentes, e não de uma instituição com o capital cultural que a Sé Romana possuía.

Na conclusão do excerto 44, o *Catecismo Romano* (1950) toma um texto fundante para o cristianismo como um todo: o credo niceno-constantinopolitano. O excerto 44 indica que o termo apostólica no verso: Et unam, sanctam, catholicam et apostolicam Ecclesiam (e na igreja una, santa, católica e apostólica) foi colocado pelos Padres do Concílio de Niceia (325) e Constantinopla (381) por inspiração.

Portanto, na formação protestante Calvinista, persuadir pela exclusividade das Escrituras é um auxílio no que tange a deixar os costumes de piedade da Igreja romana como o uso dos sacramentais. Para essa formação discursiva, a prática de tais costumes deriva da ignorância quanto ao conteúdo da Bíblia. Contudo, a formação oposta – romanista – vê esse sema positivo (auxílio) pela lente do simulacro dos “valores novos”, ou seja, o desprezo ao ensinamento e as práticas que remontam desde os apóstolos. Nessa perspectiva, o catolicismo romano vê tal abandono como incompatível com uma doutrina sadia, sendo apenas um conjunto de opiniões esparsas.

4.2.3. Ortodoxia e especulação

Se os costumes regem as práticas de piedade, as doutrinas são os pressupostos teológicos de um sistema de crença. Concentra em seu âmago os conceitos fundamentais e a própria cosmovisão. Tomando um conceito de Bourdieu (1996), nesse eixo concentram-se as regras do jogo e, por isso, concentram os debates mais acirrados, pois os grupos periféricos, como os da formação discursiva protestante calvinista do século XVI, buscam o artifício da subversão frente ao conservadorismo daquele que detém a posição central.

No âmbito doutrinário, o argumento subversivo do calvinismo é valorizar a adesão exclusiva às Escrituras como um elemento característico da ortodoxia, ou seja, da doutrina correta e, nessa perspectiva, todo ensino teológico que não se pauta na Bíblia é herético.

Do ponto de vista contrário, a formação discursiva romanista exerce uma força de conservação avaliando os protestantes como especuladores das Sagradas Escrituras. Entendem que a rejeição de todo arcabouço teológico herdado pela tradição da igreja não só demonstra arrogância (conforme excerto 37: “[...] é desse Santo Espírito e dessa Igreja Católica que eles se declaram abertamente adversários[...]”), mas também, falta de cautela, pois a Sé Romana compreende esse tesouro teológico como meios de controle aos desvios da mente humana (conforme excerto 25: “[...] para refrear as mentalidades petulantes, decreta que ninguém, fundado na perspicácia própria [...]”), ou seja, o especulador é alguém que rejeita a teologia já exaurida pelos Pais Antigos.

Para desenvolver essa análise, tomamos dois excertos 46 e 47 sendo que o primeiro, representando a formação discursiva católico-romana, foi extraído do *Catecismo Romano de São Pio V* (1950), onde trata da importância atual da pregação como forma de conter os falsos ensinamentos. O excerto 46 tem como objetivo identificar os pregadores protestantes como “falsos profetas”, os quais não fazem senão “corromper os ânimos”.

O segundo excerto (47) foi extraído das *Institutas da Religião Cristã* (2003) de João Calvino. Esse excerto é extraído do primeiro livro quando trata do que consiste conhecer a Deus e o objetivo desse conhecimento. O excerto 47 compõe o argumento do Reformador francês de que a confiança e a reverência a Deus procedem da instrução da Palavra. Dessa maneira, o objetivo do excerto 47 é debater que a “religião pura e real” procura uma adoração verdadeira, ou seja, somando a fé ao temor de Deus.

CATOLICISMO ROMANO	PROTESTANTISMO CALVINISTA
Excerto 46: É que saíram pelo mundo falsos profetas, dos quais disse o Senhor: "Eu não enviava esses Profetas, e eles corriam; Eu não lhes falava, e ainda assim eles profetavam". Desta arte queriam corromper os ânimos cristãos com "doutrinas estranhas e fora do comum". Armados de todas as astúcias diabólicas, tão longe levaram nesse ponto sua impiedade, que já parece quase impossível detê-los em firmes barreiras. (CATECISMO ROMANO, 1950, p. 80)	Excerto 47: Eis no que consiste a religião pura e real: fé aliada a sério temor de Deus, de modo que o temor não só em si contém reverência espontânea, mas ainda traz consigo a legítima adoração, a qual está prescrita na lei. E isto se deve observar com mais diligência: enquanto todos veneram a Deus de maneira vaga e geral, pouquíssimos o reverenciam <i>de verdade</i>; enquanto, por toda parte, grande é a ostentação em cerimônias, rara, porém, é a sinceridade de coração. (CALVINO, 2003, p. 52)

Tabela 23: Texto do *corpus* para análise do simulacro ortodoxia e especulação.

A preocupação do excerto 47 está em estabelecer os parâmetros de uma religião que é qualificada por dois adjetivos: pura e real. Dentro dessa reflexão, Calvino (2003) defende que há dois paradigmas que devem ser unidos como uma só viga mestra: a fé e o temor de Deus. Dessa maneira, não basta apenas fé (subjetiva e objetiva) ou temor isolados, pois um deveria auxiliar o outro.

O argumento de Calvino (2003) se sustenta na crença de que o “temor de Deus” já traria um desejo natural de adorá-lo e fazer isso em conformidade com a lei. Esse termo lei é frequentemente usado como uma metonímia (a parte pelo todo) para indicar a Bíblia como um todo. Essa inerência se comprova pelo excerto 48, no qual Calvino (2009), comentando o Salmo 19, afirma:

Excerto 48: [...] sob o termo *lei* ele não só significa a regra de um viver íntegro, ou os Dez Mandamentos, mas também compreende o pacto pelo qual Deus distinguiu aquele povo do resto do mundo, bem como toda a doutrina de Moisés [...]

No excerto 48, Calvino (2009) indica que na concepção de sua formação discursiva o termo “lei” era uma palavra polissêmica e que se referia nesse contexto ao que chama de “doutrina de Moisés”, ou seja, o Pentateuco (os cinco primeiros livros do Antigo Testamento da Bíblia Sagrada que, para a baixa crítica, foram escritos por Moisés). Dessa maneira, no excerto 47, sem que a lei/Palavra ofereça os subsídios para o que chama de “verdadeira” adoração, essa prática se torna “vaga e geral”, motivada por cerimônias.

Dessa forma, estabelece uma distinção entre a verdadeira adoração advinda da junção entre fé e o temor de Deus e a adoração vaga e geral que se efetiva por cerimônias. Sabe-se que, para Calvino, o temor de Deus leva o adorador à Palavra e produz não só a verdadeira adoração, mas, conseqüentemente, a “religião pura e real”. Nessa perspectiva, podemos perceber a relação entre a doutrina (buscar a legítima adoração prescrita na lei/Palavra) e a prática religiosa (os costumes) e se pode visualizar o posicionamento do que a formação discursiva protestante chama de ortodoxia que a Palavra seja a regra última que rege como se deve viver e praticar a própria fé.

Sem que se esteja orientado pela “lei”, conseqüentemente o temor de Deus, a adoração passa a ser ilegítima, pois está restrita à expressão ritualística com “rara sinceridade de coração”. Essa é uma crítica ao procedimento romanista que, para a

formação discursiva protestante, é uma religião impura e irreal (no sentido de mentirosa).

Destarte, no excerto 47, pode-se perceber a discussão sobre a religião que melhor oferece os meios para que o fiel se acheque ao Sagrado. No posicionamento protestante, dentro de uma busca pela doutrina correta (ortodoxa) e a religião correta, a Bíblia é o único instrumento seguro para esse intento e esse também é o crivo para traduzir a prática católico-romana como impura, irreal, ilegítima, vaga e insincera.

No excerto 46, o *Catecismo Romano de São Pio V* (1950) usa de duas citações Bíblicas: “Não mandei os profetas; todavia, eles foram correndo; não lhes falei a eles; todavia, eles profetizaram” (Jeremias 23.21) e “Não vos deixeis levar em redor por doutrinas várias e estranhas, porque bom é que o coração se fortifique com graça e não com manjares, que de nada aproveitaram aos que a eles se entregaram” (Hebreus 13.9).

Esses dois trechos fornecem subsídios à memória interna de seus coenunciadores de tal maneira que possam enxergar os protestantes como os mesmos falsos profetas do Antigo Testamento que dissuadiam o povo de manter um compromisso mais firme com o Deus de Israel. Da mesma maneira, a partir da citação de Hebreus 13 onde os fiéis são convidados a se recordarem da doutrina que lhes fora transmitida pela igreja e deixar qualquer tipo de mistura a pureza da fé.

Quer pela lente do “falso profeta” que executa seu ministério sem a legitimidade do divino, quer o disseminador de “doutrinas falsas e fora do comum”, o posicionamento do excerto 46 é apresentar o protestante pelo simulacro da “especulação” que não foi enviado por Deus e, por isso, não possui legitimidade, assim como o que “corrompe os ânimos dos cristãos”.

Segundo a formação discursiva católico-romana, o poder expansivo dessa corrosão da unidade da igreja, a qual era mantida pelo ânimo dos fiéis, é efetuado por fatores sobrenaturais, ou seja, os protestantes estão “armados de astúcias diabólicas”. Nesse excerto (46), pode-se constatar o fator de demonização da polêmica entre católicos romanos e os fiéis da Reforma.

CONCLUSÃO

Tendo em vista a análise da polêmica entre católicos e protestantes calvinistas no século XVI, a hipótese deste trabalho esteve na ideia de que o problema que rege essa contenda está na fonte de autoridade, pois, enquanto os católicos romanos partiam do

pressuposto da dupla inspiração (ou seja, a Bíblia e a tradição procederiam da mesma fonte legitimadora transcendente), os protestantes calvinistas partiam do princípio de uma única inspiração, a Bíblia. Para mostrar como essa dissensão procede, utilizou-se o conceito de *ethos* e *antiethos*.

Nessa polêmica, a formação discursiva da igreja de Roma enxerga o protestante como um arrogante que despreza a mãe igreja, a fim de abraçar novidades advindas de suas opiniões e da especulação indiscriminada das Escrituras. Na formação discursiva calvinista, a Sé Romana é vista como obstinada em conservar sua posição de prestígio e, para isso, não mede esforços na destruição do trabalho de Reino e, para justificar suas asseverações, manipula os textos sagrados para que corroborem suas mentiras.

Os romanistas assumem um *ethos* de humildade nas questões institucionais, a resiliência nos costumes e a tradição na doutrina. A ideia que o discurso católico romano demonstra é de que, independentemente dos avanços humanistas na análise do texto original ou dos obstáculos morais de alguns representantes do clero, ele está seguro nos preceitos ensinados pelos seus pais. Contudo, o calvinista do século XVI apresenta um *ethos* de restaurador nas questões institucionais, pastor nos costumes e fiel na doutrina, ou seja, a ideia que transmite em seu discurso é que a fidelidade requerida ao membro fiel está em uma ruptura com a tradição e, segundo essa visão, aqueles que assim o fazem se obrigam a restaurar a instituição e pastorear a conduta daqueles que sustentam as antigas convicções.

Partindo da concepção de Maingueneau (2001) de que o *antiethos* funciona como um antiespelho, é possível perceber que, para o romanista, o protestante não tem apreço pela instituição e, por isso, não mede esforços para tecer acusações aos costumes católico-romanos e age como um oportunista nas questões doutrinárias. No extremo oposto, os calvinistas transmitem o tom de que os católicos romanos dissimulam quanto às instituições, são mercenários nos costumes e traidores na doutrina.

Esse paradigma ainda existe e rege a polêmica entre católicos romanos e calvinistas. Para citar um exemplo, o Padre Paulo Ricardo Azevedo Júnior, importante influenciador digital nos redutos romanistas, defende que não há Bíblia sem igreja, ou seja, a Palavra está submetida à tradição.

Entendam uma coisa. Não existe Bíblia sem Igreja. *Sacra Scriptura principalius est in corde Ecclesiae quam in materialibus instrumentis scripta*, dizem os Santos Padres. Ou seja, a Sagrada Escritura está escrita no coração da Igreja, mais do que em instrumentos materiais. E

isso por uma razão muito simples: Jesus se encarnou, não se encadernou. A Igreja, por sua vez, guiada pelo Espírito Santo, perpetua-se na história e dá continuidade a essa encarnação. (AZEVEDO, 2020)

A citação do Padre Paulo Ricardo representa uma resposta aos protestantes sobre a doutrina do *sola scriptura*, mostrando que o tema permanece atual. Utiliza uma linguagem bem informal e com citações em latim que dão legitimidade ao texto devido à sua relação com a tradição aprovada e seguida pela igreja.

Assim, concluímos que compreender a dinâmica da polêmica entre essas duas formações discursivas no século XVI oferece os subsídios para entender esses dois grupos e a maneira como se comportam.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. “Memória e produção discursiva do sentido”. In ACHARD, P; DAVALLON, J; DURAND, J.L; PÊCHEUX, M; ORLANDI, E.P. *Papel da Memória*. 5.ed. Trad.: José Horta Nunes. Campinas, SP: Fontes, 2020.
- ALMEIDA, N.T. *Gramática da Língua Portuguesa para concursos, vestibulares, ENEM, colégios técnicos e militares*. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.
- ALBRECHT, P.S. Felipe Melancton e a Experiência da Reforma Protestante: Caminhos e Descaminhos. *Atualidade Teológica. Revista do Departamento de Teologia da PUC-Rio*. Ano XV nº 39, setembro a dezembro/2011, p. 544-554.
- AMOSSY, R. *Apologia da polêmica*. Trad.: Mônica Magalhães Cavalcante; Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto, et al. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMORTH, G; RODARI, P. *O último exorcista: minha batalha contra Satanás*. Trad.: Rodrigo Gurgel. 1.ed. Campinas-SP: CEDET, 2012.
- ARMESTO, F.F; WILSON, D. *Reforma: o cristianismo e o mundo de 1500-2000*. Trad. Celina Cavalcante Falck. Rio de Janeiro: Record, 1997.
- ASSEMBLEIA DE WESTMINSTER. *Confissão de Fé de Westminster*. 17. ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2001.
- AZEVEDO, P. R. *Uma resposta católica a uma polêmica protestante*. <https://padrepauloricardo.org/blog/uma-resposta-catolica-a-uma-polemica-protestante>. Acessado no dia 06 de julho de 2021 às 08h17.
- BETTENCOURD, E.T. *Crenças, religiões, igrejas e seitas: quem são?* 2.ed. Santo André-SP: Mensageiro de Santo Antônio, 1995.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Editora Bertrand, 1989.
- _____. *Questões de Sociologia*. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa: Edições Sociedade Unipessoal, 2003.
- _____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Trad. Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- BRANDÃO, H. N. *Introdução à Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.
- BRÈS, G. *Confissão Belga*. http://www.monergismo.com/textos/credos/confissao_belga.htm. Acessado no dia 12 de abril de 2021 às 23h10.
- CALVINO, J. “Carta ao Cardeal Sadoletto”. In BESSA, J. *De Calvino ao Cardeal Sadoletto: uma defesa da Reforma*. <http://www.josemarbessa.com/2010/10/calvino-e-o-zelo-de-expor-gloria-de.html>. Acessado no dia 16 de julho de 2020 às 15h26.

_____. *As Instituições da Religião Cristã*. Tomo I, livro I e II. Trad.: Carlos Eduardo de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. *A Instituição da Religião Cristã*. Tomo II, Livro III. Trad. Elaine C. Sartorelli, Omayr J. de Moraes Jr. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. *O Livro dos Salmos*. Vol 1. Trad.: Valter Graciano Martins. São Paulo: Paracletos, 1999.

_____. *Respuesta al cardenal Sadoletto*. 5 ed. Rijswijk: FELiRe, 2000.

_____. *Pastorais*. Trad. Walter Graciano Martins. 1.ed. São José dos Campos-SP: Fiel, 2009.

_____. *1 Coríntios*. Trad. Valter Graciano Martins. 2.ed. São Bernardo do Campo-SP: Parakletos, 2003.

_____. *Hebreus*. Trad.: Valter Graciano Martins. São José dos Campos-SP: Editora Fiel, 2012.

_____. *As cartas de João Calvino*. Trad.: Marcos José Soares de Vasconcelos. São Paulo: Cultura Cristã, 2009.

_____. *Eféssios*. Trad.: Valter Graciano Martins. Editora Paráclito: São Paulo, 1998.

_____. *Romanos*. Trad.: Valter Graciano Martins. Editora Paráclito: São Paulo, 2001.

_____. *Salmos*. Vol.1. Trad.: Valter Graciano Martins. Editora Fiel: São José dos Campos-SP, 2009.

CARSON, D.A. *Os perigos da Interpretação bíblica*. Trad.: Valéria Fontana. São Paulo: Vida Nova, 2001.

CARSON, D.A; MOO, D.J; MORRIS, L. *Novo Testamento*. Trad.: Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 1997.

CATECISMO ROMANO. Petrópolis: Serviço de Animação Eucarística Marina, 1950.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CONCÍLIO VATICANO II. *Unitatis Reintegratio* In http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html. Acessado no dia 22 de abril de 2020.

COURTINE, J.J. *Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, adressé aux chrétiens*. In: Langages, 15e année, n° 62, 1981.

CHAMPAGNE, P. *Prefácio*. In BOURDIEU, P. *Os usos sociais da ciência*. Trad.: Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COPI, I.M. *Introdução à lógica*. Trad.: Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1981.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. *Dei Verbum*. In https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651118_dei-verbum_po.html. Acessado no dia 07 de março de 2021 às 02h33.

COSTA, H.M.P. *Raízes da Teologia Contemporânea*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

DAVALLON, J. “A imagem, uma arte de memória” In ARCHAND, P; DAVALLON, J; DURAND, J.L; PÊCHEUX, M; ORLANDI, E.P. *Papel da Memória*. 5.ed. Trad.: José Horta Nunes. Campinas, SP: Fontes, 2020.

GEORGE, T. *Lendo a Escritura com os Reformadores*. Trad.: Vagner Barbosa. São Paulo: Cultura Cristã. 2015.

_____. *Teologia dos Reformadores*. Tradução de Gérson Dudus, Valéria Fontana, Lucília Marques. 2.ed. ver. e ampl. São Paulo: Vida Nova, 2017.

GONÇALVES, J.C.B. *Evocados ou não estão presentes os deuses indianos no ocidente*. *Classica* (Brasil) 21.2, 297-313, 2008. <https://revista.classica.org.br/classica/article/view/196/185>. Acessado no dia 09 de junho de 2020.

GONZALEZ, J. *Uma História do Pensamento Cristão: da Reforma Protestante ao Século 20*. Tradução Paulo Arantes, Vanuza Helena Freire de Mattos. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

GUNDRY, R.H. *Panorama do Novo Testamento*. Trad.: João Marques Bentes. São Paulo: Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1981.

KUHN, T.S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. 5.ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 1998.

LATOURETTE, K.S. *Uma História do Cristianismo*. Vol.1. Trad. Héber Campos. São Paulo: Hagnos, 2001.

_____. *Uma História do Cristianismo*. Vol.2. Trad. Héber Campos. São Paulo: Hagnos, 2006.

LE GOFFE, J. *São Francisco de Assis*. Tradução Marcos de Castro. Rio de Janeiro, 2001.

LOPES, A.N. *A Bíblia e seus intérpretes: uma breve história da interpretação*. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

KARNAL, L. *Pecar e perdoar: Deus e o homem na história*. 2.ed. Rio de Janeiro: Herper Collins, 2018.

MCGRATH, A. *A vida de João Calvino*. Trad.: Marisa Lopes. São Paulo: Cultura Cristã, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad.: Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008a.

_____. *Cenas da enunciação*. Organização Sírio Possenti, Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silvia. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

_____. *O contexto da obra literária: enunciação, escritor e sociedade*. Trad.: Maria Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. *Doze conceitos em Análise do Discurso*. Organização Maria Cecília Perez de Souza-e-Silva e Sírio Possenti. Trad: Adail Sobral [et al.]. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

_____. *Análise de Textos de Comunicação*. Trad.: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. *Termos-chave da Análise do Discurso*. Trad.: Márcio Vinícius Barbosa, Maria Emilia Amarante Torres Lima. Belo Horizonte: Ed UFMG, 1998.

_____. *Frase sem texto*. Trad. Sírio Possenti et alii. 1.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

_____. *Novas tendências em análise do discurso*. 3. ed. Trad.: Freda Idursky. Campinas-SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

_____. *Variações sobre o ethos*. Trad.: Marcos Marcionilo. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2020.

_____. *Ethos, cenografia, incorporação*. In AMOSSY, R. (org.) *Imagem de si no discurso: a construção do ethos*. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

MARTINS, L.P. *Pórtico*. In CATECISMO ROMANO. Petrópolis: Serviço de Animação Eucarística Marina, 1950.

MATOS, A.S. *Fundamentos da teologia histórica*. São Paulo: Mundo Cristã, 2008.

MOULTON, H.K. *Léxico Grego Analítico*. Trad.: Everton Aleva e Oliveira e Davi Miguel Manço. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.

MUSSALIM, F. Tendência em Análise do Discurso: objetos e conceitos. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 41 (3): p. 948-958, set-dez, 2012.

PÊCHEUX, M. “O papel da memória”. In ACHARD, P; DAVALLON, J; DURAND, J.L; PÊCHEUX, M; ORLANDI, E.P. *Papel da Memória*. 5.ed. Trad.: José Horta Nunes. Campinas, SP: Fontes, 2020.

PEREIRA, G.R.M; CATANI, I. *Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social*. Perspectiva. Florianópolis,v.20, n.Especial, p. 107-120, jul./dez.2002.

REALE, G; ANTISERI, D. *História da Filosofia*. Vol. I. São Paulo: PAULUS, 1990.

POSSENTI, S. “O dado *dado* e o dado **dado**”. In POSSENTI, S. *Os Limites do Discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

SARTRE, J.P. *Entre quatro paredes*. <https://oficinadeteatro.com/conteudotextos-pecas-etc/pecas-de-teatro/viewdownload/5-pecas-diversas/128-entre-quatro-paredes>. 2001. Acessado no dia 18 de julho de 2020.

SCHÖKEL, L.A. *Dicionário bíblico hebraico-português*. Trad.: Ivo Storniolo, José Bortolini. São Paulo: Paulus, 1997.

SILVESTRE, A. *Calvino: o potencial revolucionário de um pensamento*. São Paulo: Editora Vida, 2009.

SINCLAIR, U. *The cry for justice: the writings of Philosophers, poets, novelists, social reformers, and others who have voiced the struggle against social injustice*. California, The John C. Wilson Co, 1915.

SPROUL, R.C. “O estabelecimento da Escritura” In BEECKE, J. (org.) *Sola Scriptura: numa época sem fundamentos, o resgate do alicerce bíblico*. Trad.: Rubens Castilho. São Paulo: Cultura Cristã, 2000.

_____. *O conhecimento das Escrituras: passos para um estudo bíblico sério e eficaz*. Trad.: Heloisa Carvallari Ribeiro Martins. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

TORRINHA, F. *Dicionário Latino Português*. 2.ed. Porto: Maranus, 1942.

VAN HALSEMA, T. *João Calvino era assim*. Trad.: Jaime Wright. São Paulo: Vida Evangélica, 1968.

VIEIRA, F. *Invocando ou não, Deus está presente*. <http://blog-psique.blogspot.com/2017/04/invocado-ou-nao-deus-esta-presente-jung.html>. Acessado no dia 11 de outubro de 2021 às 18h26.

VOLTAIRE. *Tratado sobre a Tolerância*. Trad.: William Lagos. Porto Alegre-RS: L&MPocket, 2015.

WEBER, M. *A Ética Protestante e o Espírito Capitalista*. São Paulo: Martin Claret, 2013.

ANEXO

EXCERTO 1: Não nos persuadimos de que temos mais prudência da que precisamos ter; não pomos nosso orgulho a serviço do desprezo aos decretos da Igreja; não fazemos propaganda entre o povo do alto conteúdo em nossos espíritos, nem de nossa genialidade ou qualquer nova sabedoria; mas (falo dos cristãos de coração honesto e reto), andamos na humildade e obediência e recebemos com uma fé íntegra, as coisas que nos foram transmitidas e ordenadas pela autoridade dos antigos Pais, homens sábios e santíssimos, como tendo sido verdadeiramente ditados e prescritos pelo Santo Espírito. (SADOLETO, 2020, p.57)

EXCERTO 2: Na verdade, antes que a guerra fosse incendiada por nós, tudo estava tranquilo e em paz. A preguiça dos pastores e o assombro e estupidez do povo tinham conseguido que, entre eles, não houvesse nenhuma diferença no que tange à religião. Mas, com que obstinação disputavam os sofistas nas escolas! Pelo que não tens como dizer que o vosso reino estivesse tão pacífico, já que essa tranquilidade se devia ao fato de que Cristo tinha sido calado e estava quase esquecido. Confesso que, depois da nova manifestação do Evangelho, várias e grandes disputas surgiram, que antes eram desconhecidas. Entretanto, não seria razoável imputar tudo isso aos nossos, os quais durante todo o decurso de sua ação pretendiam tão somente (restabelecendo a verdadeira religião) agrupar em uma perfeita e íntegra união as Igrejas que se achavam dispersas e divididas por discórdias e dissensões. (CALVINO, 2020, p.49)

EXCERTO 3: E, ainda que homens novos tenham vindo, os quais, com a boca e suas mãos cheias das Escrituras, se esforcem por apresentar coisas novas, estremecer as antigas, reprovar a Igreja, por tirar-nos, arrancar-nos da obediência que todos tínhamos para com ela, entretanto eu quis permanecer naquilo que já existia e nas coisas antigamente observadas e transmitidas na Igreja por meus ancestrais, pela unanimidade dos Pais santos e sábios. Ainda que, no tempo presente, os costumes de muitos prelados e autoridades da Igreja tenham sido tais que poderiam provocar minha indignação, contudo não mudaram o meu sentimento, porque firmei em meu coração, meu Deus, como ordenastes no vosso Evangelho, que devia obedecer os seus preceitos, que certamente eram santos, e que era necessário deixar que somente vós julgásseis suas vidas e ações, sobretudo quando, eu mesmo, estando sujo e infectado por tantos pecados, que agora se mostram em meu rosto, não seria digno de julgá-los. Por causa desses meus pecados, que agora estou diante do vosso Tribunal [...] (SADOLETO, 2020, p. 61)

EXCERTO 4: Procederei, pois, contigo, como se tivesses escrito ao povo de Genebra com bom zelo, como convém a um homem cheio de grande doutrina, prudência e seriedade, dando-lhes a entender, com boa fé, o que te parecia condizente com sua

salvação e prosperidade. Mas, qualquer que tenha sido a tua intenção, e porque destróis e te esforças em manchar e difamar ao extremo, com ultrajes e injúrias, o que o Senhor lhes tem ensinado com nosso auxílio, me vejo obrigado, queiras ou não, a contradizer-te nisso abertamente. Pois, certamente, o ofício dos pastores na Igreja consiste não somente em levar as almas dóceis dos fieis diretamente a Cristo, como também estar bem preparados para rechaçar as maquinações daqueles que se esforçam em impedir a obra do Senhor. (CALVINO 2020, p. 9)

EXCERTO 5: Sondei as Escrituras de maneira mais refinada que os antigos Pais; então, sobretudo, procurei certas interpretações que lhes fossem contrárias. Essa interpretação que obtive por causa da minha ciência e genialidade valeu-me a estima e reputação diante dos povos; na verdade, não pude solapar totalmente a autoridade da Igreja, mas causei em seu seio, grandes sedições e divisões (SADOLETO, 2020, p. 66)

EXCERTO 6: Os pais da igreja escreveram grandes obras sobre as virtudes necessárias à vida cristã. São escritos de um significado tão valioso que nem os eruditos mais hábeis poderiam esgotar as profundidades de uma só virtude. Todavia para uma devoção pura, não é necessário ler as excelentes obras dos Pais da Igreja, mas somente entender a regra básica da Bíblia. (CALVINO, 2000, p. 21)

EXCERTO 7: Todas as passagens da Santa Escritura que os sofistas tentam distorcer para provar a confissão, tais distorções temos decididamente suprimido. E as histórias eclesiásticas que hoje temos conhecimento mostram que isso não era novidade daquele tempo, quando tudo era simplesmente observado, como comprova o testemunho dos Pais da Igreja. (CALVINO, 2020, p. 28)

EXCERTO 8: [...] naquele tempo eu me encontrava preso a uma grande superstição da tirania romana. Por isso pensava, naquela ocasião, que a indulgência não deveria ser completamente rejeitada, pois via-a ser aceita pelo consenso das pessoas [...] compreendi que elas [as indulgências] nada mais eram que meras imposturas dos adutores romanos, através das quais eles punham a perder a fé em Deus e o dinheiro das pessoas. (LUTERO, 2006, p. 19)

EXCERTO 9: “Ao excelentíssimo pastor da igreja cristã, Dr. M. Lutero, meu respeitado pai. Ao ver que a totalidade de meus compatriotas tirados das trevas do papado para a santa fé, nada haviam alterado de sua confissão pública e que continuavam a se corromper com a adoração sacrílega dos papistas, como se jamais tivessem sentido o gosto da verdadeira doutrina, foi-me totalmente impossível deixar de reprovar tão grande preguiça e negligência, da maneira como eu pensava que mereciam.

Como é mesmo possível que essa fé, sepultada no íntimo do coração, não irrompa em confissão de fé? Que tipo de religião pode ser essa, que jaz submersa sob a aparência de idolatria? No entanto, não desenvolverei aqui meu argumento, pois já o fiz em dois pequenos tratados, nos quais, se não lhe foram inconveniente folheá-los, perceberá mais claramente tanto o que penso como as razões que me compeliram a formar essa opinião. Na verdade, pela leitura deles, alguns de nosso povo, não obstante estarem, até então, entorpecidos em falsa esperança, sendo despertados, passaram a ponderar no que deveriam fazer” (CALVINO, 2009, p. 53);

EXCERTO 10: “Quisera poder voar até você para poder desfrutar da felicidade de sua companhia ao menos por algumas horas, o que seria melhor, pois preferiria conversar pessoalmente com você acerca não somente dessa questão, mas também, de outras. No entanto, como na terra tal não nos é concedido, tenho esperança de que isso ocorra em breve no Reino de Deus. *Adieu*, celeberrimo senhor, notabilíssimo ministro de Cristo e meu pai sempre honrável. Que o Senhor mesmo o governe e dirija pelo seu próprio Espírito, para que persevere até o fim, para o benefício e o bem comum de sua Igreja” (CALVINO, 2009, p. 54);

EXCERTO 11: “Se já brotou esse exemplar de tirania arrogante na primavera de uma igreja renascida, o que devemos esperar para breve, quando os casos se tornarem muito piores? Vamos lamentar a calamidade da igreja, e não devorar nossa tristeza em silêncio, mas aventurar-nos ousadamente a suspirar por liberdade” (CALVINO, 2009, p. 56);

EXCERTO 12: Talvez, portanto, seja agora a vontade de Deus franquear o caminho para uma declaração plena e satisfatória da sua própria mente, para que os que esperam da sua autoridade não sejam levados a tomar posição e fiquem em dúvida e hesitação perpétuas. Esses como você sabe, totalizam grande número de pessoas. Não menciono isso com o propósito maior do que o de lhe confortar, tanto como o de lhe despertar para a liberdade de ação. Pois, se eu não pudesse alimentar verdadeiramente a esperança de que desses conflitos vexatórios resultasse algum benefício, seria totalmente consumido por aflição muitíssimo mais profunda” (CALVINO, 2009, p. 56);

EXCERTO 13: “Lutero proclamou, ruidosamente, a vida inteira, que tudo pelo que ele lutava não era mais do que defender a eficácia inerente dos sacramentos. Admite-se como verdade que eles não são símbolos vazios, mas que nos comunicam, de fato, aquilo que tipificam: que há no batismo a eficácia do Espírito que nos purifica e regenera; que a Ceia do Senhor é realmente um banquete espiritual, no qual nos

alimentamos da carne e do sangue de Cristo. Nesse caso, em acalmar os tumultos que essas pessoas disparatadas têm reacendido – a ocasião afigura-se favorável demais para que você vacile por temer a reprovação geral – e na posição eminente que ocupa, você não conseguirá se livrar das muitas turbulências do cargo, mesmo que queira [...] Pois quando ouço os partidários de Osiander lhe descreverem como volúvel ou como mais aplicado à filosofia profana do que à sabedoria celestial, essa reprovação me fere mais profundamente do que se homens malévolos e devassos lhe censurassem por aquilo que não seria somente digno de juramento, mas glorioso de educação” (CALVINO, 2009, p. 117);

EXCERTO 14: “Ilustríssimo senhor, sua carta foi-me grata não somente porque tudo o que procede do senhor é precioso para mim, porque me faz saber que a afeição que tinha por mim no começo de nossa relação de amizade continua inalterada, mas, acima de tudo, porque acho elogio esplêndido, que aprova meu zelo em esmagar a impiedade de Serveto” (CALVINO, 2009, p. 122);

EXCERTO 15: “Pois assim confio que, em se tratando da eleição gratuita dos piedosos você se esforçará para que haja entre nós mútua concordância quanto a um modo de ensinar que seja mais ortodoxo. Quanto à adoração do pão, sua opinião mais particular tem sido meu conhecimento há muito tempo, a qual você nem sequer dissimula em sua carta. Mas sua demasiada lentidão me desagrada, pois, por causa dela, não apenas se conserva, mas também cresce dia a dia a loucura daqueles que se vêm empenhados na destruição da igreja” (CALVINO, 2009, p. 122).

EXCERTO 16: “Aqueles que, repudiando a Escritura, imaginam não sei que caminho que os introduza a Deus, menos do que equivocados, devem ser considerados tomados pela raiva. Com efeito, há pouco emergiram alguns transtornados que, desprezam a leitura e a simplicidade daqueles que seguem, como dizem eles, a letra morta e que mata” (CALVINO, 2008, p. 87)

EXCERTO 17: “Quando me dediquei a esta obra pela primeira vez, nada estaria mais longe de meus pensamentos, ó brilhantíssimo Rei, do que dedicá-la, à sua conclusão, a vossa majestade. Havia apenas o desejo de ensinar alguns rudimentos pelos quais seriam formados para a verdadeira piedade os que tivessem experimentado algum zelo da religião. E me apliquei a este trabalho sobretudo pelos nossos franceses: embora entendesse que muitos deles estivessem famintos e sedentos de Cristo, percebia que muito poucos eram imbuídos de um conhecimento minimamente correto” (CALVINO, 2008, p. 13)

EXCERTO 18: “Creio, amados irmãos, que é do conhecimento de alguns de vós que habito agora em Carpentras. Eu vim de Nice, onde, anteriormente, partindo de Roma, tinha ido restabelecer a paz entre os reis, acompanhando o Soberano Pontífice. Amo essa Igreja, essa cidade que Deus quis me dar por esposa espiritual e por pátria. Tenho por esse povo um amor verdadeiramente paternal e sofro muito por ter-me separado de vós. Ainda que a honra do cardinalato, que, para minha surpresa, foi-me conferida, me force voltar à Roma, como certamente me forçará para, naquela cidade, servir a Deus na vocação em que fui chamado. Essa honra, entretanto, não desviará meu espírito, nem meu amor por esse povo, que sempre estará gravado no fundo do meu coração” (SADOLETO, 2020, p. 51).

EXCERTO 19: Porque a Palavra de Deus é viva e eficaz e mais cortante que qualquer espada de dois gumes e penetra na divisão do espírito e da alma, até o fundo de juntas e medulas. Ela não enlaça os espíritos em argumentações difíceis, mas pela intervenção de uma celeste afeição do coração, se oferece uniforme e abertamente à nossa inteligência, para que não seja tanto a razão humana que opere em nós para compreendê-la, mas Deus mesmo que a si nos chama. Eu oro e suplico a esse Deus de reta inteligência, que nos dê o socorro de sua benignidade, a fim de que eu diga e vós compreendais aquilo que possa ainda unir os nossos sentimentos e pensamentos para com Deus, em um só coração e um só espírito (SADOLETO, 2020, p. 53).

EXCERTO 20: [...] é preciso observar que o apóstolo, aqui, está discutindo sobre a Palavra de Deus que nos é comunicada pelo ministério dos homens. São dementes e mesmo danosas todas as noções de que, não obstante a Palavra certamente seja eficaz no interior emana dos lábios humanos é morta e carente de qualquer efeito. Admito que certamente a eficácia não flui da língua humana, nem consiste em seu próprio som, e sim que deve ser atribuída totalmente ao Espírito Santo; no entanto não impede o Espírito de manifestar seu poder na Palavra que é proclamada. Porque Deus mesmo não fala senão através dos homens; ele toma grande cuidado para que sua doutrina não seja recebida com descaso seus ministros serem homens. E assim, quando Paulo diz que o evangelho é o poder de Deus [Romanos 1.16], deliberadamente distinguiu sua própria pregação com aquela honra que o apóstolo percebeu ser aprovada por alguns e rejeitada por outros (CALVINO, 2012, p. 106).

EXCERTO 21: O sacrossanto Concílio Ecumênico e Geral de Trento, reunido legitimamente no Espírito Santo, e com a presidência dos mesmo três legados da Sé Apostólica, tendo sempre isto diante dos olhos que, rejeitados os erros, seja na Igreja

conservada a pureza do Evangelho, prometido antes nas Escrituras Santas pelos profetas, o qual Nosso Senhor Jesus Cristo Filho de Deus, primeiramente com sua própria palavra o promulgou e depois, por meio de seus Apóstolos, mandou pregá-lo a toda criatura (Mt 18, 19 s; Mc 16, 15), como fonte de toda a verdade salutar e disciplina dos costumes. Vendo que esta verdade e disciplina estão contidos nos livros escritos e nas tradições orais, que – recebidas ou pelos Apóstolos dos lábios do próprio Cristo, ou dos próprios Apóstolos sob a inspiração do Espírito Santo – chegaram até nós como que entregues de mão em mão, fiéis aos exemplos dos Padres ortodoxos, com igual sentimento de piedade e reverência aceita e venera todos os livros, tanto os do Antigo, como os do Novo Testamento, visto terem ambos o mesmo Deus por autor, bem como as mesmas tradições que se referem tanto à fé como aos costumes, quer sejam só oralmente recebidas de Cristo, quer sejam ditadas pelo Espírito Santo e conservadas por sucessão contínua na Igreja Católica. E para que não surja dúvida a alguém a respeito dos livros que são aceitos pelo mesmo Concílio, resolveu ele ajuntar a este decreto o índice dos Livros Sagrados. (CONCÍLIO DE TRENTO, 2021).

EXCERTO 22: As marcas para conhecer a verdadeira igreja são estas: ela mantém a pura pregação do Evangelho, a pura administração dos sacramentos como Cristo os instituiu, e o exercício da disciplina eclesiástica para castigar os pecados. Em resumo: ela se orienta segundo a pura Palavra de Deus, rejeitando todo o contrário a esta Palavra e reconhecendo Jesus Cristo como o único Cabeça. Assim, com certeza, se pode conhecer a verdadeira igreja; e a ninguém convém separar-se dela. (BRÈS, 2021).

EXCERTO 23: Mas, supondo que haja algum outro meio de tolerar os demais atos desses homens, como podemos suportar (e nisso não me parece possível que obtenham junto a Deus ocasião de perdão e misericórdia) que tenham se esforçado para rasgar a única esposa de Cristo? Que a túnica do Senhor, que soldados ímpios não quiseram dividir, eles tenham ousado não somente dividi-la, mas fazê-la em pedaços! Com efeito, desde que começaram, quantas seitas já se separaram da Igreja, que não concordam com eles, nem entre si? Toda essa doutrina prova ser o indício manifesto da mentira; porque a verdade é sempre una; a mentira, ao contrário, variável e mutante; e o que é direito é simples, mas o que é oblíquo é diverso. (SADOLETO, 2020, p. 63);

EXCERTO 24: Para asseverar sua autoridade, ele ensina que ela é *inspirada* por Deus. Porque, se esse é o caso, então fica além de toda e qualquer dúvida que os homens devem recebê-la com reverência. Eis aqui o princípio que distingue nossa religião das demais, ou seja: sabemos que Deus nos falou e estamos plenamente convencidos de que

os profetas não falaram de si próprios, mas que como órgãos do Espírito Santo, pronunciaram somente aquilo para o qual foram do céu comissionados a declarar. (CALVINO, 2009, p. 262)

EXCERTO 25: Ademais, para refrear as mentalidades petulantes, decreta que ninguém, fundado na perspicácia própria, em coisas de fé e costumes necessárias à estrutura da doutrina cristã, torcendo a seu talante a Sagrada Escritura, ouse interpretar a mesma Sagrada Escritura contra aquele sentido, que [sempre] manteve e mantém a Santa Madre Igreja, a quem compete julgar sobre o verdadeiro sentido e interpretação das Sagradas Escrituras, ou também [ouse interpretá-la] contra o unânime consenso dos Padres, ainda que as interpretações em tempo algum venham a ser publicadas. Os que se opuserem, sejam denunciados pelos Ordinários e castigados segundo as penas estabelecidas pelo direito. (CONCÍLIO DE TRENTO, 2021)

EXCERTO 26: Distinguimos estes livros sagrados dos livros apócrifos que são os seguintes: 3 e 4 Esdras, Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, os Acréscimos ao livro de Ester e Daniel, a Oração de Manassés e 1 e 2 Macabeus. A igreja pode, sim, ler estes livros e tirar deles ensino, na medida em que concordem com os livros canonicos. Porém, os apócrifos não tem tanto poder e autoridade que o testemunho deles possa confirmar qualquer artigo da fé ou da religião cristã; e muito menos podem eles diminuir a autoridade dos sagrados livros. (BRÈS, 2021)

EXCERTO 27: Constitui-se uma grande hora o fato de que os que outrora eram profanos e indignos se convertem em companheiros dos santos; que agora possuem o mesmos direitos de cidadania juntamente com Abraão, com todos os santos patriarcas e profetas e reis; não apenas isso, mas também os próprio anjos [...], todavia, não é de menos importância, a saber: que Deus os admitiu em sua própria família.” (CALVINO, 1998, p.77)

EXCERTO 28: E vós também, Genebrinos, meus irmãos, vos rogo e aconselho a que expulseis dos olhos de vossas almas as nuvens do erro; levanteis os vossos olhos para a claridade da luz do céu, o qual Deus vos propôs por pátria eterna, se permanecerdes na unidade da Igreja, não recusando a reconciliação conosco, fazendo ato de fiel obediência à Igreja Católica, nossa mãe [...] (SADOLETO, 2020, p. 64)

EXCERTO 29: Aqueles que pecam por ignorância, embora não podem ser eximidos de toda culpa, contudo podem parecer de certo modo escusáveis. *Aqueles*, porém, que obstinadamente rejeitam a verdade oferecida pela benevolência de Deus nada têm que possam pretextar. (CALVINO, 2003, p. 35)

EXCERTO 30: [...] obediência é aquela que nos leva a ouvir nossos superiores e aqueles que cuidam de nós, entretanto atribui todas as nossas ações à única regra, que é a Palavra de Deus; finalmente, Igreja é aquela que não faz outra coisa senão olhar para a Palavra de Deus com toda humildade e a ela se mantém obediente. (CALVINO, 2020, p. 31)

EXCERTO 31: [...] deixemos de lado essa frívola simplicidade, que, como dizes, é própria de gente rude e ignorante, a qual consiste em olhar para esses sábios personagens e ater-se às suas deliberações. Pois, além do fato de que nenhuma convicção religiosa, por mais obstinada que se possa imaginar, não merece o nome de fé, se apoiar-se em algo fora de Deus. (CALVINO, 2020, p. 36)

EXCERTO 32: Genebrinos muito amados, se me escutardes com atenção, a mim que tenho por vós a maior afeição, certamente não vos arrependeréis por haverdes recuperado vosso antigo fervor diante de Deus e vossa glória diante dos homens. (SADOLETO, 2020, P. 65)

EXCERTO 33: Na verdade, Sadoletto, nós não negamos que sejam igrejas de Cristo as igrejas que presidis; porém dizemos que o Papa, junto com toda a tropa dos seus falsos bispos, que entre vós têm ocupado o lugar de pastores, são lobos cruéis e perigosos, os quais, até aqui, não têm revelado outro desejo, senão o de consumir e destruir o Reino de Cristo, até que assolado e em ruínas, seja totalmente deformado e anulado. (CALVINO, 2020, p. 31)

EXCERTO 34: Nestes tempos tão difíceis para a cristandade, nós oferecemos assim, com toda a solícitude, um meio eficacíssimo de remover os enganos de falsas opiniões, de propagar e consolidar a doutrina sã e verdadeira. A vós pertence agora, veneráveis Irmãos, fazer que o livro tenha boa acolhida entre os fiéis. Quiseram os Pontífices Romanos fosse ele proposto aos párocos, a fim de se manter uma unidade geral no método de ensinar. (CATECISMO ROMANO, 1950, P. 76)

EXCERTO 35: Ora, injustamente deriva-se contra ela a culpa desses males, *culpa* que se deveria lançar à perfídia de Satanás. Esta é como que uma admissível propriedade da divina Palavra: que ela jamais vem à tona sem que Satanás se desperte e se assanhe. Eis aqui a mais segura marca, e particularmente fiel, em virtude da qual se distingue das falsas doutrinas, que se divulgam com facilidade, enquanto recebem de todos ouvidos atenciosos e são ouvidas por um mundo que as aplaude. (CALVINO, 2003, p. 38)

EXCERTO 36: Com efeito, chegou a meus ouvidos que alguns homens astutos, inimigos da unidade cristã e da paz, têm semeado entre vós e na vossa cidade, sementes

de uma execrável discórdia, como já tinham feito em alguns lugares da brava nação suíça; os quais desviaram o povo fiel a Cristo do caminho dos pais e seus ancestrais, da eterna doutrina da Igreja Católica e que tudo encheram com suas querelas e sedições; aliás, esse sempre foi o costume daqueles que, atacando a autoridade da Igreja, procuram para si mesmos novos poderes e honras. (SADOLETO, 2020, p. 52)

EXCERTO 37: No entanto, é desse Santo Espírito e dessa Igreja Católica que eles se declaram abertamente adversários, esses homens que se esforçam por romper a unidade, por dividir os espíritos, por dissolver a unidade de sentimentos, por destruir a concórdia na religião cristã; e isso com tanta paixão, com tanto ardor, com tantas maquinações e artifícios, que nenhum discurso poderia dignamente exprimir sua entrega e ansiedade. Certamente não vou usar de imprecações contra eles, nem pedir ao Senhor que extermine todos esses lábios enganosos, todas essas línguas arrogantes e nem acrescentar iniquidade sobre a sua iniquidade, mas suplicaria ao Senhor, meu Deus, como suplico, que os converta e os traga a um bom espírito. (SADOLETO, 2020, p. 64)

EXCERTO 38: Se, pois, queres agora suportar e receber uma definição de Igreja mais verdadeira que a tua, diga, doravante, que é a assembleia de todos os santos, a qual, espalhada por todo o mundo e em todo o tempo, está dispersa, porém unida por uma só doutrina de Cristo e que por Seu único Espírito, guarda e observa a união da fé, conservando a concórdia e amor fraterno. Ainda proclamamos que, dela, não nos separa diferença alguma; antes, ao contrário, do mesmo modo que a reverenciamos como mãe, assim desejamos permanecer sempre em seus braços. (CALVINO, 2020, p. 18)

EXCERTO 39: Em verdade, o Espírito Santo que preside a Igreja, só a governa por ministros que sejam de sucessão apostólica. Este Espírito foi dado primeiro aos Apóstolos, mas depois permaneceu sempre na Igreja graças à infinita bondade de Deus. (CATECISMO ROMANO, 1950, p. 168)

EXCERTO 40: Acresce que assim Nosso Senhor dilatou Sua casa na terra, que é a Igreja, cujo governo devia ser dirigido pela virtude e assistência do Espírito Santo. Como pastor e chefe supremo de toda a Igreja deixou entre os homens a Pedro, o Príncipe dos Apóstolos. (CATECISMO ROMANO, 1950, p. 144)

EXCERTO 41: através de sua Palavra, Deus fez para sempre com que a fé não fosse dúvida, *fé esta* que houvesse de ser superior a toda *mera* opinião. Por fim, para que em perpétua continuidade de doutrina, a sobreviver por todos os séculos, a verdade permanecesse no mundo, *esses* mesmos oráculos que depositara com os patriarcas *ele* quis que fossem registrados como que em instrumentos públicos. Neste propósito, a lei

foi promulgada, a qual mais tarde os profetas foram acrescentados *como* intérpretes. (CALVINO, 2003, p. 78)

EXCERTO 42: “[...] a voz humana não pode, por sua própria virtude, penetrar a alma. Demasiada honra seria prestada a um mero mortal caso se lhe dissesse que ele possui o poder de nos regenerar. De igual maneira, a luz da fé é por demais celestial para que possa ser comunicada por algum mortal. Não obstante, todas essas coisas não impedem a Deus de agir eficazmente pela instrumentalidade da voz humana, de modo a criar em nós a fé através do seu ministério. (CALVINO, 2001, p. 386)

EXCERTO 43: Quando, da parte do homem, o ato de receber a salvação vem a consistir exclusivamente na fé, então se descartam todos os demais meios nos quais o ser humano costuma confiar. A fé, pois, põe diante de Deus um homem vazio, para que o mesmo seja enchido com as bênção de Cristo. (CALVINO, 1998, p. 59)

EXCERTO 44: Com efeito, a doutrina da Igreja não é recente, nem aparece como novidade, mas é a [mesma] que os Apóstolos já pregavam outrora, e que se espalhou como um germe por toda a superfície da terra. Portanto, ninguém pode duvidar que as ímpias opiniões dos hereges ficam muito longe da crença da verdadeira Igreja, por serem contrárias à doutrina que a Igreja sempre ensinou, desde os tempos dos Apóstolos até a presente data. Logo, para que todos pudessem saber qual era a Igreja Católica, foi por inspiração divina que os Padres acrescentaram ao Símbolo a palavra "apostólica". (CATECISMO ROMANO, 1950, p. 168)

EXCERTO 45: É que o dever daqueles que têm recebido mais ampla iluminação de Deus que os outros é vir em socorro dos símplices neste particular e que lhes deem a mão para os conduzir e os ajudar a encontrar a plenitude do que Deus nos quis ensinar em sua Palavra. Ora, isso melhor não se pode fazer que mediante as Escrituras, focalizando-se os temas principais e consequentes que são compreendidos na filosofia cristã. Pois quem desses conhecimentos se assenhoreia estará em condições de aproveitar na escola de Deus mais em um dia do que outro em três meses, na medida em que sabe, com relativa precisão, a que reportar cada sentença e é possuidor dessa regra para dispor com acerto tudo quanto se lhe apresenta. (CALVINO, 2003, p. 45)

EXCERTO 46: É que saíram pelo mundo falsos profetas, dos quais disse o Senhor: "Eu não enviava esses Profetas, e eles corriam; Eu não lhes falava, e ainda assim eles profetavam". Desta arte queriam corromper os ânimos cristãos com "doutrinas estranhas e fora do comum". Armados de todas as astúcias diabólicas, tão longe levaram

nesse ponto sua impiedade, que já parece quase impossível detê-los em firmes barreiras. (CATECISMO ROMANO, 1950, p. 80)

EXCERTO 47: Eis no que consiste a religião pura e real: fé aliada a sério temor de Deus, de modo que o temor não só em si contém reverência espontânea, mas ainda traz consigo a legítima adoração, a qual está prescrita na lei. E isto se deve observar com mais diligência: enquanto todos veneram a Deus de maneira vaga e geral, pouquíssimos o reverenciam *de verdade*; enquanto, por toda parte, grande é a ostentação em cerimônias, rara, porém, é a sinceridade de coração. (CALVINO, 2003, p. 52)

EXCERTO 48: [...] sob o termo *lei* ele não só significa a regra de um viver íntegro, ou os Dez Mandamentos, mas também compreende o pacto pelo qual Deus distinguiu aquele povo do resto do mundo, bem como toda a doutrina de Moisés [...]. (CALVINO, 2009, p. 379)